



**arquitectura**

69

# arquitectura

Director e Editor: ARQ. RUI MENDES PAULA

Comissão directiva: CARLOS S. DUARTE, F. GOMES DA SILVA, JOSÉ DANIEL SANTA RITA, NUNO PORTAS e RUI MENDES PAULA.

Redacção para o Norte: OCTÁVIO LIXA FILGUEIRAS, ARNALDO ARAÚJO, MANUEL M. AGUIAR e JOSÉ FORJAZ

Propriedade: Iniciativas Culturais Arte e Técnica — Composição, impressão e gravura: Sociedade Nacional de Tipografia  
— Rua do Século, 47 a 63 — Lisboa — Administração: Rua Dr. Alexandre Braga, 17, r/c. — Telefone 44778

## Sumário

N.º 69 — Novembro-Dezembro de 1960

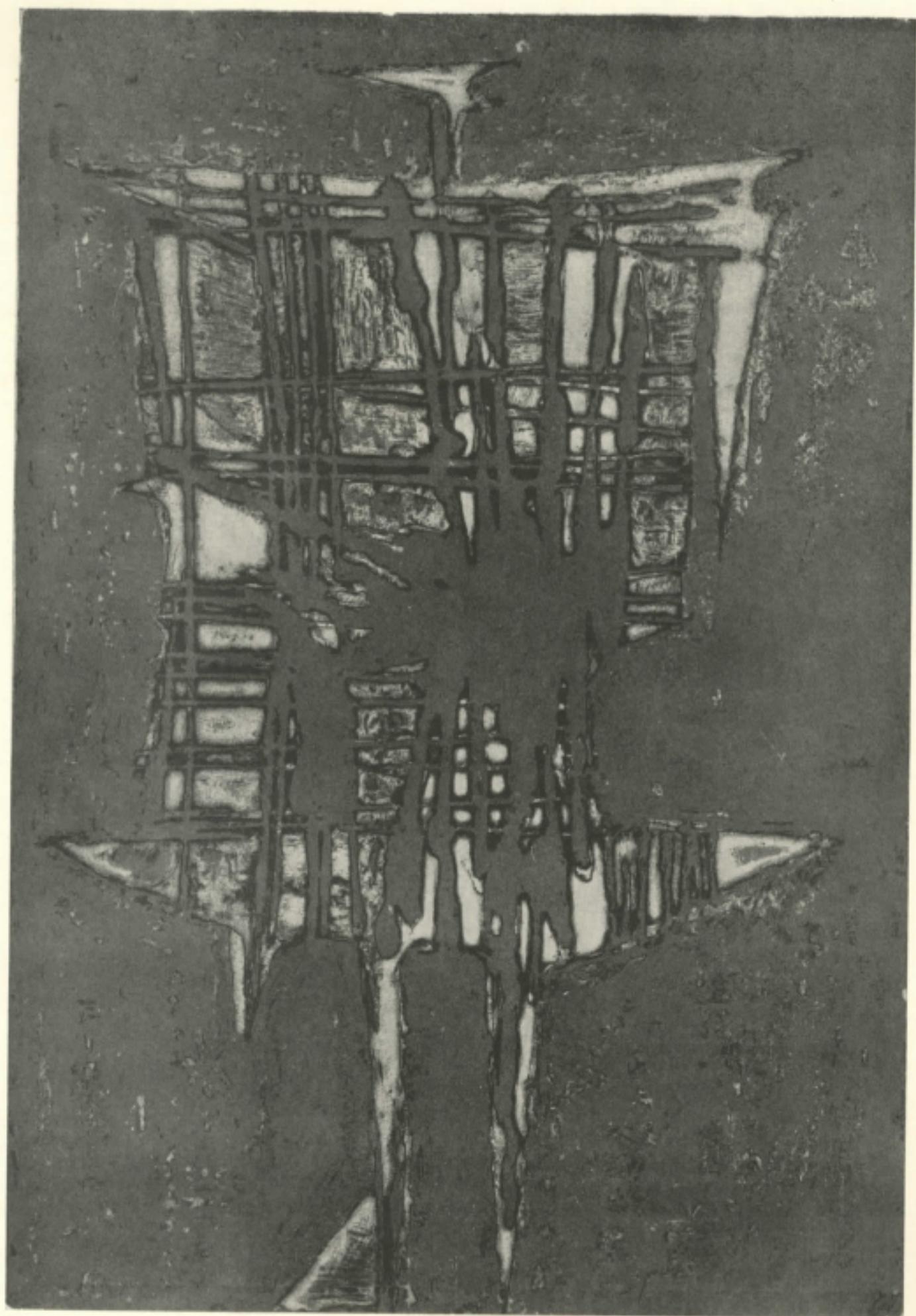
### Habitação e Urbanismo

- |    |   |         |  |
|----|---|---------|--|
| 2  |   | Desenho | <i>Charrua</i>   |
| 3  | Alvar Aalto   |         | <i>arq. Jorge C. Silva</i>                             |
| 6  | Em vez de um artigo...  |         | <i>arq. Alvar Aalto</i>                                |
|    | <i>Duas obras do mestre finlandês:</i>  |         |  |
| 6  | Sunila  |         |  |
| 9  | Plano de urbanismo da cidade de Imatra  |         |  |
| 17 | Elementos sociológicos do «habitat» urbano  |         | <i>arq. Carlos S. Duarte</i>                           |
| 31 | Uma realização da Câmara Municipal do Porto:<br>O conjunto habitacional da Pasteleira<br>Notas em torno das realizações portuguesas |         | <i>arqs. Bartolomeu Costa Cabral<br/>e Nuno Portas</i> |
| 32 | A política habitacional da Câmara Municipal do<br>Porto e o problema das «ilhas»  |         |  |
| 48 | Considerações sobre o organismo distributivo das<br>habitações  |         | <i>arq. Nuno Portas</i>                                |
| 53 | Noticiário, Exposições, Crítica de Livros   |         |  |

NA CAPA: Vista de pormenor do novo bairro da Pasteleira, documentado neste número

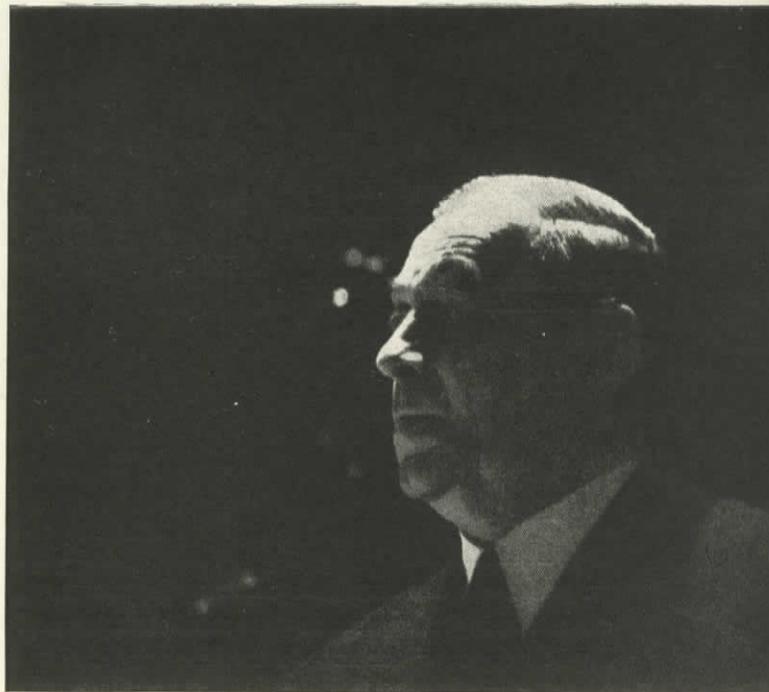
Assinatura anual — Portugal e Espanha: 6 números 150\$00, 3 números 75\$00. Assinatura para estudantes: 6 números 120\$00, 3 números 60\$00 — outros países: 6 números 240\$00 — As assinaturas são pagas adiantadamente e iniciam-se em qualquer número.

Número avulso 30\$00



Um desenho de CHARRUA

# ALVAR AALTO



*Arq. Jorge C. Silva*

Se quase todo o movimento racionalista foi caracterizado pelo desenvolvimento de um processo que visava obter a unidade de obra arquitectónica, por supressão ou redução ao elementar, no movimento a que se tem chamado orgânico, esta unidade de obra implica uma maior chamada a todos os elementos do meio circundante, convidando-os a participar na criação humana através de uma inspiração formal ou por penetração espacial.

Cada uma destas orientações conduziu respectivamente, na sua aplicação limite, a uma nudez descarnada (à Mies van der Rohe da última fase) ou a uma exuberância barroca (à Frank Lloyd Wright).

A posição de Alvar Aalto estabelece-se numa zona que seríamos tentados a situar entre aqueles dois limites: entre a unidade de uma concepção abstractizante e o polimorfismo das vivências emocionais e sensoriais — evitando assim os «impasses» de uma tendência que acaba na completa fossilização da arquitectura em ideias-tipos desenraizadas de qualquer compromisso que não seja meramente geométrico, sem cair contudo nas tentações de uma «explicação» prolixa da Natureza, através de ornatos ou de artificiosas interpenetrações dos espaços exterior e interior, onde se torna difícil implantar uma regra, estabelecer um critério de unidade ou até resolver as incompatibilidades parciais de todos os elementos com intervenção na obra — enfim, uma posição demasiado comprometida e inibidora do esforço criador.

É num processo de interacção, de fluxo e refluxo entre o meio ambiente (físico e humano) com os seus problemas concretos por um lado e pelo outro o artista com os seus sectores de acção preferidos e os seus «valores de vida» escolhidos, que Alvar Aalto condensa, num dado momento, as opções essenciais de um certo meio histórico-social tal como surgem condicionadas por uma economia e por um particular meio geográfico.

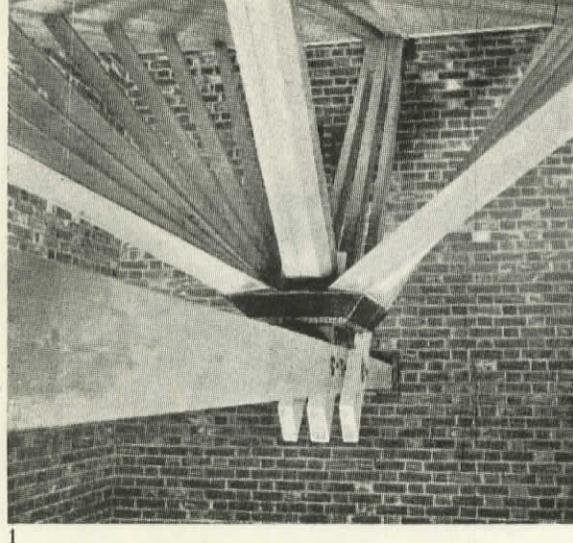
Esta ligação íntima a um devir constante à vida quotidiana, às tradições presentes no seu povo, à aventura histórico-geográfica deste, constitui como que as raízes onde Aalto vai buscar as suas inesgotáveis maneiras de formular as aspirações actuautes nesse mesmo povo.

Uma generosa ligação com o base seria a maneira de definir a sua atitude, definição que conteria implícitas as características geralmente apontadas nas suas obras:

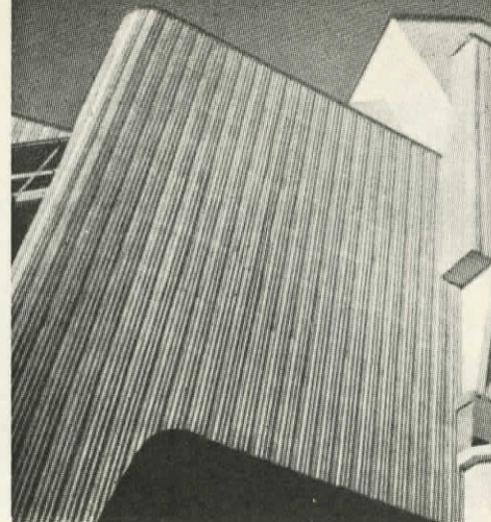
1 — O perfeito domínio dos materiais e das técnicas que utiliza dentro de uma continuidade com a tradição nacional. É o caso da madeira que tem no seu país sido submetida por ele e por outros a uma larga investigação tecnológica, de que resultaram novas maneiras de utilizar este material nacional e abriram um campo à investigação plástica apesar das já valiosas contribuições de Aalto; também o vidro e o tijolo, outros dois materiais em que a Finlândia é rica,

1 — Pormenor da sala do conselho na municipalidade de Säynätsalo

2 — Pormenor das serrações de Warkaus



1



2

devem ao mestre a procura de novas possibilidades de forma e de utilização — vasos e cinzeiros de paredes cilíndricas irregulares pelo que respeita ao vidro, enquanto o tijolo é por exemplo quase exaustivamente explorado na casa experimental de Muuratsalo no que se refere às suas possibilidades de criar texturas e tratamentos de superfícies.

2 — A correcção dos esquemas funcionais que desenvolve em conformidade com as necessidades humanas em causa.

3 — A subtilidade das suas intuições no campo psicológico — A preocupação de criar ambientes em correspondência com a natureza mais profunda do homem e com os seus hábitos tradicionais, portanto uma escolha de meios arquitectónicos em que dominam as cores naturais e as texturas aparentes da madeira, da pedra, do cobre, do tijolo; paralelamente também, uma utilização das cores neutras ou repousantes que se conjugam por vezes com elementos — fontes ou maciços de plantas ornamentais — para criar uma sossegada harmonia em que o homem, a arquitectura e a natureza se completam. São disto exemplos o pátio da municipalidade de Säynätsalo, o átrio coberto do edifício Rantatalo, em Helsínquia, ou ainda a «villa» Maireia e o sanatório de Paimio.

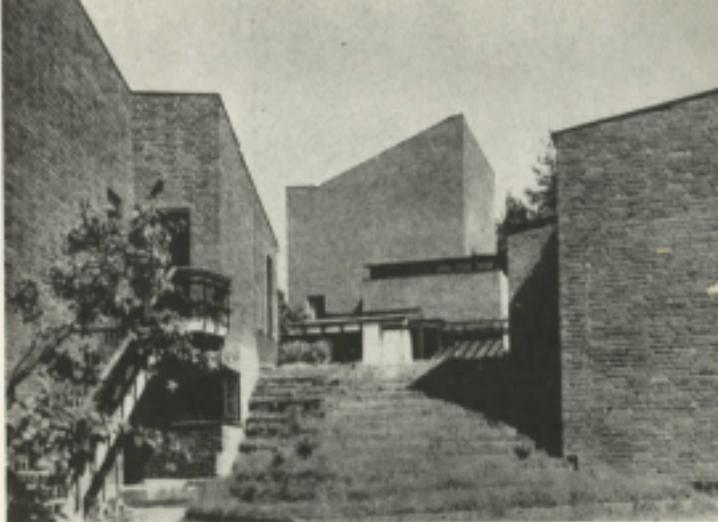
4 — A vitalidade da sua concepção espacial, possível através de uma experiência constantemente renovada no contacto com obras de todos os tempos. Cabe aqui referir a importância que Aalto dá às suas viagens e ao conhecimento de países como a Itália, com grande tradição arquitectónica, e a consequente experiência global, sintética, que se pode ter da realidade do espaço arquitectónico, através desta forma de peregrinação.

Não seria já de pouca importância ser o revelador discreto do seu país, o intérprete anónimo das suas potencialidades — teria o valor da honestidade. Porém Aalto ultrapassa esta identificação para a transformar em epopeia, em dramatização do viver da sua raça ou, mais universalmente ainda, da sua época, tornando-se no exaltador destas tendências.

Em muitas das suas obras há um impulso procurando conclusão, um movimento oblíquo inacabado, uma vontade ambiciosa de ascensão que se contrapõe a uma posse do «sítio», marcada em linhas de força que se inserem no terreno, preparando-o gradualmente para a participação na ordem imposta pela obra humana (degraus que emergem, sustendo a terra, definindo-lhe a forma através de socalcos ou níveis de pavimentos, como acontece no auditório ao ar livre do «atelier» de Tiilimaki, em Säynätsalo, na casa de L. Carré ou no jardim sobre-elevado do Ministério das Pensões e Assistência (Kausanelakalaitas). Esta polarização dramática é uma constante da obra de Aalto. A sua expressão plástica, quer através da dinâmica das linhas oblíquas quer na acentuação vertical das paredes cilíndricas do Kulttuuritalo ou da igreja de Imatra, ou ainda naqueles elementos verticais livres, como mastros, presentes na casa de Muuratsalo e em várias grades de madeira de outras obras, sugerem pelo seu dinamismo inacabado e pela austeridade das verticais uma temática medieval, em continuidade, aliás, com a tradição neo-romântica do movimento nacional-romântico finlandês e revelando o mesmo dualismo inerente a todo o movimento romântico.

De qualquer modo embora nas obras se revele este dualismo que lhes deu origem, elas estão na sua unidade a afirmar a pelo menos momentânea resolução daquele em cada trabalho que o mestre vai produzindo: o desequilíbrio ligeiro, a emoção que em nós cada realização induz é a força que nos mostra a vitalidade deste caminho da arquitectura. Aqui não há formas definitivas, fechadas, portanto o caminho da Renovação — isto é da vida — continua.

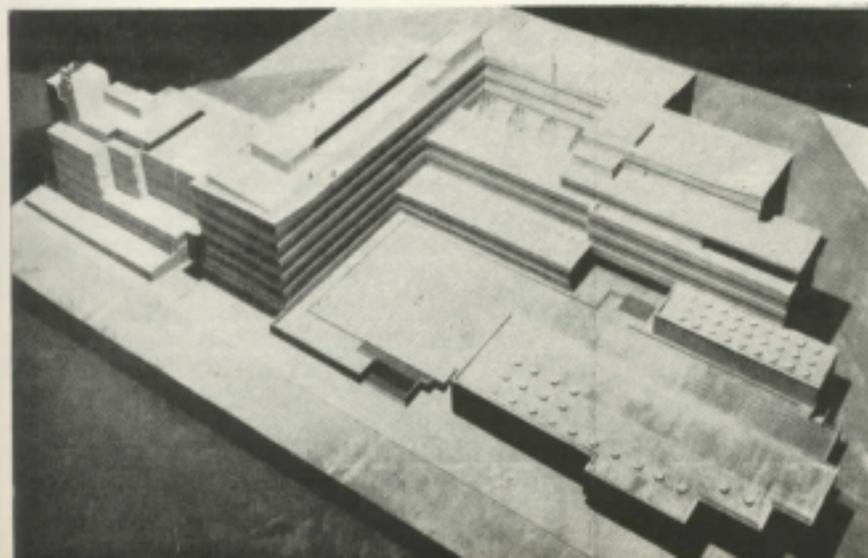
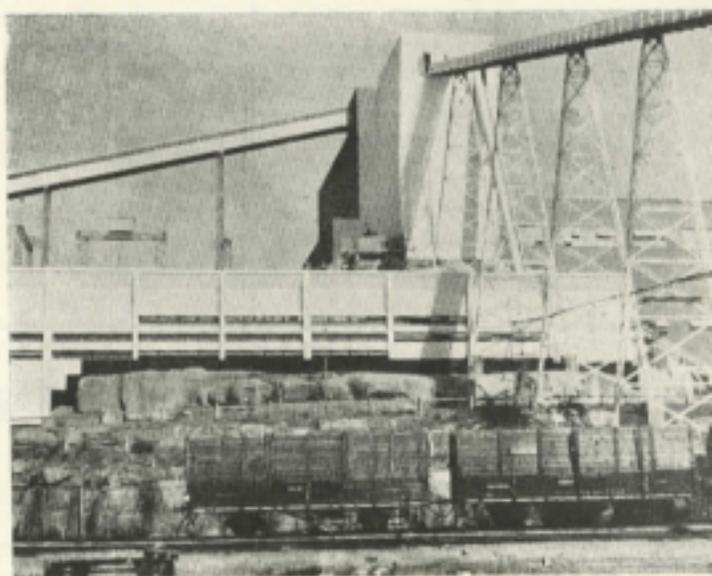
Município de Säynätsalo — degraus de acesso ao pátio interno, vendo-se ao fundo a torre da sala das sessões do Conselho Municipal



Município de Säynätsalo — vista do lado da biblioteca; Note-se a utilização do piso térreo para lojas evitando o isolamento do edifício em relação à vida quotidiana da comunidade



Fábrica de Sunila — pormenor dos transportadores



Edifício do Ministério da Assistência e das Pensões (Kansaneläkelaitos) — maquete



Sunila — planta de conjunto. Note-se a forma da península que foi aproveitada para criar uma diferenciação absoluta entre as zonas fabril e residencial — um braço de mar torna impossível qualquer interpeneiração

## S U N I L A

Um exemplo de planificação industrial realizado há 21 anos

A actividade principal de Aalto, na Finlândia, foi dedicada ao urbanismo industrial, desde a própria fábrica à reorganização completa de regiões industriais.

Aalto construiu várias serrações e fábricas de celulose. As suas dimensões não atingem as das vastas fábricas americanas e estão longe da luxuosa elegância da fábrica Van Nelle, Roterdão (1928). No entanto Aalto sabe fazer duma fábrica, mais do que um utensílio profissional, uma obra de arquitectura, onde o local, a diversidade dos materiais e a organização dos volumes no espaço são escolhidos e concebidos com o mesmo cuidado que a cadeia da produção. Em nenhuma parte isto se evidencia tanto como em Sunila.

Sunila, com a sua produção anual de 80.000 toneladas de pasta de celulose, foi construída em comum por cinco sociedades florestais. As grandes fábricas são hoje vulgarmente admitidas e o valor da produção inquieta mais do que espanta. Mas Sunila não é apenas uma fábrica. É um conjunto complexo, mas homogéneo, de zonas de habitação e de zonas de produção. Os bairros de habitação foram construídos antes da fábrica e dispersos nos pinhais com os seus saunas (\*) e as suas lavandarias.

Sunila está situada numa ilha, no interior duma pequena baía. O seu aspecto é definido pela linha horizontal do longo entreposto que se estende na margem e os acentos verticais dos diversos edifícios conjugados da fábrica. As diagonais inclinadas dos transportadores que fazem o vaivém das matérias entre as torres de armazenagem, penetram agressivamente todo o sistema.

Aalto teve o cuidado de velar porque a massa acentuada de rocha granítica não fosse dinamitada e arrasada ao nível da praia. Soube tirar partido do contraste entre

## EM VEZ DE UM ARTIGO

(da revista «Arkkitehti» n.º 1/2 de 1958)

Decididamente, os editores da «Arkkitehti» quiseram umas linhas escritas pelo abaixo assinado para este número da revista. Como porém eu não sei escrever um artigo, espero que este diálogo sirva de substituto. Ele é autêntico apenas em parte — mas isto acontece com todos os diálogos.

**Siegfried Giedion:** O que é que os meus o'hos vêem? Estás a pensar e a escrever, meu velho?

**Alvar Aalto:** Penso e repenso — mas não há saída, sou forçado a fazê-lo.

**S. G.:** Isso é horrível. Pensei que eras praticamente o único arquitecto que não escrevia — apenas construía. Estarás realmente a ser sério?

**A. A.:** Não se trata de ser sério ou não,

tenho que escrevê-lo. O Wickberg pediu-mo, e o meu sentido do que são as boas maneiras diz-me que não me posso esquivar.

**S. G.:** E o que é que vais escrever?

**A. A.:** Não sei.

**S. G.:** Mas já trabalhaste como professor. Poder-se-ia pensar que eras capaz de alinhar umas coisas — assim ao acaso...

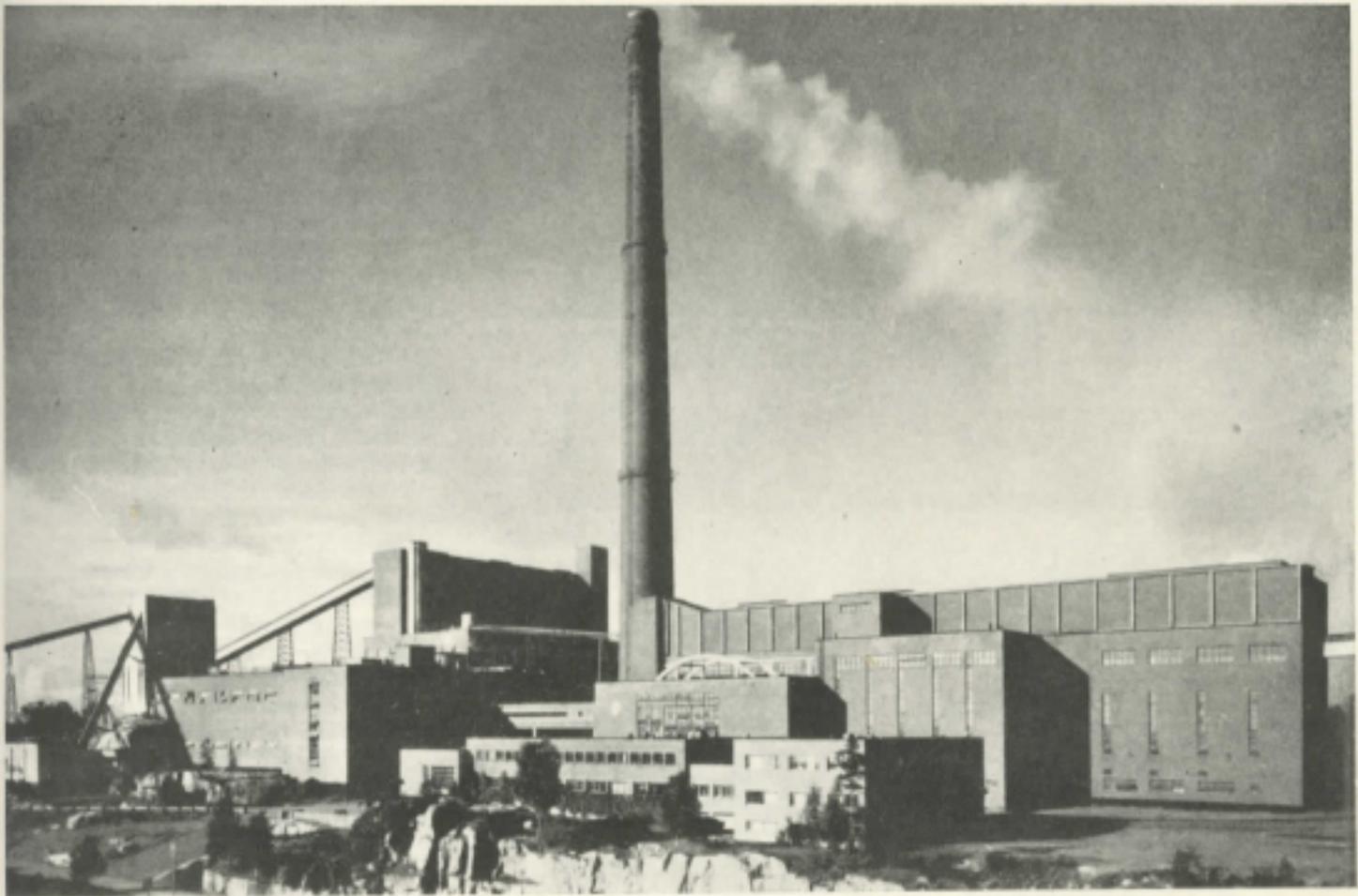
**A. A.:** Para mim este «não sei» é uma coisa muito séria. Exactamente quando era professor na América eu deveria ter falado e escrito. Os meus alunos tinham muita vontade de saber — e com preferência tudo. Entre outras coisas perguntaram-me como é que se faz uma obra-prima. Eu respondi-lhes «não sei». As consequências foram desastrosas: um belo dia, os pais de um dos meus

alunos apareceram para uma audiência com o professor — vinham de muito longe, dum sítio qualquer para lá de Vancouver. A apresentação fez-se mais ou menos nestes termos: «Desembalsamos 700 dólares por período para pagar os estudos do nosso talentoso filho (há três períodos por ano), e o professor permite-se chegar e dizer «eu não sei».

Se não me engano, isto foi o fim da minha curta carreira de professor.

**S. G.:** Mas também já escreveste poemas. Dá-lhes um desses — assim desembaraças-te mais facilmente.

**A. A.:** Meu caro amigo, não sabes o que estás a dizer. O Criador criou o papel para desenhar os projectos. Qualquer coisa mais



esta massa e a delicada estrutura da fiada de pilares que suportam o transportador e as diferentes texturas da parede de tijolos lisos.

Sunila possui uma cadeia de produção absolutamente perfeita. No interior podem ver-se imensos reservatórios, caldeiras, seleccionadores. Conduitas subterrâneas transportam os líquidos e a polpa da madeira, um grande secador para a celulose emerge, isolado, no meio dum vasto «hall». Não são precisos mais de quarenta e cinco operários para proceder à transformação diária de 30.000 troncos de árvores em pasta de madeira; mas mais de três mil homens

trabalham nas florestas para alimentar a fábrica. Procuram em vão um ser vivo nas escadas que ligam os diversos níveis, ou nas numerosas salas. A atmosfera é aí a mesma do «Nautilus» do capitão Nemo nas «20.000 Léguas Submarinas». O problema da cadeia de produção atinge a sua solução perfeita. Aqui, verdadeiramente, o homem não é um acessório da máquina.

Subamos por fim ao último piso, no tecto-terraço, onde se encontra o entreposto de paredes de tijolo, construído em altura e donde segundo as leis da gravidade, a matéria-prima desce pelos seus próprios meios para a cadeia

é, no que me diz respeito, desviá-lo do seu verdadeiro uso. Loucura, como teria dito Zaratustra. É claro que escrevi poemas — poucas, mas naturalmente dos bons. O pior é que foram escritas na areia. E os poemas escritos na areia não servem para os editores ou para as revistas. O seu editor é o vento — um excelente editor, aliás.

(Sócrates: Passa-se do mesmo modo com todas as artes. Todas se socorrem da linguagem ou da escrita. Mas apenas duma linguagem que convenha ao objecto dessa arte bem definida; há formas de arte para as quais a linguagem é inútil — que nascem melhor no silêncio.)

**A. A.:** Não publicarei portanto versos. Preferiria publicar descrições dos meus trabalhos — mas seriam demasiado extensas.

**S. G.:** Devas no entanto dizer qualquer coisa.

**A. A.:** O «horóscopo do dia» para a arquitectura diz que as palavras são negativas — e isto não é divertido. Paralelepípedos de

quadrádnhas de vidro e metais sintéticos, o purismo «snob» das grandes cidades, conduziram a uma moda arquitectónica sem saída — nesta direcção a estrada está bloqueada.

**S. G.:** Mas no entanto ainda existe uma arquitectura viva, humana!

**A. A.:** Há sim, mas aquela a que me acabo de referir é altamente popular neste mundo ingénuo. E o que é pior: teve como consequência uma mudança em sentido oposto — a procura inepta e destituída de sentido crítico de um tema de variação. Constroem-se áreas residenciais com massas de edifícios de estilos artificialmente diferenciados — uma flora de motivos variegados, que contudo não corresponde à inerente, volútil e biologicamente bela variabilidade do próprio ser humano. Não raramente dão a impressão de feiras de comércio internacional, enquanto no que se refere aos edifícios públicos aparece um formalismo de propaganda à procura, custe o que custar, dos primeiros planos — há muito industrial

«design» e «automóveis americanos» com a sua medonha falta de equilíbrio. Crianças adultas brincam com curvas e tensões que não dominam. Cheira a Hollywood.

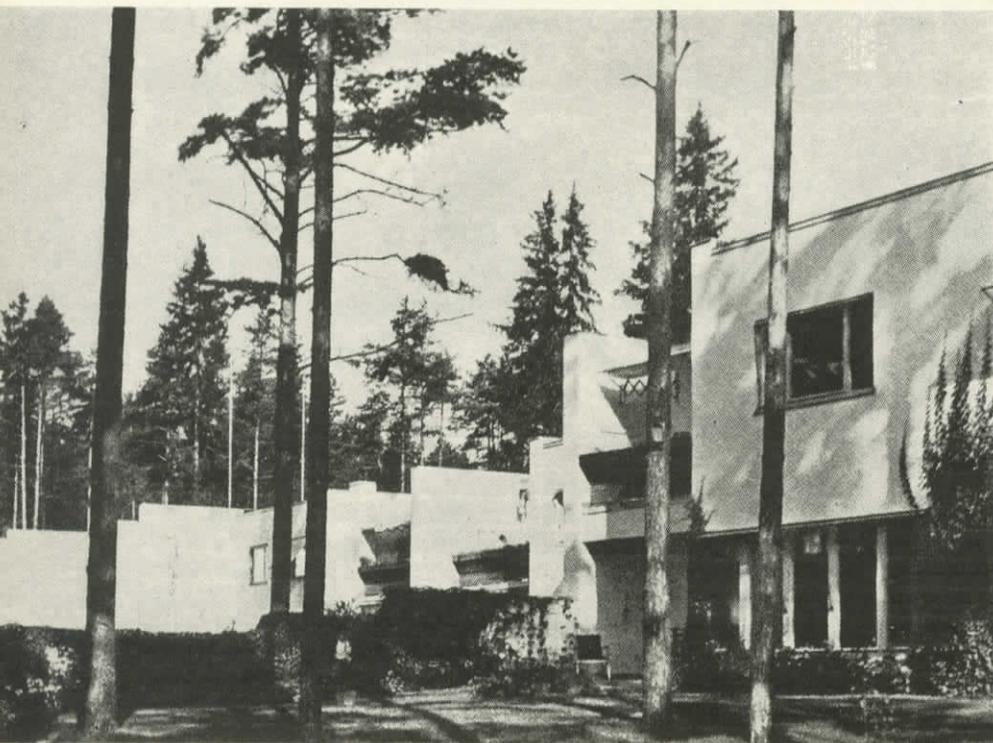
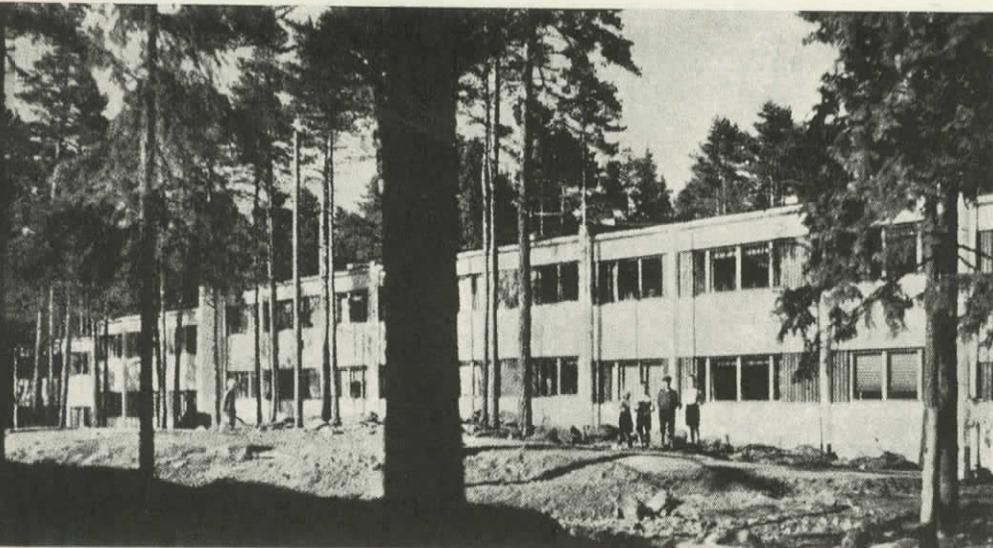
A pessoa humana, no meio disto tudo, ficou esquecida.

E a arquitectura — a verdadeira — só existirá onde o homem estiver no centro. A sua tragédia e a sua comédia — afinal as duas.

**P. S.** E agora para amenizar as linhas precedentes, um suave «post-scriptum»: Um grande sábio, dos que atingiram renome internacional, dormitava num confortável «maple» de um clube exclusivo. Um raio de sol irrequieto acordou-o. Em frente dele deparou-se-lhe sentado um perfeito desconhecido. O sábio levanta-se e, ainda meio estremunhado, berra: «És capaz de me livrar de Villingby?»

**ALVAR AALTO**

(Tradução de Jorge Silva)



de produção. Por baixo articulam-se os diferentes órgãos da fábrica; o grande transportador coberto, para a polpa, eleva-se quase ao terraço, e o olhar transpando a rocha de granito descobre a paisagem finlandesa: água, e mais água, árvores e um imenso horizonte; junto à margem, uma grua eleva-os para alimentar as máquinas. Na baía os barcos esperam. Serão eles que vão levar as folhas de celulose para lá dos mares. É um espectáculo mefistofélico...

Será difícil encontrar, em 1936, êxitos tamanhos, comparáveis aos de Sunila, onde a zona de produção e a de habitação correspondem a todas as necessidades sem se prejudicarem. A maestria do urbanista manifesta-se no modo de colocar uma casa individual na mínima porção de terreno disponível, na livre disposição das casas na floresta, na ligeira variante introduzida nas casas destinadas aos engenheiros, que se estendem mais próximo das margens, numa linha encurvada, a fim de assegurar a cada lar um máximo de intimidade.

Diga-se de passagem que as instalações colectivas completamente (banhos e lavandarias) foram previstas em pontes nevrálgicas da cidade.

O espírito de síntese com o qual Aalto abordou o problema permitiu-lhe conceber a estrutura completa de toda a sua cidade antes mesmo de se debruçar sobre a primeira célula.

*Siegfried Gidion*

(em «Space, Time and Architecture»)

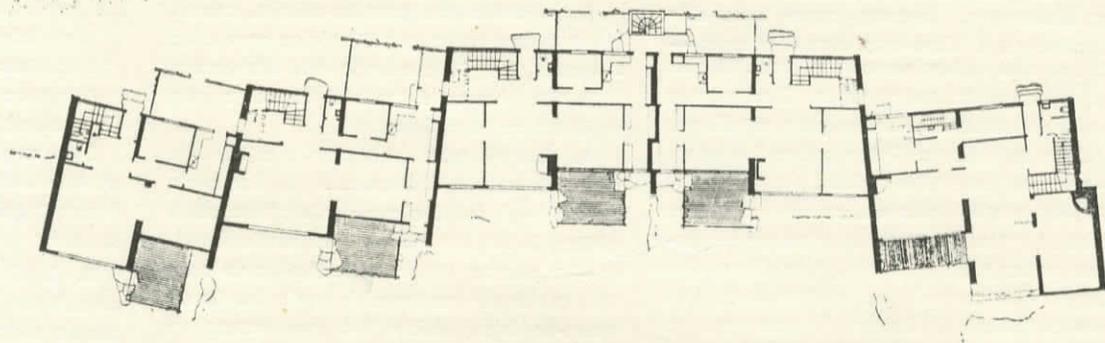
(<sup>1</sup>) Sauna: banho de vapor finlandês

1

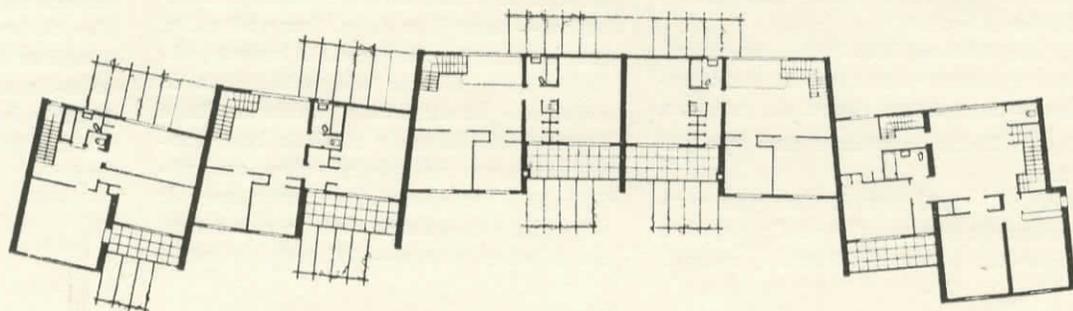
2

1 — Habitações do pessoal.

2 — Moradias em banda dos empregados superiores



3 — Plantas dos dois pisos das moradias dos empregados superiores.



# O PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE IMATRA

(Tradução da monografia editada na Finlândia)

## Introdução

«Durante o processo de desenvolvimento das suas indústrias, a Companhia Enso Gutzeit tem mantido invariavelmente a opinião de que a realização do plano duma comunidade industrial bem projectada envolve o bem-estar de toda a localidade em causa. Para a indústria, tal realização assegura as necessárias possibilidades de expansão para os sítios naturalmente mais adequados a este fim. E ao designar áreas residenciais e moradias, duma maneira que garante as mais adequadas relações entre elas, por um lado, e locais de trabalho e terrenos livres, pelo outro, conduz a agradáveis condições de vida, servindo assim a população local da melhor maneira possível. A solução adequada dos problemas de tráfego visa a uma ligação sem pontos de conflito, entre os lares e os locais de trabalho, escolas, outras instituições e lugares. Terrenos públicos, através duma planificação apropriada, podem ser utilizados para fins, beneficiando todos, e portanto criando uma harmonia e agradável totalidade que por sua vez aumenta a eficiência da empresa produtora.

Sabedor do facto, de que a companhia, como utilizador de mão-de-obra de grande importância, dentro da cidade de Imatra, tem uma íntima comunidade de interesses, como as zonas residenciais, que rodeiam as instalações industriais e também com as organizações comunais e administrativas que elas compreendem, o quadro de directores da Companhia Enso-Gutzeit, em 23 de Fevereiro de 1947, tomou a iniciativa de elaborar o plano de conjunto para toda a área dentro dos limites da cidade e encarregou-se de pagar as despesas que daí pudessem advir.

O professor Alvar Aalto foi convidado a apresentar o projecto.

Dentro do panorama finlandês, o plano de conjunto da cidade-mercado de Imatra é uma excepção.

Este é feito para uma comunidade cuja forma actual só recentemente surgiu, e pela combinação de várias comunidades pré-existentes com funcionamento independente, num único e maior agregado comunal.

Considerando os aspectos técnicos de planificação, a área da cidade-mercado de Imatra é igualmente excepcional pela sua vasta superfície. A máxima dimensão do seu eixo N-S aproxima-se dos trinta quilómetros, enquanto a dimensão E-O é de cerca de dez quilómetros.

Confinar os diversos centros que previamente actuavam independentemente para formar o referido agregado maior, apresenta dificuldades no que respeita ao funcionamento das actividades administrativas comunais. Semelhantemente, uma coordenação sem atritos de grandes conjuntos fabris com um meio social circundante composto de habitação, tráfego, instituições educativas e serviços de abastecimento, é também uma matéria com muitas dificuldades técnicas.

Confinar os diversos centros que previamente actuavam independentemente para formar o referido agregado maior, apresenta dificuldades no que respeita ao funcionamento das actividades administrativas comunais. Semelhantemente, uma coordenação sem atritos de grandes conjuntos fabris com um meio social circundante composto de habitação, tráfego, instituições educativas e serviços de abastecimento, é também uma matéria com muitas dificuldades técnicas.

Ao submeter o plano acabado à Administração Comunal da cidade, a empresa Enso-Gutzeit acredita que a sua realização dentro dum breve prazo — aproxima-

damente seis anos, depois da integração da cidade — facilitará, no que lhe diz respeito à realização das referidas funções administrativas.

A direcção da companhia deseja neste sentido exprimir a sua sincera gratidão ao professor Alvar Aalto, pela feliz solução do problema que lhe foi confiado. A direcção da companhia deseja igualmente agradecer a todos os que dum modo ou doutro assistiram ao professor Alvar Aalto na elaboração dos planos.

Imatra, Junho de 1953.

ENSO-GUTZEIT OSAKEYHTIO

Wm Lahtinen, Managny, director



**NUCLEO DE IMATRANKOSKI** — Uma das 27 divisões de Imatra. Repare-se na distribuição dos lotes para habitações unifamiliares. A baixa densidade de ocupação autorizada nestes lotes (8%) deverá impedir qualquer impressão de monotonia

## Memória descritiva de Alvar Aalto

A cidade-mercado de Imatra (há na Finlândia três tipos de autarquias locais: I — municipalidade, II — cidades-mercados e III — comunas rurais. A «kauppala», ou cidade-mercado, não tem nenhum equivalente exacto quer nos U. S. A. quer na Inglaterra, mas pode ser definida com certa exactidão como uma cidade com limites bastante extensos e incluindo algum terreno agrícola. Embora dum ponto de vista de organização se pareça com uma cidade, com o seu conselho municipal, presidente e diversas repartições municipais, a cidade-mercado difere duma cidade propriamente dita pela definição legal das suas responsabilidades. Imatra é a maior cidade-mercado da Finlândia em população e área — cobre cerca de 1.500 ha.) tal como nos aparece hoje, foi criada por circunstâncias já conhecidas. Três diferentes centros populacionais juntamente com os seus grandes prolongamentos industriais foram associados sob um governo local, formando assim o que no nosso país (Finlândia) é um fenómeno único: uma grande cidade-mercado formada a partir de unidades subordinadas.

Este facto já a diferencia das outras cidades e cidades-mercados da Finlândia.

**Estrutura** — Temos portanto uma municipalidade concreta, constituída a partir de diversas áreas densamente povoadas, nalguns casos relativamente longe umas das outras, e separadas por terrenos agrícolas e faixas de florestas. A própria percentagem de distribuição — 11,1% de áreas densamente povoadas; 14,4% de terrenos agrícolas; 62,3% de floresta e 12,2% de áreas industriais e de transportes — constitui uma combinação muito pouco frequente na Finlândia. Isto tudo é estruturado e unificado pelo rio Vuoksi, cujas margens são como que regularizadas pelas centrais de energia, e que forma, na fase final do projecto, um curso de água central e tranquilo, dominando toda a área da cidade-mercado. Um terceiro elemento é introduzido pelas extensas áreas industriais: ao Norte, concentradas nas margens do lago Saimaa, estão as indústrias ligadas à madeira e seus produtos, enquanto predominam no Sul da área da cidade as outras indústrias, que são independentes dum abastecimento natural de água.

O resultado é uma excessiva concentração nos extremos opostos da comunidade.

Uma vez que as concentrações existentes já estão muito desenvolvidas, segue-se naturalmente que na elaboração do plano da cidade o carácter da área tinha de ser mantido e até mesmo desenvolvido.

Na sua maior parte, a localização dos aglomerados de concentração densa foi mantida, embora se tenham acrescentado outros novos em sítios que fossem convenientes no que respeita a transportes e terreno. Assim como se fez uma tentativa para que as extensas áreas verdes que

ficam de permeio fossem ligadas coerentemente entre si, a fim de que formassem uma malha verde contínua. A esta área verde juntou-se o que ficara das áreas agrícolas, e deste modo a rede de verdura desenvolve-se gradualmente numa combinação de zonas florestais e terras de cultivo que desempenham a função de parques.

A nova área municipal criada a partir das zonas originariamente separadas e diferenciadas precisava, evidentemente, de ser ligada por um sistema de comunicações capaz de dominar e unificar todo o conjunto.

O antigo sistema ferroviário, formado por diversas pequeninas estações, foi transformado num mais concentrado. Uma das principais estações foi muito mais desenvolvida do que as outras formando o centro técnico de composição, o parque central de mercadorias, etc.

As outras estações permanecem numa posição secundária, e destinam-se ao tráfico local e à distribuição também local de diversos géneros. A nova estação de Imatra, com o seu parque ferroviário central, planeado, forma uma área ferroviária contínua com dois quilómetros de comprimento. Para conseguir isto, foi necessário deslocar a ponte ferroviária de Mansihkakoski, cerca de 1 quilómetro, com a consequência de que a estação de Taimionkoski, teve por sua vez de ser transferida da sua posição anterior para um local ligeiramente mais ao Sul. A junção da nova linha de caminho de ferro com a antiga é feita em Korvenkanta.

### Vias rápidas

Para enfrentar o tráfico de passagem foi necessário criar um novo sistema básico de separação entre o tráfico de passagem e o tráfico local.

A característica mais importante, que liga todo o sistema, é a via rápida, que corre de Nordeste para Sudoeste, e que, assim como a linha de caminho de ferro no coração de Imatra, se ramifica para Oeste e Sul. Além disso o sistema rodoviário da zona Noroeste da cidade-mercado, está ligado à ramificação ocidental desta via rápida.

Próximo de Vuoksenniska, a via rápida segue o itinerário entre Virasoja e Kaukopää, que já estava delineada em primitivos projectos. A via rápida voltando para Oeste de Virasoja segue a linha de caminho de ferro através do centro da cidade, sobre a ponte de Munkkakoski, e depois através dos campos abertos de Korvenkanta em direcção a Joutseno. O ramo meridional da via rápida, que liga a área industrial do Sul com o sistema rodoviário da cidade, segue de perto a linha de caminho de ferro e permanece separado do tráfico local. Depois de atravessar as áreas de Rajapatra e Rautatehdas e caminhar ao longo do lado Oeste da Estrada Enso junta-se finalmente a esta última na localidade de Jakola, ao Sul.

Ao Norte da cidade, perto de Kaukopää, a via rápida ramifica-se de novo, formando a entrada de Ruokolahi e a estrada para Savonlinna, via Simpele.

No decurso do projecto da estrada para Savonlinna, apresentaram-se duas alternativas: um itinerário para o Sul do caminho de ferro e um para o Norte. Como a apreciação deste problema por parte do Ministério da Construção de Estradas e Canais ainda não foi completada, somente a primeira proposta se apresenta no plano de urbanização, o que não exclui no entanto a outra alternativa — isto é: o itinerário Norte. Uma ligação adequada da via Norte seria, por exemplo, a rotunda de Saarlampi na projectada auto-estrada de Ruoklahti. O ponto em que a auto-estrada de Ruoklahti se ramifica da auto-estrada de Savonlinna é a Norte do aglomerado de Vuohseniska. Depois de passar sob o caminho de ferro, a auto-estrada de Ruoklahti segue a linha de alta tensão a Norte de Saarlampi e atinge o limite extremo da cidade no mesmo ponto que a antiga via. Visto que a costa do lago Saimaa está na área de expansão das indústrias de madeira, seria curto de vistas levar até às margens do lago a via de tráfico pesado muito cara, que já foi levada até Kaukopää.

As vias rápidas são auto-estradas subdivididas, tendo de cada lado uma faixa com 7 metros de largura.

A questão de se as ilhas centrais interfaixas seriam adequadas às particulares condições finlandesas (uma vez que a neve amontoada facilmente bloquearia as faixas de rodagem) será resolvida pelo desenvolvimento da técnica de limpeza da neve. No entanto, as ilhas plantadas para evitar o encandeamento, em terreno inclinado, tornam a construção da auto-estrada mais económica.

Nas intersecções das vias rápidas com o tráfico local, fez-se a tentativa, sempre que possível, de pôr as vias em níveis diferentes. No entanto foi necessário em muitos casos — sobretudo no lado Norte da cidade, que é bastante baixo — contentarmo-nos com os cruzamentos de nível, em parte por causa da topografia e em parte por causas técnicas ou económicas ligadas ao plano da cidade. Nalguns sítios usaram-se intersecções de nível ainda, quando a distância entre dois cruzamentos era excepcionalmente curta, mas nunca esta distância foi inferior a meio quilómetro. As rotundas dos cruzamentos foram projectadas de maneira a evitar um indesejado afrouxamento de tráfico.

Não há passagem de nível nos caminhos de ferro.

Os cruzamentos sobreelevados nos pontos mais movimentados, como seja no centro da cidade, perto de Mausikkakoski, e na estação de Kaukopää, têm vias de ligação com curvaturas invulgarmente abertas. O objectivo disto é evitar a congestão e afrouxamento do tráfego de longa distância ao passar nestes pontos.

As estradas, pontes, trincheiras, passa-





Plano parcial de uma das unidades residenciais de Imatra

gens inferiores e leitos para estradas pré-existentes, foram utilizados sempre que foi possível. Somente nalguns poucos casos foi preciso ignorá-los completamente. Por exemplo, a via rápida de Tainionkoski precisa duma passagem inferior em Korvenkanta, porém, a passagem existente na Estrada Principal n.º 6 não foi utilizada. Em vez disso, fez-se uma nova, 500 metros a Leste, porque a vizinhança da antiga passagem era demasiado estreita para permitir a intersecção de várias estradas. Também por outro lado a utilização da antiga passagem inferior teria dissociado o cemitério da floresta da área do parque, no lado ocidental da estrada.

### O centro da cidade

Quando uma nova municipalidade é formada a partir de vários núcleos dispersos, torna-se inevitavelmente necessário um novo centro administrativo. Neste caso a solução mais proveitosa parecia ser ignorar todos os velhos centros, Imatrankoski, Tainionkoski e Vuoksenniska, e formar um novo, mais central, foco administrativo que seria útil a todas estas áreas.

Isto formaria uma quarta concentração dominante de população e um novo centro de tráfego.

A área escolhida para este fim está situada entre o rio Vuoksi, Virasoja e a linha de caminho de ferro meridional. O tráfego ferroviário pesado está concentrado aqui e as intersecções mais importantes das vias rápidas estão próximo.

O método que foi escolhido para a criação do centro administrativo foi também empregado noutros lados do plano de urbanização: os campos de jogos e terrenos para recreio, por exemplo, foram escolhidos de tal maneira que um deles se tornasse o principal da cidade enquanto os outros foram projectados para serem menores e de uso local. Mais exemplos se poderiam apresentar, embora na maioria menos ilustrativos devido à sua própria natureza (é o caso das escolas e instituições religiosas). As áreas industriais foram projectadas de forma a permitirem a maior expansão futura possível, e deu-se particu-

lar atenção às feições características da indústria finlandesa de madeiras, nomeadamente a sua necessidade de bastante zona marginal e de abastecimento de água, situadas dentro da área industrial.

Para as indústrias em pequena escala reservaram-se sítios para edificação, em cada localidade, que possam vir a ser transformados no caso de um desenvolvimento industrial futuro. Conjuntos de áreas residenciais, poderão ser usados para a construção destes prédios industriais.

A primeira fase da criação do plano de conjunto foi um estudo geral preliminar das diferentes áreas.

O plano de conjunto resultante deve ser considerado como uma estrutura para receber quaisquer planos de pormenor, que possam vir a ser necessários. Alguns destes planos de pormenor foram projectados ao mesmo tempo que o plano de conjunto e foram incluídos na colecção de processo. Os principais dentre eles são: o novo centro municipal, o conjunto de repartições e escritórios, edifícios comerciais e residenciais, ambas as margens da baragem do Imatra e algumas áreas destinadas a casas unifamiliares para uso do pessoal das indústrias.

### Planos anteriores

A parte o projecto do sr. Pernaja, anterior à guerra, que abrangia o lado Oriental do rio Vuoksi, e alguns esquemas e esboços fragmentários feitos principalmente para uso da indústria e para aquisição de terras, não havia nenhum plano regulador consistente, prévio. A falta dum plano de conjunto é evidente, por exemplo, no trabalho de reconstrução e repovoamento, em toda a área da cidade, pela Repartição da Colonização (A. S. O.) do Ministério da Agricultura.

### Agrupamentos da população, tipos de habitação, dimensão da população

O plano de construção tem em vista três tarefas principais:

- 1) A definição e integração dos primiti-

vos núcleos dispersos já estabelecidos, em unidades capazes de viver.

- 2) A criação duma nova municipalidade que sirva, tanto pela sua localização como pela sua organização interna.

- 3) O agrupamento dos núcleos rurais, espalhados pela periferia da cidade, em povoações formadas por propriedades agrícolas, pequenas quintas, etc.

O desenvolvimento de Imatra deve, evidentemente, incluir em proporções justas todos os aspectos e feições que se têm gradualmente desenvolvido em resposta às condições finlandesas.

Uma vez que o clima da região é aproximadamente à média da Finlândia e o terreno é muito adequado para fins de construção, estes factores não foram de modo a compeli-los a utilizar tipos de habitação pouco comuns. Há, contudo, certos pontos que precisam de ser frisados:

### Residências de tipo unifamiliar

No conjunto da cidade, a proporção das casas unifamiliares incluirá 37% dos habitantes, enquanto os 63% restantes serão alojados em edifícios de apartamentos. Na planificação das casas unifamiliares, uma das preocupações foi escolher terrenos que permitissem a utilização dos tipos de edificação mais económicos, para manter as despesas iniciais de construção dentro dum mínimo. A terra arável foi preferida, porque não só permite esse tipo de construção mais barato mas também faculta aos ocupantes das casas um aumento das suas fontes de receita.

Por outro lado a proporção de casas unifamiliares a construir não foi fixada teoricamente de antemão com base em percentagens. Outras áreas a proporção de edifícios de apartamentos é maior do que o habitual. Isto acontece porque há áreas de florestas e terrenos agrícolas dentro da cidade, adequados para receberem mais casas unifamiliares, e considerou-se desejável reservá-los para este fim. Na secção do plano de urbanização que trata das áreas construídas pretende-se que seja elástica, a fim de que diferentes tipos de habitação possam ser substituídos sem desvantagem para a estrutura total.

As dimensões dos lotes correntes para casas unifamiliares variam entre os 800 m<sup>2</sup> e 1.500 m<sup>2</sup>. 800 m<sup>2</sup> foi a superfície considerada mínima e foi utilizada apenas em casos especiais impostos pelo terreno e pelas utilizações anteriores da terra. No plano de conjunto não se faz referência nenhuma aos limites dos lotes unifamiliares, tal como emanam dos regulamentos governamentais de construção, uma vez que esta tarefa cabe ao plano de urbanização pormenorizado.

É possível construir anexos em cada lote, e para qualquer fim necessário. O autor do plano considera esta cláusula indispensável na Finlândia, para evitar grandes caves muito caras, elevando-se acima do nível do solo.

### Conjuntos de edifícios de apartamentos

Em geral os edifícios têm um máximo de três andares, mas em certos locais espalhados há edifícios de quatro andares,

em terrenos de encosta. Também se indicaram no conjunto algumas torres de apartamentos, as quais terão um máximo de cinco andares. A maior parte dos locais projectados para edifícios de apartamentos foram inseridos com relativa aproximação para dar as condições gerais da área, mas em cada caso particular a implantação será ajustada de modo que dê mais vantajosa adaptação aos contornos do terreno. A maior parte das implantações tem os edifícios agrupados em volta dum centro comum. O objectivo disto é conseguir uma unidade doméstica, feita a partir de unidades de habitação rodeando os seus campos de jogos e parques de recreio, economizando na distribuição de aquecimento central e nas ruas da maneira mais prática possível. Assim o esquema de edificação está baseado num grupo de pequenos edifícios de apartamentos, que formam em conjunto uma unidade doméstica, beneficiando duma central de aquecimento e de outros serviços.

Resulta também que há um número crescente destes centros comuns, assistindo a unidades maiores do que um pequeno edifício de apartamentos. As cercias e outros pormenores regulamentados oficialmente serão apresentados no plano de urbanização pormenorizado.

## População

Tomando em conta o crescimento normal da população, e o seu aumento produzido pela expansão já prevista das indústrias da madeira e pelo aparecimento de outras, o tamanho da população em vista para a fase final da futura comunidade é de 100.000 pessoas. Este número inclui os estabelecimentos agrícolas na periferia da cidade. O grau de confiança que nos merece este valor sobre o tamanho da população é evidentemente relativo, como é sempre o caso quando o ritmo de desenvolvimento é perturbado pela fundação de indústrias, e muitos outros factores imprevisíveis. É portanto importante ter áreas de reserva no plano de urbanização da cidade, que sejam suficientemente grandes para poderem ser chamadas a salvaguardar o desenvolvimento da comunidade em todas as circunstâncias possíveis.

O número de 100.000 corresponde às densidades combinadas de duas áreas: na área de casas unifamiliares  $e=0.08$  e na área de edifícios de apartamentos  $e=0.3$ . Estes números podem ser considerados excelentes quer do ponto de vista técnico quer social (e representam o índice de quociente entre a superfície de pavimento e a área total dum dado lote).

Uma zona plançada = blocos de habitação + espaço das ruas. A área de pavimento = soma da área total habitável nos edifícios.

## Centros comerciais (distritos urbanos)

Os distritos urbanos mais importantes (marcados a preto no mapa-chave «Kaupalan Yleisasetmaksava») já existem.

Imatrankoski e Vuoksennike são os maiores e mais claramente definidos de todos os centros. O distrito urbano de Tainiarkoski, que fica entre estes dois, fica indeterminado em parte por causa dos centros

vizinhos e por outro lado por causa do grau de dispersão das suas habitações.

A maior fraqueza dos velhos centros tem sido a sua configuração irregular. As ruas comerciais e residenciais são igualmente usadas para tráfico de passagem e o resultado é uma séria congestão. O novo arranjo das ruas e das vias rápidas elimina este defeito e aumenta a eficiência dos centros.

Foram projectados três novos distritos urbanos:

1) O distrito urbano do lado oriental de Mansikkakoski próximo das repartições do governo local.

2) O centro de Virasoja, na vizinhança da estação de caminho de ferro e a estação central de autocarros.

3) O agrupamento entre a estação ferroviária e o rio Vuoksi, juntamente com a igreja, a escola e o terreno de jogos.

Entre os centros existentes merecem menção os seguintes: a concentração urbana de Rajápatas provocada pela indústria a Sul da cidade, e a Norte o centro de Rautionkyliä, que cresceu a Sul da estação ferroviária de Immola.

Os regulamentos locais de edificação autorizam construções de 2 e 3 pisos dentro dos distritos urbanos. Nalguns casos particulares, porém, autorizaram-se edifícios de 5 pisos (torres de apartamentos).

## Áreas industriais

A cidade-mercado de Imatra cresceu em volta da sua indústria.

A indústria da madeira, cujo abastecimento flutuante precisa duma grande extensão de água, está situada ao longo da costa do lago Saimaa, a partir de Tainionkeski para o Norte até ao limite da cidade.

A configuração em forma de faixa da área industrial e as cadeias de edifícios fabris também determinam as linhas gerais do plano projectado para as áreas a norte da cidade. O sistema rodoviário e as áreas residenciais devem obviamente acompanhar a indústria e por esta razão adquirem também um carácter linear. É evidente que há necessidade duma via rápida passando entre a área industrial e a residencial que sirva ambas, assim como de vias transversais entre aquelas duas áreas para o tráfico local. É importante que haja um mínimo de cruzamentos entre a via rápida e o tráfico local.

A estrada Vuoksennike-Ruokolahti, que até aqui tem servido o tráfico longitudinal até ao ponto onde forma uma tangente aos edifícios fabris de Kaukopää, actualmente torna qualquer futura expansão industrial impossível nesta área. Por consequência necessário deslocá-la mais para Leste, neste plano de urbanização, a fim de que fique mais próxima do limite da área industrial.

Como resultado a nova localização serve também a estação ferroviária de Immola e as áreas residenciais. Para lá de Immola a estrada segue a linha de alta tensão, encurvando mais longe a Leste em Saariampi, mas voltando para se reunir à velha estrada, já no limite da cidade. Não há a certeza da extensão em que a indústria necessitará das margens do lago Saimaa a Norte, até Ruokolahti, mas consideran-

do o curso do desenvolvimento dentro da cidade há boas razões para excluir um desenvolvimento correspondente fora dos seus limites. Por esta razão apenas, dever-se-ia fazer um estudo geral, para determinar até onde o tráfico da passagem para o interior do território feito ao longo do lago Saimaa poderia ser conduzido para a área do distrito rural de Ruokolahti, e que itinerário deveria ser usado. Isto mostrou-se necessário na parte Norte da cidade de Imatra.

A forma de banda da área industrial levou a certas vantagens notáveis que foram exploradas no plano de urbanização. O tráfego interno da zona industrial não perturba o tráfego normal da cidade. Além disto os percursos diários para os locais de trabalho serão curtos visto que as áreas residenciais podem ser enfiadas como costas ao longo da zona, reduzindo as distâncias locais ao mínimo. As águas conjuntas do lago Saimaa e do rio Vuoksi, proporcionam à zona industrial abertura e sanidade, e são por isso muito importantes dos pontos de vista económico, social e higiénico.

As indústrias do ferro e químicas são a Sul da cidade e próximo dos rápidos que constituem a fonte de energia eléctrica. Esta área é muito menos favorável do que a das indústrias da madeira, visto que as possibilidades de expansão são muito limitadas em qualquer direcção. A Oeste está o rio Vuoksi, a Leste o caminho de ferro, a auto-estrada e as zonas de habitação já formadas em cima da indústria.

A Norte, há a área residencial e a Sul a fronteira nacional. Deveria ser absolutamente proibido construir habitações a Oeste da chamada estrada Enso.

Em vez disso, todas as áreas residenciais deveriam seguir o plano geral e ser localizadas suficientemente longe para Leste da área industrial ou nalgum sítio dentro das áreas reservadas na margem Oeste do rio Vuoksi. Deveria ser possível deslocar o caminho de ferro para a margem do rio Vuoksi, se fosse preciso.

Se fosse deslocado seria possível, por exemplo afundar o nível do leito do caminho de ferro sobre a margem, de maneira a causar a menor perturbação possível à construção das projectadas pontes sobre o Vuoksi e a todo o tráfico em geral. Deve-se ter em consideração também a possibilidade de remover as irregularidades das margens do rio para que se obtenha uma melhor curvatura para o novo caminho de ferro a Norte de Raukahahti. Quando for questão de fazer o aterro da linha marginal dever-se-ia ter presente que há desperdícios da produção das fábricas à disposição no próprio local.

## Pequenas indústrias

A juntar às principais indústrias poderiam as pequenas indústrias vir no futuro a assumir alguma importância na cidade de Imatra. As seguintes categorias de indústrias menores foram consideradas neste plano:

1) Pequena indústria, requerendo proximidade com as estações de caminho de ferro.

2) Pequena indústria, requerendo transportes motorizados.

3) Indústria artesanal, a forma mais pequena da indústria menor. Tal indústria pode ser localizada nas áreas residenciais, uma vez que é dum género não prejudicial para o carácter das zonas vizinhas, e não precisa de maneira nenhuma de comunicações de primeira classe.

Assim as indústrias menores foram localizadas não apenas próximo das estações de caminho de ferro e das vias rápidas, mas também em pequenos grupos dentro das áreas residenciais. As diferentes exigências destas manufacturas podem ser atendidas da maneira mais elástica possível, pela junção de vários pequenos lotes.

No plano geral, as áreas para a pequena indústria são projectadas de maneira que em relação ao todo sejam possíveis variações individuais, como são por exemplo as combinações dos diferentes tipos de pequena indústria.

Destas áreas, as mais importantes estão assim em contacto com o caminho de ferro ou o sistema de vias rápidas e as implantações são muitas vezes dispostas duma maneira que permite que o tamanho do lote seja modificado consoante a actividade a ser desenvolvida.

### Edifícios públicos

A vida social dentro da cidade exige edifícios públicos adequados.

Em anos vindouros haverá um acréscimo particularmente do número de escolas elementares, de jardins de infância, creches diurnas, clínicas e hospitais, assim como de centros sociais.

Estes tipos de edifícios públicos, que não deveriam ser localizados em grandes centros ou em locais de muito movimento, foram agrupados em pequenos grupos dentro dos parques que separam as zonas construídas. Mesmo os edifícios públicos que precisam de estar nos grandes centros foram eficientemente isolados, onde fosse possível, dos espaços para habitações vulgares. Isto, evidentemente, não implica que haja um veto absoluto contra a localização de edifícios públicos entre as habitações se tal condição for essencial.

Uma vez que apenas é possível uma estimativa aproximada da procura futura deste tipo de edifícios, a reserva de locais para este fim é muito maior neste plano do que é habitualmente exigido.

### Áreas desportivas

A semelhança dos edifícios públicos, os campos desportivos foram espalhados em vários grupos, dentro do conjunto.

Esta rede de campos desportivos está ligada às áreas residenciais por meio dos parques situados entre as habitações, e por sua vez ligam as áreas residenciais às florestais.

Os grandes campos de jogos tiveram de ser evitados por causa de enorme empate de capital inicial e pelos altos encargos de manutenção.

Os pequenos campos, adequadamente localizados, são particularmente aplicáveis às condições em Imatra. Mais terreno do que o comumente exigido, foi reservado para desportos, a fim de permitir uma maior procura no futuro.

### A cadeia de verdura do conjunto

O termo acima abrange uma combinação de terrenos de parque, prados, campos e terras caracteristicamente de floresta separando as várias áreas residenciais das suas contíguas, e que formam uma feição única e tipicamente de Imatra. A cadeia verde é de grande importância para a rapidez do desenvolvimento da cidade. Oferece excelentes possibilidades para exercícios ao ar livre, e prevê boas localizações para vários tipos de terrenos desportivos. Além disso forma a área de reserva para a expressão das zonas residenciais e de tráfego da cidade.

A cidade de Imatra é mais afortunada do que a maioria, no que diz respeito a parques. Os parques (terra de floresta mantidas intactas), formam de longe a feição mais saliente do plano, ao ponto de Imatra se poder verdadeiramente chamar uma cidade de floresta. E portanto desnecessário projectar parques artificiais entre as áreas construídas, particularmente, porque a floresta muitas vezes penetra até ao coração dos centros principais. O carácter finlandês destes parques deve ser preservado e se possível acentuado.

A beleza única da paisagem finlandesa não depende duma vegetação luxuriante, de cores vivas ou contornos recortados, mas tem uma beleza severa e ingénua muito própria, que precisa de ser conservada intacta.

Isto não significa que os parques não precisem de atenção. Pelo contrário, a manutenção das áreas de parque implica um ainda mais cuidadoso e compreensivo tratamento da floresta, do que o normal, a planificação das zonas circundantes, e acima de tudo uma estrita vigilância. O objectivo principal não é tirar benefícios económicos directos destas zonas, mas sim preservar e intensificar o seu carácter de sítios de beleza local, e o seu valor recreativo geral, para toda a comunidade.

### Esgotos e abastecimentos de águas

A organização dos esgotos na cidade de Imatra é uma tarefa muito complicada e difícil. Isto é devido à dispersão da população e também ao crescimento desta em locais que, tanto do ponto de vista da topografia como em relação a obras de águas, são difíceis de drenar. Haverá provavelmente mais áreas de esgotos do que as normais e consequentemente mais pontos de descarga. Por outro lado porém o rio Vuoksi, correndo ao longo de todo o conjunto, torna possível uma redução no comprimento do sistema principal e no custo do tratamento. Os centros de purificação são escassamente necessários por um certo período de tempo ainda, embora a água dos estabelecimentos industriais também corra para o rio.

Uma vez que a organização mais exacta do sistema de esgotos da cidade precisa duma investigação mais extensa e demorada, considerou-se suficiente no plano geral apresentar apenas demarcações aproximadas das áreas a drenar, e devido à imperfeição dos mapas disponíveis, estas podem até ser incorrectas nalguns sítios.

Segundo o plano, a água será captada no lago Immola. Para conservar esta água do lago não contaminada, é preciso que os esgotos das casas circundantes sejam levados para outro sítio. Provavelmente a única solução será transportar os esgotos, com o auxílio de bombagem, ao longo da costa do lago Immola, através de Virasjo, até ao rio Vuoksi. Obviamente, este arranjo será difícil e comparativamente caro.

É provável que pelo menos duas torres de águas sejam necessárias. Uma delas fornecerá água às partes central e meridional da cidade, enquanto a outra abastecerá se fosse localizada na posição mais vantajosa, a Norte da estação de Immola, as zonas setentrionais da cidade.

### Linhas limitrofes do plano geral de urbanização

Como acontece em relação a todas as comunidades urbanas, as habitações nos subúrbios foram um dos problemas ao planear Imatra. Consiste este problema no crescimento de habitações junto da cidade sem qualquer plano adequado ou método de controle. A principal razão disto é o baixo preço dos terrenos em conjunção com a proximidade dos centros. Mais tarde torna-se necessário juntar estas áreas suburbanas à própria cidade, mas nessa ocasião é muitas vezes esmagadoramente difícil dar-lhes as características duma cidade. A única maneira de evitar tais dificuldades é uma separação suficientemente precoce entre a cidade e as construções habitacionais no campo, por meio duma zona de protecção. A este respeito a cidade de Imatra está algo afortunadamente localizada, uma vez que está limitada a Norte, Este e Sul, quer por água quer por um país estrangeiro.

No entanto, por causa da grande superfície da cidade e da descentralização da habitação, a diferença entre cidade e campo, pode ser nalguns sítios muito confusa. É particularmente o caso do limite ocidental. Espera-se portanto o aparecimento, nesta área, de construções suburbanas, num futuro próximo. Com um olho no futuro, haveria que fazer uns acrescentos à cidade, que seriam as seguintes áreas: Korvenkylä; Ranha; Tiuruniemi.

Uma única, embora pequena, área fica situada no lado Nordeste da cidade. É a aldeia de Huntanen, onde as dificuldades gerais são acrescidas da sua falta de condições para o escoamento dos esgotos. Nesta parte da cidade os regulamentos de construção deveriam impor limitações apertadas, pelo menos até ao ponto de não autorizar implantações com menos de 3.000 metros quadrados em locais que não pudessem ser ligados ao sistema de esgotos da cidade.

Um cuidado a ter nesta tentativa de evitar o crescimento de habitações suburbanas em más condições de sanidade, consiste em prever regulamentos adequados sobre as áreas exteriores da cidade, e torná-los obrigatórios.

# ELEMENTOS SOCIOLOGICOS DO «HABITAT» URBANO

Arq. Carlos S. Duarte

O presente trabalho é na realidade um extracto da comunicação com o mesmo título que o autor realizou no I Colóquio sobre problemas do «Habitat» realizado em Fevereiro deste ano por iniciativa do S. N. A. Devido à sua extensão fomos obrigados a excluir todo o 3.º capítulo (Cultura Urbana) assim como a primeira parte do 1.º (Geografia Urbana), que pensamos publicar num futuro número de *Arquitectura*.

## *Factores de transformação da cidade: Centralização, descentralização, segregação, invasão e sucessão*

A cidade contemporânea, nascida da Revolução Industrial, está longe de apresentar a estabilidade funcional e social que mostravam os aglomerados antigos. Nela manifestam-se permanentemente certo número de movimentos, ordenados ou espontâneos, tendentes a um ajustamento das populações ao meio, que alterações de múltipla ordem e o seu próprio crescimento vão tornando inevitáveis.

Os sociólogos que ao problema se têm dedicado referem-se em geral a cinco formas desses movimentos de ajustamento. São eles: a centralização, a descentralização, a segregação, a invasão e a sucessão.

Na verdade, pouco mais há que dizer acerca das características gerais destes fenómenos do que o que as próprias palavras indicam. A centralização, como é sabido, resulta da tendência para reunir numa mesma zona actividades afins, que podem ser de muita ordem (industriais, administrativas, culturais, desportivas e educacionais). Os motivos que a justificam podem também ser muitos e basear-se em dados de economia, eficiência, entreaajuda, etc. Pode resultar de planos de urbanização e regulamentos oficiais ou pelo contrário surgir onde menos se espera, obedecendo a circunstâncias imprevisíveis.

Caso típico de concentração é o dos centros comerciais que se formam por vezes em velhos e novos bairros das cidades por aumento populacional destes, por alterações surgidas nos sistemas de transportes públicos ou por quaisquer outras razões do género.

Exemplo tradicional e bem conhecido é o das concentrações profissionais e de certas actividades comerciais. Em Lisboa existem ainda hoje as Ruas dos Correios, dos Sapateiros, dos Douradores e outras, que são, por assim dizer, exemplos históricos dessa tendência; e mesmo noutras zonas se pode observar o mesmo fenómeno. Repare-se, por

exemplo, no enorme número de consultórios médicos existentes na Avenida da Liberdade ou de sapatarias na Calçada do Combro.

A descentralização, ou dispersão, é, evidentemente, o movimento oposto ao da concentração. Pode, da mesma maneira, resultar de uma política urbana, regional ou nacional, deliberadamente prosseguida (e todos nós, por exemplo, conhecemos planos de descentralização industrial) ou na ausência daqueles, e, na medida em que a necessidade ou o interesse o justifiquem, surgir com certa espontaneidade, como resposta a circunstâncias locais.

O terceiro elemento indicado é o da segregação. A segregação étnica, porventura a mais grave pelas suas múltiplas implicações sociais, económicas e políticas, é particularmente sentida nas cidades dos Estados Unidos, onde existem milhões de emigrantes e descendentes de emigrantes. Em muitas delas há bairros, ou pelo menos zonas, onde habitam os judeus, os polacos, os italianos, os negro do Sul — que migram para as cidades industriais do Norte em procura de melhor salário e estatuto social —, os chineses, etc.

Em regra as sucessivas camadas de emigrantes dirigem-se para os mesmos bairros onde outros já se tinham estabelecido antes (muitas vezes, seus familiares ou conhecidos). Como veremos adiante são estes geralmente os piores bairros das cidades, situados na chamada zona de transição, em volta do centro principal. Com frequência estes núcleos raciais ou nacionais apresentam-se fechados na sua vida social, agindo como colónias estrangeiras e constituindo autênticas cidades dentro da cidade.

Outro elemento determinante na evolução das cidades é o da invasão. A invasão, neste caso, refere-se à entrada de largas camadas de indivíduos numa zona primitivamente ocupada por outro grupo étnico ou social.

Cole fala de dois tipos de invasão particularmente frequentes nas cidades do seu país (1): a de negros, nas cidades do Norte; e a invasão das zonas tradicionalmente ocupadas pela alta burguesia por famílias de classe média. Esta úl-

tima—seguido conta—tornou-se nos últimos anos frequente, tanto devido à melhoria do nível de vida desta classe como a facilidades de crédito que tornam possível a muita gente comprar uma casa.

Outro caso frequente é o das invasões comerciais que se verificam quando, por motivos de localização, preço de terrenos e outras, uma área habitacional se torna zona de comércio.

Estes movimentos—estas invasões—de zonas tradicionalmente dedicadas a uma função ou dominadas por uma determinada camada social não se fazem sem dificuldades e litígios. A resistência dos primitivos ocupantes pode tomar várias formas. A mais vulgar é a de uma manifesta atitude de indiferença ou desprezo para com os recém-chegados; proibição aos seus filhos de confraternizarem com os das novas famílias; pressões sobre o comércio local para que não satisfaça a nova clientela, etc. Em alguns casos—note-se que estamos a falar dos Estados Unidos—é feito um convite formal aos «invasores» para que abandonem a área. Noutros ainda tenta-se comprar a sua saída pela oferta de uma compensação material.

Quando as novas famílias são de cor e reacção é sempre muito mais forte e, na ausência de justificações legais, pode ir mesmo ao extremo das violências corporais<sup>(\*)</sup>: No entanto, no geral, estas tentativas de defesa estão condenadas ao fracasso—com o correr do tempo os invasores acabam quase sempre por vencer.

Acontece muitas vezes que os primitivos ocupantes da zona, incomodados pela presença crescente de indivíduos de classe social, raça ou nacionalidade consideradas inferiores em relação à sua, acabam por emigrar, constituindo novos núcleos na periferia. A esta mudança se dá o nome de sucessão.

Assim, e repetindo o que dizem autores americanos, as cidades principais do seu país seriam uma espécie de campos de batalha na luta das classes sociais e dos grupos étnicos entre si.

Como é óbvio, todos estes tipos de movimentos por assim dizer «naturais», dentro de uma cidade, podem ser acelerados (ou anulados, ou retardados, ou mesmo invertidos) por circunstâncias exteriores. Por exemplo, devido à abertura de novas vias de grande trânsito ou novas linhas de metropolitano; pela inauguração de um grande grupo fabril nos subúrbios; pela persistência de uma grave crise económica; e, evidentemente, pelo zonamento dum plano de urbanização e pela possível estruturação vicinal nele prevista.

Não se pense, no entanto, que o planeamento urbano, só por si, é suficiente para, de um ponto de vista sociológico, determinar uma geografia urbana estável. Neste capítulo têm surgido grandes surpresas e aos autores de muitos planos têm-se por vezes deparado realidades bem diversas das que previam.

Dou um exemplo:

Num estudo recente sobre Buckhaven, uma cidade mineira da Escócia, o sociólogo inglês William Watson notou ali oito áreas sociologicamente diferenciadas.

Segundo ele, ninguém numa análise imediata o poderia supor. A cidade fora elaborada por um prisma nivelador e igualitário. Não se tinham previsto áreas para ricos e áreas para pobres, ruas para famílias de mineiros e ruas destinadas à classe média ou aos técnicos e administradores. As rendas das habitações e as áreas destas tinham sido positivamente misturadas segundo parece de acordo com a mesma intenção de evitar bairros socialmente diferenciados.

Pois bem. Inquéritos metódicos ali efectuados posteriormente levaram à curiosa verificação de que uma rua para outra se localizavam camadas sociais diversas. Que os mineiros constituíam uma classe tão isolada na nova cidade como o tinha sido nos velhos bairros destruídos pela «Blitz»; que a classe média, ciosa da sua superioridade na escala social, continuava a evitar as zonas daquela; que os mé-

dicos, engenheiros e outros profissionais de formação universitária evitavam as ruas habitadas pelo proletariado, etc.

Resumindo: de nada tinham valido as boas intenções dos urbanistas. Por vezes, na mesma rua, existiam frente a frente as casas dos operários e as casas dos outros. A geografia social evoluíra fora dos planos e mantinha-se tão segregada como nos velhos tempos.

## As leis de evolução urbana Teorias de Burgess e Hoyt

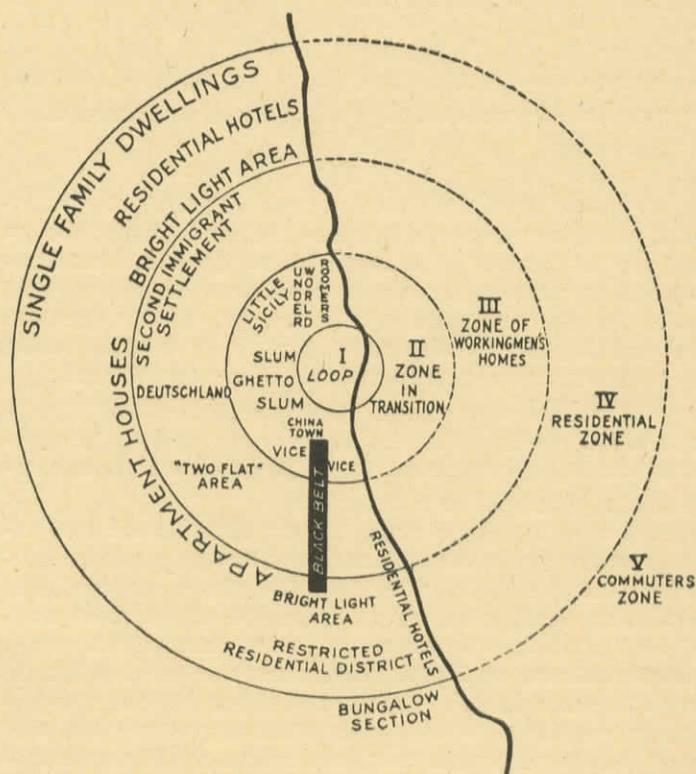
A observação destes elementos de mobilidade social e funcional levou alguns sociólogos a procurarem leis gerais que explicassem o crescimento das cidades.

A primeira hipótese—que é ainda hoje a mais citada e discutida de todas—foi levantada em 1923 pelo professor Ernest Burgess, da Universidade de Chicago.

Várias vezes emendada pelo próprio autor—que de resto sempre limitou a validade da sua aplicação às cidades do seu país—afirmava fundamentalmente que as cidades tendem a crescer por meio de sucessivos anéis concêntricos partindo do centro comercial para o exterior<sup>(\*)</sup>.

Assim, segundo Burgess, as cidades americanas apresentariam normalmente cinco anéis—correspondentes a cinco zonas sociológica e funcionalmente diferenciadas—cuja características principais ele definia da seguinte maneira:

ZONA I—O chamado «Central Business District», a Baixa é a zona central, foco da vida cívica, social e comer-



Esquema da ecologia de Chicago

O primeiro círculo assinala a zona comercial; o segundo, a zona de transição, em que o comércio penetra na parte residencial envolvente; os restantes círculos referem-se às zonas residenciais referidas no texto.

Dentro dos anéis são indicados alguns bairros «nacionais» (chineses, siciliano, alemão), assim como as características mais salientes das zonas. A linha sinuosa marca o contorno do lago Michigan, limite natural que obsta a que os círculos se fechem.

Alguns autores consideram que este esquema de crescimento por áreas concêntricas deixou de ser válido devido à aceleração de todo o processo de crescimento.

(Robert Park, Ernest Burgess e R. McKenzie, THE CITY)

cial da cidade onde se concentra o comércio de retalho, com os seus grandes armazéns e lojas elegantes, edifícios comerciais, «clubs», bancos, teatros, museus, etc.

Em volta deste coração da cidade situa-se um outro distrito, ainda dentro da Zona I, que serve de quartel general para o comércio por grosso, com os seus armazéns e mercados. Nele se concentram, ainda, algumas actividades industriais. É o que ele chamava o «Whole Sale Business District».

A ZONA II forma o primeiro anel em volta do centro comercial.

Noutros tempos habitada pelos primeiros emigrantes, constitui agora aquilo que Burgess designa como a zona em transição, onde todos os anos grande número de propriedades são demolidas para dar lugar a novos imóveis de utilização comercial, conforme o centro se vai alargando.

Área de decadência física e social nela se manifestam as maiores concentrações de pobreza, delinquência, desintegração familiar, doenças mentais, prostituição e outros males sociais. Normalmente, as famílias que conseguem melhorar a sua situação económica abandonam-na e passam a viver na zona seguinte — a III.

Em Chicago, onde o professor Burgess efectuou os seus principais estudos, como noutras cidades industriais da América, é constituída por bairros habitados por pessoas que trabalham no centro. As construções são em geral de dois pisos. Com frequência o prédio é de propriedade do ocupante do r/c que por sua vez aluga o outro andar e daí retira um rendimento.

A sua população é largamente formada por emigrantes de uma segunda vaga, em que predominam os trabalhadores industriais. Facto verificado pelos inquiridores orientados por Burgess, os filhos destes desejam em geral ser empregados comerciais, funcionários públicos, caixeiros, etc. — e não operários como seus pais — deslocando-se assim para o sector terciário. Muitos deles, quando se casam, abandonam esta zona e passam a viver na zona IV.

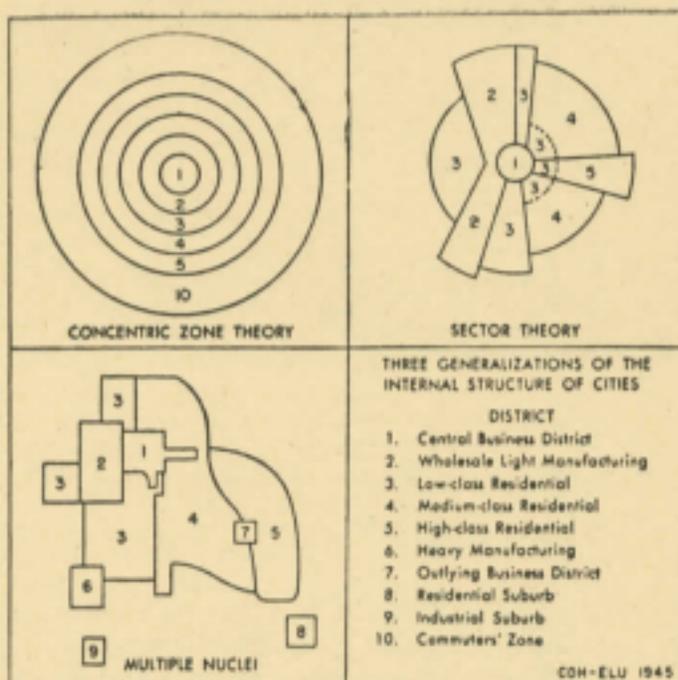
Esta, a zona IV, é a das melhores residências, socialmente caracterizada por nela viverem de preferência os indivíduos nascidos no país, pertencentes no geral à classe média (empregados comerciais, vendedores, pequenos comerciantes, técnicos, etc.).

Do ponto de vista arquitectónico e urbanístico, esta zona tem registado nos últimos anos uma notável evolução: outrora semeada por habitações individuais, está sendo invadida por altos blocos habitacionais e hotéis residenciais. Igualmente aí se tem verificado o aparecimento de centros comerciais e sociais de importância e de «super-markets» que retêm parte progressivamente maior dos consumidores em prejuizo da zona central. Neles se incluem já teatros e cinemas, restaurantes, «dancings», hotéis, armazéns de modas e mesmo sucursais de bancos e salões de exposição de automóveis.

Factor sociologicamente importante, nesta área o número de mulheres é sempre superior ao dos homens e a influência da mulher no lar maior que na zona 3 onde habitam emigrantes, vindos no geral da Europa, que mantêm os hábitos do seu país de origem, quanto à autoridade paterna dentro da família. Nesta área a venda de jornais e livros é consideravelmente maior que nas restantes e numerosos e influentes os clubes femininos. Politicamente é uma zona de grande instabilidade, sujeita a variações inesperadas nas consultas eleitorais.

Finalmente temos a 5.ª zona — situada para lá da área das melhores residências e constituída por aglomerados satélites com carácter de dormitórios, visto que a maior parte da sua população activa trabalha no centro e para lá se encaminha diariamente voltando apenas à noite.

A influência da mulher no lar, motivada pela ausência prolongada dos homens, é aqui ainda maior que no caso da zona IV, onde a mulher com muita frequência trabalha fora de casa e a sua influência deriva principalmente da



#### Teorias sobre a estrutura interna das cidades

A teoria do desenvolvimento concêntrico (A) é uma generalização para todas as cidades. A teoria sectorial (B) varia de cidade para cidade. O Diagrama de núcleos múltiplos (C) é um caso possível entre muitos outros.

(William Cole, URBAN SOCIETY)

sua independência económica e reflecte-se tanto no lar como na vida social.

Outra característica desta zona — a 5.ª — encontra-se no carácter altamente individualizado dos núcleos que a constituem, o que dá origem por vezes às coisas mais disparates: por exemplo, como Burgess cita, a pequenas cidades como Burnham, nos arredores de Chicago, cuja existência se deve principalmente a actividades criminosas organizadas: ou a Lake Forest, que é notável pela sua riqueza e vida cultural.

Esta é, nos seus aspectos essenciais, a teoria zonal de Ernest Burgess.

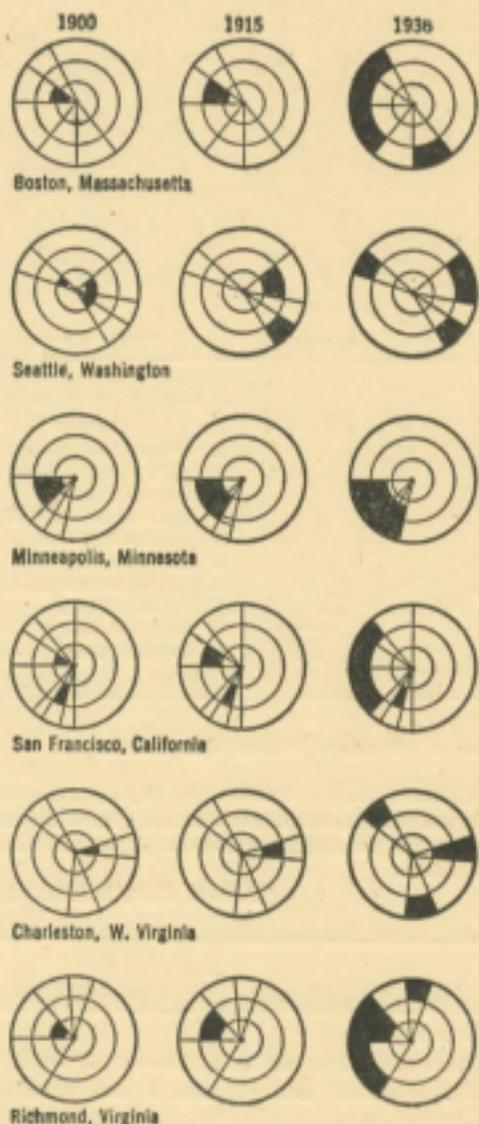
Durante muito tempo as suas ideias foram mais ou menos aceites como válidas. Houve sempre no entanto um certo número de sociólogos que se recusaram a acreditar na possibilidade de estabelecer leis gerais de crescimento urbano. Para esses, cada cidade é um caso diferente e é impossível definir um tipo universal ou sequer americano.

As coisas estavam neste pé quando em 1939 foi publicada uma obra de Homer Hoyt — «Estrutura e Crescimento das Áreas Residenciais nas Cidades Americanas» — que veio trazer alguns elementos novos à discussão.

No seu livro, Hoyt não negava a validade de muitas das conclusões de Burgess — e, como ele, acreditava na possibilidade de determinar as leis do crescimento urbano — mas introduzia um certo número de modificações ao seu esquema.

As principais derivavam do facto de ter em maior conta que Burgess um certo número de elementos vitais para o processo dinâmico das cidades, particularmente os que diziam respeito às concentrações industriais e ao traçado das estradas e vias férreas.

Ainda outro factor que dá particular autoridade às suas teses reside na maior amplitude do seu estudo — ao todo recolheu elementos e organizou gráficos referentes a 142 cidades.



Mudanças na Localização das zonas residenciais de luxo em algumas cidades dos Estados Unidos, entre 1900 e 1936.

Os gráficos, elaborados por Hoyt e seus colaboradores, mostram a progressiva deslocação destas zonas para a periferia, tornada possível, primeiro pelos transportes eléctricos e depois pelo automóvel (Homer Hoyt, *THE STRUCTURE AND GROWTH OF RESIDENTIAL NEIGHBORHOODS IN AMERICAN CITIES*).

Assim, pois, em relação à teoria de Burgess opôs Hoyt quatro objecções fundamentais. São elas:

- 1.º — As áreas industriais não se desenvolvem em volta do distrito central mas sim ao longo das linhas de caminho de ferro e dos cursos de água ou nos subúrbios das cidades, devido ao que as indústrias não se situam em anéis mas linearmente.
- 2.º — As áreas habitadas pelos ricos não se situam na última zona, na periferia, mas em faixas ocupando um ou mais sectores. Conforme a cidade cresce as famílias endinheiradas tendem a afastar-se do centro e a abandonar os seus antigos domínios às outras classes sociais. As novas áreas têm uma configuração triangular e não circular.
- 3.º — As zonas residenciais das classes abastadas nascem junto dos centros comerciais mas tendem a mudar para próximo das grandes vias de trânsito e nos me-

lhores locais: junto ao rio ou ao oceano, em sítios elevados e de boa panorâmica, junto de parques e bosques, etc.

- 4.º — As áreas residenciais mais caras tendem a concentrar-se na proximidade das habitações pertencentes às famílias mais poderosas e influentes da cidade.

### *A desadaptação actual do homem ao meio urbano*

A cidade actual é, a todos os respeitos, muito mais heterogénea e diferenciada nas suas funções que a sua correspondente de há 100, 200 ou 1000 anos atrás. É também muito mais artificial do que aquela.

Nela o homem vive num mundo completamente feito por si: as ruas que percorre, o chão que pisa, os jardins e parques onde passeia, a casa em que habita, são produto do seu trabalho. O próprio ar que respira é diferente (e menos puro, evidentemente) que o dos campos. Muitas cidades vistas a distância aparecem envolvidas pelas nuvens de fumo de centenas de chaminés em funcionamento.

Na cidade o homem passa a maior parte do seu tempo entre paredes, em casa, no escritório ou na fábrica, nos locais públicos ou de diversão. O ar condicionado permite-lhe negar as estações e criar um elemento final de artificialidade, de completa libertação da Natureza.

Na megalópole moderna — para empregar a terminologia cáustica de Mumford — o tempo é rigorosamente regulado e os minutos contam. Diariamente a vida de trabalho e relações obriga os homens a uma disciplina estreita. Em contacto constante com multidões anónimas, numa concentração humana imensa, subordinado a uma disciplina permanente, que se estende desde a forma do vestuário até ao cumprimento das leis do trânsito, o homem urbano encontra-se numa situação sem precedentes, numa situação com que os seus antepassados nem sonhavam e que muitos fisiólogos e psicólogos acusam de divorciada da própria natureza humana.

O esgotamento nervoso provocado pelo trabalho mecânico, em cadeia, que sociólogos como Georges Friedmann (\*) têm estudado e condenado, e artistas como Charlie Chaplin têm satirizado, será talvez o principal responsável pela longa série de «doenças da cidade» doenças típicas dos grandes aglomerados humanos. Não há dúvida, no entanto, que a própria cidade, como entidade física, algo tem contribuído para os muito falados estados de angústia e outras doenças conhecidas da civilização urbana.

Resta saber se estas desvantagens, por todos conhecidas, são inerentes à própria cidade, ou se podem ser superadas por uma planificação urbanística a que a sociologia contemporânea muito pode ajudar. Se, pelo contrário, com o decorrer do tempo, a vida dos grandes centros não se apresentará, mesmo do ponto de vista biológico, superior à das pequenas comunidades, como hoje e por forma incomparável o é quanto à vida cultural.

Dentro ainda do âmbito desta 1.ª parte dedicada à Ecologia — no capítulo dedicado ao estudo do processo de ajustamento do homem ao meio urbano — vejamos, nas suas linhas gerais alguns aspectos dessa inadaptação actual, tal como ela nos surge nos capítulos da mortalidade, natalidade, delinquência, suicídio e loucura.

#### a) *mortalidade*

De um ponto de vista sanitário as vantagens do campo sobre a cidade são de longa data. Na Idade Média, devido às numerosas epidemias causadas pela ausência de higiene e pelo primitivismo da medicina, a mortalidade nas cidades era muito superior à dos campos. Ainda hoje essa vantagem se mantém sob alguns aspectos: é mais saudável tra-

balhar ao ar livre do que dentro duma fábrica ou de um escritório, e o trabalho agrícola, embora mais violento, não conduz, como frequentemente acontece na cidade, a depressões nervosas.

Mas, por outro lado, a cidade dispõe hoje de meios técnicos e assistenciais mais extensos e apurados para defender a saúde dos seus habitantes: praticamente, em qualquer cidade do Mundo é possível beber um copo de água sem o receio de contrair o tifo, como por vezes ainda acontece no campo; as instalações sanitárias são também mais generalizadas e completas nas casas da cidade; a recolha do lixo e de detritos é organizada nas cidades e não o é — ou o não é tão bem — nas aldeias e vilas; na cidade são frequentes as inspecções feitas pelas autoridades sanitárias aos produtos alimentares, o que também não acontece ali; igualmente as moscas e outros insectos portadores de doenças contagiosas surgem em menor número na cidade que no campo, etc.

Mais acentuada ainda é a diferença pelo que respeita a assistência médica.

Em terras distantes de países como o nosso é possível esperar largas horas, quando não dias, para receber a visita de um médico que exerce clínica a muitos quilómetros de distância. Nada de semelhante acontece na cidade onde abundam os médicos de clínica geral e os especialistas, os hospitais, as clínicas e as maternidades — e igualmente maior é a educação dos indivíduos e naturalmente maiores os cuidados postos por eles na sua higiene pessoal.

Todas estas circunstâncias pareceriam levar a um mais alto grau de saúde nos centros urbanos e a uma maior longevidade por parte dos seus habitantes. Mas não é este o caso. Não o é pelo menos nalguns países onde o problema tem sido estudado, notoriamente nos Estados Unidos (\*). Neste país, segundo números citados por Ogburn, a duração de vida média dos homens da cidade era, em 1939, de 61,6 anos. Nas zonas rurais, pela mesma altura, essa duração subia a 64,1, quer dizer, era superior aquela em dois anos e meio. Aquele autor acrescentava, de resto, que tal diferença seria ainda mais acentuada se não se incluissem na parte rural os pequenos aglomerados e se se opusesse àquelas as populações exclusivamente agrárias.

Números recolhidos naquele país em 1940 e 1950 e correspondentes à mortalidade anual por mil habitantes indicam no primeiro daqueles anos a média de 11,4 mortes nas cidades e 9,8 mortes no campo; e em 1950, respectivamente 8,9 e 7,4. Em dez anos deu-se pois uma ligeira aproximação e em qualquer dos casos um sintomático aumento de longevidade.

Que dizem a este respeito os sociólogos? A primeira coisa que fazem notar é que a situação não é exactamente igual para todos os países. Assim, segundo parece, nos países não industriais, onde não se regista o êxodo para a cidade característico dos países em processo de desenvolvimento, essa diferença seria menos acentuada, quando não inversa.

Fazem notar além disso que as condições de vida no campo não podem de resto ser tomadas em bloco. Em toda a parte existem diferenças notórias entre as várias regiões e são sem fim as regiões rurais de baixíssimo nível sanitário e altos índices de mortalidade. Mesmo na América do Norte são simplesmente lastimosas as condições de vida de alguns sectores da população rural: por exemplo o de muitas colónias de negros e mexicanos, no Sul do país, e a dos índios que vivem em reservas rurais. E nem vale a pena lembrar aqui o que se passa nos países subdesenvolvidos de todo o Mundo.

Mas como se explica então essa perturbante diferença de 2 anos e meio a menos em média na vida do cidadão urbano, verificada na América?

A explicação principal parece residir na existência dos «slums», de zonas deterioradas dos pontos de vista físico e humano. É para elas que convergem os emigrantes, quer venham do estrangeiro quer das zonas rurais. Os números

conhecidos indicam para estas zonas coeficientes de doença e mortalidade (e nesta particularmente de mortalidade infantil) muito acima do resto da cidade. O nível de vida das cidades será superior ao do campo, mas a miséria urbana é-lhe também superior e as mazelas da cidade não têm paralelo com as das zonas rurais. As vítimas principais recrutam-se pois entre os emigrantes, os que nasceram fora e para ela se dirigem em procura de melhores condições de vida. Se nós aqui nos déssemos ao trabalho de investigar entre as 30.000 pessoas que habitam os bairros de lata de Lisboa, no Vale Escuro, na Pontinha ou em Monsanto, qual a sua terra natal, decerto verificaríamos que a esmagadora maioria é constituída por emigrantes vindos de todos os cantos da provincia.

O problema da alta mortalidade urbana, como tantos outros, afinal, é pois inseparável do fenómeno do urbanismo.

Esta ideia, de resto, é confirmada pelo facto de alguns países onde a estabilidade demográfica é maior apresentarem neste capítulo números mais favoráveis à vida urbana. Segundo Zastizebski seria este o caso da Dinamarca, da Suécia e da Holanda.

Mas a verdade é que em matéria de números tudo é possível. Com números Sorokin, Zimmerman, Munford, Hilbersheimer, Wirth e outros proclamam a insalubridade das metrópoles e remetem o problema para o plano da ecologia. Mas outros autores são mais prudentes (ou menos obcecados) e discutem o significado real desses mesmos números. De resto, algumas estatísticas, mesmo tomadas em sentido absoluto mostram-se já nitidamente favoráveis às cidades. É o que se passa com a mortalidade infantil nos Estados Unidos. Nesse país verifica-se até o fenómeno importantíssimo de ser essa mortalidade tanto menor quanto maiores são os centros, o que não deixa de ser aborrecido para os partidários do «novo regionalismo»...

Noutros sectores a cidade é menos feliz: mesmo considerados todos os prós e contras não há dúvida de que se morre nela muito mais de doenças de coração que no campo. E em dois outros ainda ela é nitidamente ultrapassada pelo campo: na cirrose do fígado e nas sífilis, o que permite muita especulação quanto ao papel do alcoolismo e da prostituição na vida urbana. Em compensação, a tuberculose tem tendência a descer na cidade (pelo menos em algumas) abaixo dos níveis rurais.

Resumindo: Nesta matéria, em que as posições são muitas e os números flutuam ao sabor das interpretações duas conclusões parecem seguras: a 1.ª é a de que três factores de valor desigual e de difícil avaliação contribuem para a maior mortalidade nas cidades: os que derivam da entrada de largas camadas de emigrantes (de nível sanitário médio inferior quase sempre ao dos autóctones) e se estendem às condições de vida desses emigrantes na cidade; os que resultam das próprias deficiências do meio urbano (habitações insalubres, «slums», poluição do ar e das águas, persistência dos ruídos para lá do que é admissível ao ouvido humano, etc.); e finalmente os que derivam das próprias condições do trabalho nas fábricas e nos escritórios. E sem ter estes 3 factores em conta dificilmente se pode chegar a grandes resultados.

A segunda conclusão a tirar é a de que mesmo em termos absolutos o desnível entre a cidade e o campo tende a diminuir e que não é arriscado prever a futura convergência dos respectivos índices de mortalidade.

Em alguns países, como vimos, os habitantes das cidades levam mesmo já vantagem sobre os das regiões rurais e dos pequenos centros. E de qualquer maneira — e isso é animador — a vida tende a prolongar-se mais, quer na aldeia, quer na cidade.

## b) natalidade

Não me referirei senão de passagem a um problema que é dos mais complexos da vida actual e que só por si poderia preencher este trabalho.

Citarei no entanto alguns números.

Ainda nos Estados Unidos, como de resto noutros países, verificava-se antes da guerra, uma progressiva queda no número de nascimentos nos meios urbanos. No quinquênio de 1905 a 1910, 100 crianças nascidas em cidades seriam substituídas na geração seguinte por 94. Entre 1935 e 1940 essa cifra desceu para 73 (quer dizer, 100 crianças numa geração correspondiam apenas a 73 na seguinte, o que representa uma quebra enorme).

Pelo contrário, depois da guerra, e por circunstâncias que se presumem pelo menos em parte ligadas ao fim desta, a natalidade urbana apresentava ali, pela primeira vez neste século, um saldo positivo com 108 nascimentos. Mas repare-se: neste mesmo período a natalidade nas zonas rurais daquele país subia a 186 e tinha sido de 166 no quinquênio 1935-40, isto é, no mesmo em que o índice nas cidades desceu a 73 — portanto superior em mais do dobro à daquelas.

As conclusões a tirar não são, apesar de tudo, claras.

Pela análise dos números anteriores à guerra concluir-se-ia que as populações urbanas tenderiam a decrescer, mas como é sabido, tal não se deu — muito pelo contrário — devido à permanente invasão de elementos vindos do campo, movimento de resto mais acentuado pela rápida mecanização das tarefas agrícolas e consequente dispensa de muitos trabalhadores.

Manter-se-á no futuro a tendência actual de consolidação das instituições familiares e de aumento da natalidade praticamente registada em todo os países que sofreram a guerra e de que a cidade também beneficiou?

Alguns autores, como Alfred Sauvy, crêem que sim, e falam de um renascimento demográfico. Outros, porém, são mais prudentes nas suas previsões. Porque a verdade é que persistem factores na vida urbana que conduzem ali naturalmente à existência de famílias menos numerosas que no campo. Muitas mulheres da cidade trabalham fora de casa e vêem-se perante dificuldades várias e grande sobrecarga de trabalho, quando têm filhos. Hábitos de vida arreigados nas populações urbanas contribuem também para isso.

Por outro lado existem na cidade muitos incentivos para o celibato e os solteiros conseguem aí resolver problemas de vida independente que são de difícil solução nas zonas rurais onde cada herdade é uma família e não existem pensões e hotéis residenciais.

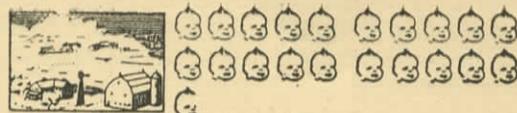
Outra explicação ainda para essa diferença: é tradicional as famílias rurais terem grandes descendências.

Dá-se isso até por causas de ordem económica. Os filhos são geralmente mais bem vindos do que as filhas, por constituírem um braço de trabalho a mais no campo — um capital apreciável. Ora essa necessidade é muito menos sentida na cidade, ou não existe de todo (embora por causas diversas ainda possa por vezes subsistir nos dois extremos da população urbana: a mais rica e poderosa e a mais pobre).

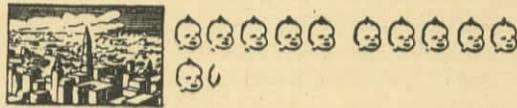
A dimensão das habitações na cidade e no campo e a sua possibilidade de alargamento, geralmente nula naquela, jogam também o seu papel.

Mas neste capítulo da natalidade são muitos os factores de transformação: a melhoria dos serviços sociais de assistência e protecção à mãe, a criação de lactários e jardins infantis, os subsídios às famílias numerosas e outras medidas do género conduzirão talvez ao incremento da natalidade urbana; a mecanização da agricultura e a extensão dos hábitos da cultura urbana ao campo devem, por outro lado, levar ali ao aparecimento de famílias menos numerosas.

Mas apesar de tudo a diferença entre as médias urbanas e rurais é ainda grande e alguns autores afirmam que ela tende mesmo a aumentar.



Rural



Urbano



Estados Unidos

Cada figura representa 100

#### Índices de mortalidade urbana e rural

Número de crianças nascidas por cada 1.000 mulheres de 15 a 49 anos rurais e urbanas, igualadas por idade e cor, nos Estados Unidos, em 1940.

O índice de mortalidade médio, nesta base, é quase duas vezes maior no campo do que nas zonas urbanas.

(STANDARDIZED FERTILITY RATES AND REPRODUCTION RATES. Washington, 1944)

#### e) Delinquência e sanidade mental

Ouve-se dizer por vezes que a cidade moderna é o meio ideal para o florescimento do vício e do crime — e realmente as estatísticas mostram ser proporcionalmente muito maior o número de delitos cometidos nas grandes cidades que nos pequenos aglomerados ou nas áreas rurais. O roubo, em particular, é um delito urbano por excelência (na América contribui com cerca de 90 a 95 por cento dos delitos cometidos nas cidades) mas, nesta toda a espécie de delitos supera a dos centros rurais.

Ora, como alguns sociólogos fazem notar, esta má faceta da vida urbana encontra-se estreitamente ligada a uma característica peculiar da sua vida social: o anonimato. O crime não seria assim tão prolífero devido ao mau carácter das suas gentes como à possibilidade do criminoso se misturar na multidão e fugir mais facilmente ao castigo.

A este respeito Ogburn<sup>(6)</sup> cita o caso de uma cidade mineira de 1.500 almas, nas Montanhas Rochosas, onde se verificou que cada adulto tinha em média conhecimento oral com 1/4 da população e conhecia de vista, de nome ou por referência 9/10 dos habitantes.

Em semelhante meio, onde praticamente toda a gente se conhece e todos se encontram catalogados, o roubo é uma prática difícil. Na defesa de uma ética herdada, a comunidade exerce aí sobre os seus membros uma vigilância superior à que a própria polícia pode realizar nos grandes centros.

Por outro lado, os habitantes destes usufruem de uma liberdade maior que o próprio anonimato propicia. Não se sentem tolhidos, como nos centros menores acontece, pela crítica ou simplesmente pela má-língua típica dos pequenos centros. São livres para serem iguais a si mesmo, diferentes dos outros. Por isso para a cidade emigram os temperamentos insatisfeitos e originais, que ali procuram não só a oportunidade de uma revelação como a compreensão ou pelo menos a condescendência que não encontram na terra natal. Mas, a par destes, partem também os criminosos e os aventureiros, que aí vão engrossar o seu submundo. A cidade não só faz nascer muitos criminosos como dá gua-

rida a muitos outros e oferece-lhes um campo de manobra ideal, com as suas riquezas e fácil anonimato.

Como no capítulo da mortalidade o urbanismo terá pois, no quadro da delinquência das cidades, uma quota-parte considerável de responsabilidade pela diferença nos números conhecidos — e ela é de facto muito grande.

Assim, como exemplo, segundo estatísticas fornecidas pela policia americana, referentes ao conjunto das cidades do seu país e que cobrem 6 grupos urbanos, começando pelos de menos de 10.000 habitantes e terminando nos de mais de 250.000, em todos os tipos de delito (assassinio, violação, chantagem, roubos de automóveis, etc.), os grandes centros levam a palma, sendo as médias comparadas na totalidade dos delitos praticados em cidades nos dois extremos, da ordem de 2 para 1, com números ainda mais desproporcionados nalguns casos (por exemplo, no furto, que é quase de 4 para 1).

Existem outros factores de ordem ecológica para explicar o fenómeno?

Certamente que sim, e em grande número. Os bairros pobres e de grandes densidades, com ruas imundas e ausência de espaços livres e de recreio; as suas habitações, que não convidam à permanência e que com frequência são o quadro de uma vida familiar triste e frustrada; as más instalações escolares (e o mau ensino), todos eles são grandes responsáveis da delinquência — e particularmente da delinquência juvenil.

Mas podem existir outras razões de grande peso, como sejam o alcoolismo, a sífilis hereditária, os exemplos familiares e ainda outros como as leituras e o cinema.

E a par de tudo isto, ou como seu derivado natural, uma diversidade de critérios de comportamento muito grande, muitas vezes acentuada pelas ascendências familiares e étnicas.

A medida exacta de responsabilidade de cada um destes factores é coisa que ninguém sabe e que, com certeza, nunca se virá a saber. Mas a cidade, tomada como entidade puramente física não é por certo a mais responsável dentro deles.

Outro capítulo ainda diz respeito ao número de suicídios e de casos de loucura registados comparativamente na cidade e no campo.

Em relação ao primeiro, números conhecidos nos Estados Unidos indicam 3 vezes mais suicídios nas grandes cidades que no campo e uma diferença mais acentuada ainda pelo que diz respeito aos casos de loucura.

Fica porém a dúvida, aqui como no capítulo da delinquência, se estes números reflectem apenas a influência da cidade ou se, pelo contrário, neles há que ter em conta a própria qualidade da imigração rural e nesta a influência depressiva exercida pela transição de um meio para o outro. Por meu lado não encontrei nenhum autor que respondesse com plena certeza a estas e outras interrogações do género.

Todos os aspectos atrás focados se inscrevem mais ou menos no passivo da cidade. A estes seria possível juntar ainda outros (por exemplo os que dizem respeito a certos capítulos da vida económica) que não nos interessam aqui já que nos limitámos a tratar dos que directamente se ligam às reacções do homem ao meio.

Há no entanto um certo número de considerações sobre aspectos dessa adaptação ou inadaptação que interessa fazer.

A primeira é uma simples verificação: nas grandes cidades nasceu tudo aquilo que deu forma ao mundo moderno: as grandes revoluções políticas, as grandes descobertas científicas e progressos técnicos, as grandes transformações sociais, praticamente tudo quanto de importante e determinante se processou nos tempos modernos teve como cenário uma cidade, e — facto capital — apesar das suas deficiências e defeitos reconhecidos, a metrópole mo-

derna continua a atrair os homens, já por ser o teatro de uma vida intensa, económica e culturalmente mais alta, já por nela ser ainda possível a «aventura», aventura que quer dizer neste caso possibilidade de afirmação individual, num meio que permite maiores oportunidades de êxito, de superação e progresso.

Por isso a grande cidade não pode ser uma comunidade, no sentido de possuir uma estrutura monogrupada e submissa a um só credo religioso e a uma só ética.

A sua própria dimensão a força a ser uma sociedade de grupos múltiplos, interesses vários e frequentemente em luta, onde os homens são solicitados por linhas de comportamento moral diversas, diversos credos e ideologias.

A muita gente esta aparente ou real confusão colectiva compromete o estado de equilibrio e conduz até a desordens psíquicas e estados de insatisfação.

Evidentemente, o viver provinciano é mais calmo (mais restrito e mais mesquinho também) e decorre num quadro mais de acordo com a vida tradicional do homem.

Será no entanto arriscado afirmar que a vida das cidades é em si contrária à sua natureza biológica. É bom não esquecer que a experiência da cidade moderna é relativamente recente e que o homem ainda não teve o tempo necessário para se lhe adaptar. A própria cidade, e isso, nós, architectos e urbanistas, bem o sabemos, está longe, muitíssimo longe, de ser o que a evolução da técnica, as crescentes possibilidades materiais e uma visão humanística renovada desde há anos tornaram possível.

Como vimos atrás, os índices de mortalidade nas cidades americanas começam a pender firmemente para uma convergência com os do campo e em alguns casos (na tuberculose e na mortalidade infantil, por exemplo) inclinam-se positivamente para o lado da cidade.

Naquele país, mais e mais a cultura urbana cria padrões que se estendem a toda a nação. O factor local é cada vez menos determinante de uma cultura. Desde o fato que se veste à música que se ouve as semelhanças acentuam-se, e isto — não é arriscado afirmá-lo — tanto é verdadeiro para os Estados Unidos como para os outros países industriais do Globo.

Com tal não se pretende afirmar que estamos às portas de uma sociedade mundial, indiferenciada. Parece-me mesmo de todo impossível prever sequer o que serão as comunidades humanas dentro de 100 ou 200 anos. Neste campo há que ter em conta o que se tem feito em muitos países no sentido de manter certas facetas da vida tradicional. Todas as nações europeias, de resto, se encontram mais aptas a defender-se desta «normalização» sociológica e cultural.

Mas não há dúvida que mesmo em muitos países europeus o aumento das áreas metropolitanas, resultado do domínio económico de um núcleo central sobre uma região envolvente — o «hinterland» — tende também a acentuar-se e daí a nivelar os padrões de comportamento e cultura.

Um pensador inglês, falando de Manchester, dizia há tempos, com ironia, que o que diferenciava a sua área metropolitana do resto do país era a paixão dos seus habitantes pelo «Manchester United» — um clube de futebol — e que dentro dela pouco mais se notava dos antigos burgos que pouco a pouco tinha anexado a si.

Da destruição progressiva pelas grandes cidades dos pequenos aglomerados próximos temos nós de resto bons exemplos por cá. Muita gente se lembra ainda do que eram Cascais e a Amadora há 20 ou 30 anos e todos sabemos o que aconteceu e está a acontecer a essas terras.

Esta decadência dos valores locais deve-se, de resto, em boa parte, à própria indiferença das populações e para isso contribui muito certamente a facilidade de movimentos de que se desfruta hoje. Tirando as classes mais pobres, às quais os condicionamentos económicos levam a um localismo forçado, toda a gente se desloca com crescente fre-

quência. É normal, mesmo entre nós, um indivíduo morar em Queluz, e trabalhar na Baixa, viver na Estrela e ir a um cinema na Praça do Império. Tudo depende afinal dos transportes. Se esse transporte é individual então a liberdade é completa e o desinteresse pela vida da sua rua ou do seu bairro tende a ser total. Muitas famílias, que em Lisboa mantêm relações com outras dispersas pela cidade, são incapazes sequer de dar um bom dia aos seus vizinhos de prédio e menos ainda de com eles manter qualquer vida de relações. A maioria — refiro-me à classe média, em especial — não o faz nem o deseja fazer e prefere escolher as suas relações — e escolhe-as naturalmente entre aqueles com quem mantêm afinidades de sangue, de cultura, de interesses profissionais e outros.

Aqui se manifesta mais uma vez aquela característica «liberdade de escolha» de que falei há pouco e que é uma característica específica da cidade, no mundo de hoje.

Mas não é possível compreender em todas as suas implicações o que esta liberdade significa sem a localizar no quadro mais vasto da sociedade humana que a gerou. E não é esta a ocasião para falarmos de tão complexo problema.

## CAPÍTULO II

### As classes sociais nas comunidades urbanas

A segunda parte deste trabalho é dedicada ao problema das classes sociais e à forma como elas se apresentam em algumas comunidades urbanas.

Como no caso anterior serei obrigado a cingir-me a algumas generalidades e a deixar muita coisa por dizer; e aqui também, dada a rica bibliografia que nos chega dos Estados Unidos da América, guiar-me-ei principalmente por obras de autores daquele país, cujo pioneirismo nos métodos e a profundidade e vastidão dos estudos, os seus confrades europeus são de resto os primeiros a reconhecer.

Mas mais uma vez esta circunstância vem diminuir o interesse das conclusões e tornar absurdas quaisquer transposições que porventura se seja tentado a fazer em relação aos nossos próprios problemas.

Talvez em nenhum capítulo da sociologia americana se encontrem tantas diferenças de critério e se levantem tantas interrogações como neste. Alguns autores são de tal modo cautelosos nas suas afirmações e refugiam-se com tanta frequência em citações de outrem que não chegamos exactamente a perceber qual a sua posição no assunto.

A justificação para esta prudência é dupla: encontra-se

primeiro na própria insuficiência dos estudos realizados — os estudos feitos são de facto muitos, mas a matéria é complexa e vasta; e depois, na interpretação dos resultados recolhidos e na metodologia seguida nos trabalhos de campo.

Um indicio desta prudente reserva encontra-se no facto de quase todos os autores se referirem às convicções do público americano sobre este assunto, convicções que embora reconhecendo falsas alguns porventura receiam ofender.

A América é para muitos o país da classe média, das oportunidades para todos e da prosperidade geral, muito diferente da Europa dos sempre ridicularizados aristocratas ingleses ou da Índia das castas religiosas, dos marajás e dos párias.

Vale a pena citar aqui um caso que dá ideia do grau desta convicção entre a população daquele país:

Em 1940, uma revista, a «Fortune», efectuou um inquérito entre a população americana organizado de maneira que a ele respondesse um número de indivíduos proporcionalmente de acordo com as estatísticas conhecidas nesse ano sobre a divisão das classes profissionais.

Pois bem. A pergunta: A que classe social pertence? — à alta, à média ou à baixa? — mais de 70% dos interrogados responderam que pertenciam à classe média, 7% às classes elevadas e apenas 23% às classe inferiores.

Para dar ideia do absurdo destes resultados bastará dizer que só os operários não especializados e semiespecializados constituíam na altura cerca de 40% da população masculina activa. Juntando a estes os operários especializados teríamos um total de 51,4% de indivíduos trabalhando na indústria.

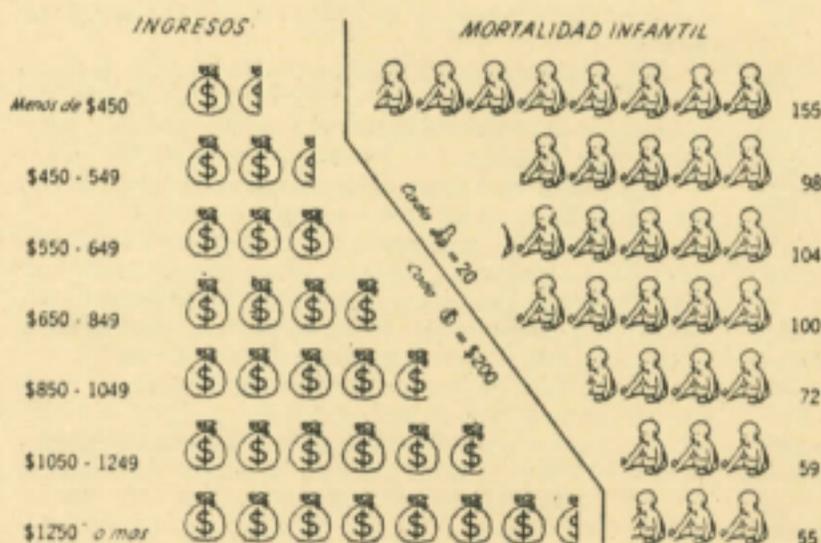
Conclui-se portanto que para a maioria do proletariado industrial a sua actividade profissional não definia um estado social. A maioria pensava ser, ou simplesmente desejava ser, classe-média.

Com isto não se pretende no entanto afirmar que um indivíduo deva ser incluído numa dada classe social apenas em razão da sua actividade profissional — e este é um ponto, valha a verdade, que tem levantado muita discussão.

Por exemplo, como Lloyd Warner verificou em Yankee City, um engenheiro, um médico, um arquitecto ou qualquer outro indivíduo de formação universitária, pode pertencer às classes mais elevadas ou situar-se na classe média.

Quais são pois os elementos que podem definir a estratificação social?

Egon Bergel, professor na Universidade de Springfield e autor de uma admirável «Sociologia Urbana» responde: antes de mais nada o rendimento e o prestígio público. Depois destes um conjunto de aspectos menores, tais como a linguagem, as maneiras, as preferências culturais, o ves-



#### Mortalidade infantil

Os números acima, referentes aos anos anteriores à última guerra, mostram uma clara relação entre os réditos familiares e a mortalidade infantil nos Estados Unidos (Ogburn, Nimkoff, SOCIOLOGIA, ed. espanhola)

tuário, o tipo de relações familiares, etc., tudo isto reunido naquilo que ele designa como o «estilo de vida».

Vejamos os dois primeiros factores.

Quanto ao rendimento, estatísticas federais americanas referentes a 1950 e cobrindo cifras anuais variando entre «menos que 1.000 dólares e mais que 10.000 indicavam uma média por família da ordem do 3.000 dólares. Por aí se via que 13% das famílias americanas gozavam de ingressos anuais inferiores a \$1.000, que 36% se situavam entre os 3.000 a 4.000 e finalmente que apenas 3% ultrapassava os \$10.000 anuais.

Numa sociedade em que os factores de hierarquia profissional, tradicionalmente respeitadas na Europa, se mostram menos determinantes, o poder económico significa, em maior medida ainda, prestígio e influência social (\*).

Mas não se trata aqui apenas de poder ou de prestígio. Bem sabido é que o factor «mais ou menos dinheiro» atinge outros campos e marca claras diferenças entre os indivíduos. Ter um bom rendimento significa muita coisa, na América como em toda a parte: melhor habitação, alimentação mais rica e variada, poder mandar os filhos às melhores escolas e mantê-los durante os anos necessários para tirar um curso, dispor de recursos para enfrentar uma doença, etc. E embora muitas das desvantagens derivadas de um fraco poder económico tendam a diminuir de gravidade, na medida em que, naquele país, como noutras nações industriais, o nível geral de vida melhora e em que os serviços sociais e de assistência por conta do Estado se alargam e a instrução pública se torna menos onerosa, não há dúvida que ainda assim e em campos vitais se observam largas distâncias.

Por exemplo, através de um inquérito realizado em 1936 em 7 cidades verificou-se que a mortalidade infantil se tornava tanto maior quanto menor era o rendimento familiar. Assim, segundo os números recolhidos então, as possibilidades de sobrevivência dos recém-nascidos numa família usufruindo de \$450 anuais eram cerca de 3 vezes menores do que os das famílias dispostas de somas anuais superiores a \$1.250. Dados mais recentes acusam porém discrepâncias menores — mas mesmo assim acusam-nas — e isto deve-se de certo às razões já apontadas: melhoria de salários, facilidades e embaratecimento da assistência, etc.

Outro aspecto: Por causas óbvias de resistência física os membros das famílias mais pobres estão mais sujeitos a doenças e estas revestem-se geralmente de aspecto mais grave que nos casos semelhantes ocorridos com elementos da classe média ou elevada. Outro ainda: a delinquência, particularmente a delinquência juvenil, é mais frequente nas classes baixas.

Como vimos antes, muitas circunstâncias o justificam: o ambiente familiar, a área restrita e falta de comodidade das habitações, que propiciam a fuga para a rua, as distrações inadequadas, a qualidade do ensino, etc.

Sob este aspecto — o da educação — alguns números ainda, referentes ao ensino universitário: 3% apenas dos estudantes das Universidades americanas são filhos de trabalhadores não especializados (que constituem 18% da população total do país, segundo estatística de 1940) contra 52% que são filhos de indivíduos de profissão liberal, que constituem apenas 6,5% da população activa.

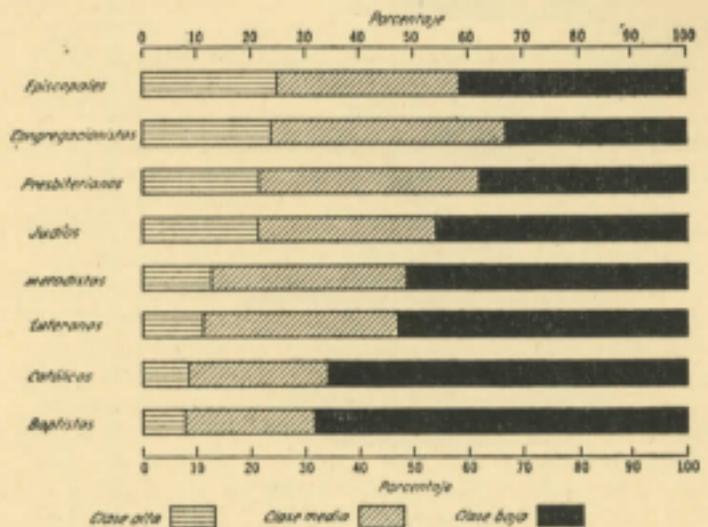
Na América, como em toda a parte, a herança familiar é ainda o grande motivo motor da estrofação social.

Enfim, e para terminar, no capítulo do rendimento anual, aceitando um limite para a classe média que se situa entre os \$4.000 e os \$10.000 temos que a sociedade americana é, sob o ponto de vista económico, constituída por 3% de indivíduos da classe alta, 29% da classe média e 68% das classes populares — números que nos fornecem um quadro geral da sociedade americana bem diferente da ideia geralmente aceite de ser aquele o país dos rendimentos médios.

Outra ideia que a sociologia americana nega é a de

#### Distribuição dos americanos, segundo a sua classe social, pelas várias seitas religiosas

(elementos colhidos em 1947 pelo Office of Opinion Research)



serem infimos naquele país os preconceitos de classe. Muito pelo contrário, eles existem e alguns autores chegam mesmo a afirmar que são superiores aos da maioria dos países europeus(\*).

Muitas coisas servem para definir a posição de um indivíduo na sociedade. As classes baixas — o proletariado industrial e agrícola — são facilmente denunciadas pela sua falta de posses, baixo teor cultural, não participação em organismos de importância, etc.

Nos Estados Unidos as classes elevadas começam logo por ter o seu nome inscrito nos livros azuis da sociedade elegante. Depois possuem tudo aquilo que os restantes não têm e que seria inútil enumerar aqui. Há ainda como fenómeno tipicamente anglo-saxão a inscrição nos clubes restritos e de ingresso difícil, a prática de desportos caros e pouco espalhados, e outros.

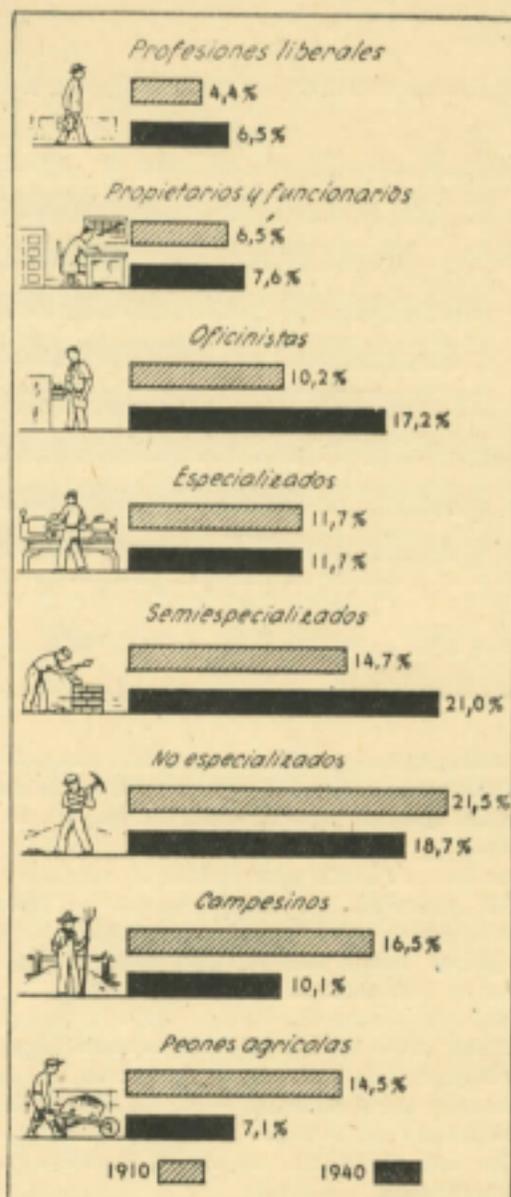
Alguns aspectos dessa diferenciação são inesperados. Por exemplo: de acordo com os estudos levados a cabo por Warner, Meeker e Eells, em Yankee City, um dos campos onde ela mais nitidamente se percebe é no da adesão às várias seitas religiosas, existentes no país.

No seu estudo sobre aquela cidade, Warner notou que as classes elevadas eram invariavelmente protestantes e preferiam as Igrejas Episcopais e Unitárias; que a classe média, também protestante, se reunia de preferência nas Igrejas Presbiterianas e Congregacionistas; e finalmente que as classes populares aderiam em geral aos cultos Metodista e Batista e ainda à Igreja Católica.

Alguns autores explicam este fenómeno através da predilecção das classes superiores pelas formas de culto simples e por uma visão sóbria dos problemas dogmáticos e inversamente a das classes trabalhadoras por formas de culto mais espectaculares. Mas muitos elementos podem entrar na explicação: os que dizem respeito à origem dos emigrantes e ao escalonamento da sua entrada no país, por exemplo.

Falámos de alguns factores da diferenciação de classes sociais, uns fundamentais (rendimento, prestígio social) outros, por assim dizer, corolários daqueles.

A multiplicidade destes aspectos, que aparentemente parecia facilitar os estudos de campo, levou pelo contrário a consideráveis diferenças de critério na análise — e essa diversidade de critérios acabou por se reflectir nos resultados finais de muitos estudos.



#### Evolução das actividades profissionais nos Estados Unidos

Nas sociedades industriais diminui a mão-de-obra não qualificada e aumentam os quadros técnicos e o sector terciário (Ogburn, Nimkoff, SOCIOLOGIA).

Foi assim que alguns autores tomaram como base para a classificação social simplesmente o tipo das companhias habituais de cada indivíduo, outros as associações em que estavam inscritos e ainda outros, acreditando na consciência de classe dos próprios consultados, classificaram-nos de acordo com a sua própria opinião. Foi este por exemplo o critério seguido pelos Llynd, em Middletown.

É geralmente considerado como mais seguro o método de Lloyd Warner e dos seus associados na série de estudos sobre Yankee City. Esse critério, muito simples, baseava-se puramente em elementos objectivos. A saber: a ocupação do chefe de família, as fontes de rendimento, o tipo da habitação e a zona em que ela se situava.

Infelizmente o espaço de que dispomos não me permite dizer mais sobre este estudo fundamental de Warner, como sobre as duas obras de Llynd — «Middletown» e «Middletown in transition» — que bem mereciam uma análise demorada.

São as grandes sociedades urbanas estruturalmente diversas das das pequenas cidades e do campo?

A resposta a esta pergunta é também difícil.

Muitos estudiosos ligam a ideia da própria cidade moderna ao nascimento de uma estrutura de classes de que ela é o reflexo. A ecologia urbana mostra-nos que as cidades são compartimentadas espacialmente segundo as classes e até raças e nacionalidades que nelas habitam.

Na América, nos pequenos centros essa separação geográfica é tradicionalmente menos nítida que na cidade. Mas já na Europa as coisas se apresentam de forma diferente. A sociedade medieval, altamente hierarquizada, era uma sociedade agrária e os seus reflexos perduram ainda hoje.

Apesar disso, mesmo na Europa as sociedades urbanas estão com certeza mais nitidamente fragmentadas que as rurais (\*). A própria pequenez dos meios mais conduz a um contacto humano que se não anula as diferenças, leva pelo menos a uma coesão maior.

A raridade das distrações leva igualmente com frequência a um encontro entre todos, quando alguma coisa acontece, e a igreja é geralmente a mesma para todos. Para isso concorre ainda a existência de menor número de actividades e classes profissionais.

Na cidade a subdivisão das classes sociais é muito maior. Numa mesma empresa verificam-se por vezes vários escalões quase estanques entre si.

Um empregado inferior sente-se afastado do patrão mas também, embora em menor grau, do seu chefe de secção. O «groom» da mesma casa, tirando as relações diárias de trabalho com os seus superiores — que de resto podem ser cordiais — vive num mundo remoto deles. Normalmente, cada um, quando as tarefas diárias terminam, despede-se dos elementos dos escalões inferior e superior e retoma o caminho da sua casa ou o convívio com os seus iguais.

A consciência de classe é uma das características mais fortes da nossa sociedade (mesmo quando nada a justifica). Muita gente não dá sequer por isso — vive divorciada da maioria dos seus semelhantes por assim dizer — «naturalmente».

Este sentimento de classe manifesta-se de resto em todos os escalões e dá origem a um fenómeno importante e por todos muitas vezes observado que é o da coesão das classes — sociais ou profissionais — que se traduz na entreatada, particularmente acentuada nos dois extremos: entre os ricos e entre os pobres.

Manifesta-se ainda noutro campo — o do casamento — embora talvez de forma menos acentuada. O casamento é, de resto, um dos veículos tradicionais da mobilidade social na ascensão a uma classe superior.

Ora sobre este mesmo problema — o da mobilidade social — fundamental para se verificar em que medida uma sociedade pode ser designada como realmente democrática, verificam-se sérias divergências entre alguns autores.

Num livro recentemente publicado, «A mobilidade social nas sociedades industriais», os seus autores, R. Lipset e R. Bendix, empenham-se em demonstrar-nos que essa mobilidade é hoje maior que nunca.

Não me é possível expor aqui as razões que os levam a chegar a tal conclusão nem repetir os muitos elementos estatísticos em que se apoiam e que dizem respeito não só aos Estados Unidos como a diversos países da Europa. Mas é significativo o facto de que nalguns capítulos essa mobilidade é mais acentuada nos países altamente industrializados (Estados Unidos, Alemanha, Suécia, Inglaterra, etc), mais que em Itália por exemplo, onde, como é sabido, existe uma larga parcela de território de estrutura rural.

Da leitura desta como de outras obras — particularmente da notável «Social Mobility», de Pitirim Sorokin —

tira-se porém não tanto a convicção de se registar hoje em dia uma profunda mudança na organização das classes sociais, como tal, mas principalmente uma movimentação social motivada pela alteração dos processos de trabalho, que conduz a uma diminuição do número dos trabalhadores manuais e a um crescente incremento do sector terciário — quer dizer, a um reajustamento do sector do trabalho.

Para o caso que nos interessa — o do «habitat» — de que de certo modo nos temos afastado neste capítulo, os elementos actuais que mais nos podem interessar e que estreitamente se ligam a esta matéria são quanto a mim os seguintes:

O primeiro diz respeito à mobilidade do «habitat». Tudo indica que esta é hoje maior do que nunca, particularmente entre as famílias da classe média.

Em geral essa mobilidade física é o reflexo de uma equivalente mobilidade na escala profissional. Dentre os motivos que podem justificar uma mudança de residência incluem-se a alteração do local de trabalho ou a deslocação para uma área de nível socialmente superior, correspondente a uma promoção social — e esta, para muita gente, corresponde hoje por seu turno a uma necessidade, ou pseudonecessidade, igual a muitas outras em que a nossa sociedade é pródiga.

Como disse antes, estes fenómenos são, em toda a parte, típicos do comportamento da classe média e também do sector técnico, já que a estes se oferecem possibilidades de melhoria profissional — logo material — sem paralelo entre as classes trabalhadoras. Mas ele tem as suas consequências importantes na vida das comunidades urbanas.

A possibilidade sempre presente de melhoria do «standard» de vida, junta a um viver diário sem raízes locais são, decerto, grandes responsáveis pela menor consciência de classe que existe neste sector da população. Há que notar, a propósito, que estes aspectos tendem a acentuar-se rapidamente por toda a parte.

Fontes americanas afirmam que em 1930 cerca de 67% da população daquele país vivia fora do seu Estado natal, e estatísticas mais recentes indicam que nas grandes cidades as famílias mudam em média de residência de dois em dois anos.

Watson, falando da Inglaterra, acentua igualmente a crescente mobilidade das famílias da classe média naquele país e protesta contra as tendências dos actuais planos de urbanização, que ele considera «fechados» e portanto em desacordo com ela.

Mesmo entre nós e com todas as reservas que uma observação não sistemática pode merecer, não é difícil encontrar indícios de uma maior mobilidade profissional e espacial, particularmente nas famílias mais jovens e em que o chefe pertence ao sector especializado. Mas o fenómeno pode ser forçado por causas diferentes das apontadas: pelo aumento do número de filhos, aquisição de um meio de transporte individual, etc.

Como dissemos atrás, esta tendência revela-se menor entre as classes trabalhadoras e no funcionalismo público de escalão médio e inferior, visto que nestas as possibilidades e oportunidade de ascensão e consequente aumento de vencimentos são menores.

Mas existem ainda outros factores que entre elas contrariam, ou pelo menos atenuam essa tendência — um deles, o dos laços de consanguinidade, tem sido apontado como dos mais poderosos.

Hilda Jennings, que estudou um bairro de Bristol, Barton Hill<sup>(1)</sup>, condenado a desaparecer, notou que quase toda a gente ali residindo pertencia a uma determinada família. Muitas destas famílias eram enormes e incluíam indivíduos pertencentes a 3 e 4 gerações, que em geral tinham vivido no bairro durante toda a sua vida.

Os poucos que ficavam de fora eram muitas vezes tratados por tios ou tias e as relações de vizinhança eram in-

tensas e grande a solidariedade e espírito de entreatada entre os seus componentes. Em muitas habitações era mesmo costume manter a porta aberta durante o dia.

Barton Hill era um velho bairro operário localizado nas proximidades dum centro fabril importante e assim se manteve até ao seu desaparecimento. A comunicação de H. J. é pareca em elementos estatísticos, mas pelo que diz conclui-se que a mobilidade social era ali muito baixa. Provavelmente a esmagadora maioria dos filhos seguia a actividade de seus pais e daí derivava a fácil permanência no meio a que, para mais, todos se sentiam ligados por fortes laços afectivos.

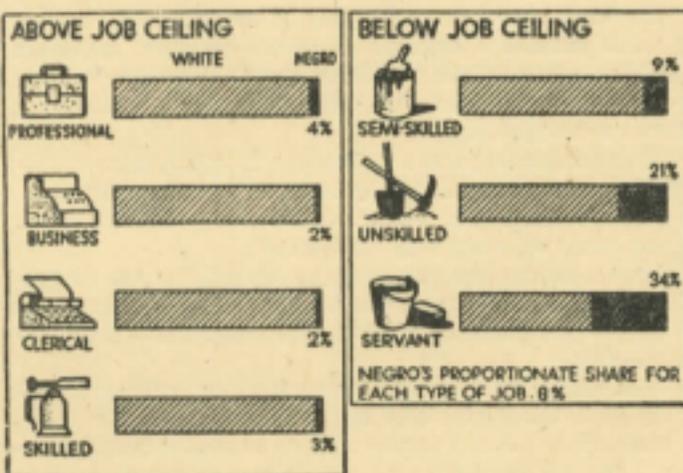
Este aspecto foi, de resto, confirmado com a relutância quase geral dos habitantes em abandonar as suas velhas e insalubres casas mesmo em troca de uma habitação de renda equivalente e incomparavelmente melhor.

É sintomático que um dos pedidos geralmente feitos pelos seus moradores era o de ficarem a viver próximo dos seus parentes nas futuras casas.

Este exemplo, tomado quase ao acaso, é de certo modo típico do que se passa ainda hoje nos bairros populares de muitas cidades da Europa e que se justifica por um conjunto de circunstâncias que incluem a estabilidade profissional, os laços familiares e comunitários, a precariedade económica e a própria estrutura física do bairro.

Serão estes factores apontados permanentes? Seguirão as cidades europeias um caminho radicalmente diverso da evolução verificada na América? Manter-se-á a coesão vicinal de bairro e rua que hoje podemos ainda observar em muitas zonas populares de cidades como Paris, Roma ou Lisboa?

A resposta a estas interrogações não é fácil, até porque nos faltam elementos concretos de análise equivalentes em profundidade aos que têm sido colhidos na América. No entanto, e com todas as reservas necessárias, não será audacioso concluir pela negativa. Largo papel decerto terá no processo de evolução todo o peso duma tradição, de uma cultura herdada, mas no campo da vida social as coisas tendem a transformar-se rapidamente. A acentuar-se a evolução actual da tecnologia do trabalho e a consequente redistribuição nas classes profissionais, a acelerar-se a melhoria do poder de compra das classes trabalhadoras que hoje se verifica em muitos países europeus, é muito provável que assistamos a uma evolução que, necessariamente diferente da americana em muitos pontos, se encontrará com ela em muitíssimos outros — e a tendência para uma maior mobilidade social e física na cidade será de certo um deles.



Quadro mostrando como se distribuem pelas várias actividades profissionais os 8% de trabalhadores negros dos Estados Unidos. No lado esquerdo indicam-se as actividades intelectuais (técnicos, comerciantes, funcionários, operários especializados) e no lado direito as actividades manuais. De notar a concentração de negros nestas últimas (reproduzido de THE JOB CEILING, de St. Clair Drake e Horace Cayton).

Falamos de Barton Hill, a propósito da mobilidade na habitação.

Outro aspecto importante, além daquele, e igualmente intimamente ligado à evolução das sociedades urbanas modernas, é o da fuga para os subúrbios e consequente proliferação de dormitórios periféricos.

Problema grave dum ponto de vista urbanístico, não o é também menos do ponto de vista social. Muitas razões podem justificar este movimento: falta de casas ou preço elevado das que existem no centro; procura de melhores condições de habitabilidade em zonas mais calmas, mais desafogadas e higiénicas e mais indicadas para a educação dos filhos, etc.

Todas estas vantagens se pagam, de resto, por alto preço em despesas de transporte diário, na perda de tempo correspondente a longos períodos passados dentro desses transportes e num acréscimo de fadiga daí resultante.

Não vale a pena insistir aqui sobre os inconvenientes de uma solução que todos conhecemos bem, muitos por experiência pessoal.

Mas no quadro da vida dos dormitórios há um aspecto que sociologicamente tem sido posto em realce por muitos autores anglo-saxónicos: o da decadência da vida social no centro e da tendência para o isolamento nas próprias populações dos aglomerados periféricos.

Muitos afirmam, e a nossa experiência igualmente o confirma, que os centros das grandes cidades tendem a ficar desertos durante a noite conforme a grande massa do seus habitantes se vai recolhendo à periferia.

Mesmo de dia as zonas centrais tendem agora a ser mais locais de passagem do que de passeio ou de convívio. Neste capítulo perdeu-se muita coisa. Até em Lisboa, que é afinal uma pequena cidade, se notam hoje tendências análogas.

O outro aspecto — o do isolamento familiar — é porventura ainda mais grave. O culto do jardim privado na casa dos arredores é algumas vezes apontado como o símbolo desse isolamento, desse fechar de fronteiras sobre a célula familiar.

Cecil Stuart, falando dos dormitórios a propósito das teorias de Ebenezer Howard, escreveu: «O seu grande ideal — de Howard — de ligar os prazeres do campo com os da cidade foi reduzido à ideia mezinha de ligar os prazeres do lar com os do jardim».

O jardim, na casa unifamiliar dos arredores, aparece, assim, para esses autores, como o símbolo do desinteresse de muita gente pela vida associativa e de relações e até por manifestações de nível cultural elevado.

A intensa vida social e religiosa da Idade Média e a efervescência política e cultural do século passado, aparecem hoje para muita gente reduzidas ao nível do lar, o nível da televisão e da rádio, dos jogos de cartas, dos trabalhos caseiros e da jardinagem.

Esta tendência para o isolamento familiar, para a abstenção e irresponsabilidade política e social manifesta-se hoje, com certeza, com maior nitidez nos países de língua inglesa, onde de resto não é novidade.

Não se julgue, no entanto, que ela não existe noutros países. Mesmo em França, onde a vida social de «quartier» tem raízes profundas, se verifica este fenómeno — o do jardim privado.

Num estudo de Albert Meister sobre duas células cooperativas de habitação (11) uma nos arredores de Bordéus e outra próxima de Paris, se dava conta da mesma perda de interesse pelas actividades colectivas de que falam os autores americanos e ingleses. Tratando-se de aglomerados realizados por cooperativas de habitação, a que os próprios habitantes deram o concurso do seu trabalho, não pode deixar de causar espanto o que ali se diz.

Por exemplo, numa das cidades verificou-se que 40% das famílias não tinham relações com quaisquer outras. Em nenhuma delas existiam salas destinadas a reuniões

colectivas. As actividades colectivas, mesmo as desportivas, eram extremamente raras. As iniciativas culturais praticamente inexistentes. Os próprios «comités» de entreaajuda eram encarados com indiferença.

No seu estudo A. M. dá-nos conta de um inquérito realizado nos dois núcleos para avaliar as razões dessa falência. Algumas das respostas merecem ser retiradas.

Por exemplo, consultado sobre a necessidade de construir uma sala de reuniões, um dos pastores respondeu: «Uma sala de reuniões? Não se trata duma necessidade primordial. Precisamos de uma grande independência na vida privada».

Outro: «Pessoalmente não sinto a falta de uma sala comum. Quando quero ir ao cinema vou à cidade». Outro ainda respondeu: «Não me interessa por qualquer actividade social ou cultural aqui. O campo e o jardim bastam-me.»

Ali, como nos arredores de Londres ou de Filadélfia, o jardim era o «hobby» absorvente — de forma paradoxal até, pois que levava muita gente a cooperar com o seu vizinho para construir o muro que delimitava as respectivas propriedades.

Este era na verdade o principal trabalho de cooperação realizado em qualquer das células. Evidentemente, terminado o muro, a cooperação acabava e cada um passava a dedicar-se ao seu próprio jardim.

Lendo o estudo de Meister pensariamos estar a ler Warner, ou Llynd, ou qualquer outro autor falando dos males do individualismo americano nos subúrbios das grandes metrópoles. Não quero dizer com isto que as razões, em França e nos Estados Unidos, sejam precisamente as mesmas. Na Europa continental a cidade-jardim nunca gozou de popularidade comparável à que alcançou em Inglaterra e nos Estados Unidos. A análise de outros dormitórios poderia, de resto, levar a resultados diferentes. (E entre nós verifica-se até que muitas vezes a vida social nos subúrbios é mesmo mais intensa que em muitos bairros da capital).

No entanto, este e outros depoimentos conhecidos levam um certo número de observadores (que não apenas sociólogos) a pensar que em alguns países da Europa — os mais adiantados e mais ricos — existe já, em termos incomparavelmente mais modestos que na Inglaterra ou na América, é certo, mas existe a tendência para o declínio da vida social — ou melhor, da vida social espontânea, não organizada. E muitos autores acentuam que esta tendência se verifica não só na classe média como em camadas progressivamente maiores do proletariado.

Caminhamos, pois, na Europa para uma sociedade pequeno burguesa de que a América actual nos mostra o padrão?

Pelo que vimos atrás, em termos de vida social significa isso actualmente uma sociedade em que as relações humanas se empobrecem e restringem, em que o homem mais e mais se fecha egoisticamente no seu lar e atende apenas à sua vida pessoal. Uma sociedade urbana de subúrbios, de casas unifamiliares, ausente de sentido comunitário, de calor humano e participação colectiva.

A resposta segura é mais uma vez impossível. Ela depende de muitas coisas e decerto será diversa ou pelo menos obedecerá a diferentes gradações de país para país.

Há, no entanto, um certo número de factores comuns a todos os países evoluídos que interessa analisar. Um deles diz respeito às condições actuais do trabalho. Todos os estudiosos da sociedade contemporânea nisso concordam: as formas do trabalho na fábrica e no escritório moderno apresentam aspectos desumanos que se reflectem no comportamento social. (Bergel diz mesmo que este é o factor de maior importância na inadaptação social dos americanos).

Depois de um dia de trabalho monótono e esgotante, a maioria dos homens sente-se cansada e pouco disposta a conviver. Refugia-se em si ou na família, como antídoto, trata do jardim ou faz trabalhos manuais caseiros como

compensação para um trabalho diário mecânico e estúpido. Vai ao cinema ou aos espectáculos desportivos para se distrair, para readquirir o equilíbrio (e também, por certo, porque a sua actividade normal não predispõe ao pensamento elevado e à meditação).

Por outro lado a sua vida profissional é dominada pelo sentido da competição, pela necessidade de «subir» que para muitos é uma autêntica obsessão. Os seus colegas de trabalho não são companheiros mas competidores numa luta inglória.

Nada aí predispõe ao contacto com os outros homens, à colaboração desinteressada numa obra.

O quadro da vida da pequena e média burguesia e com

## N o t a s

(1) — William E. Cole — «Urban Society», pág. 152 e seguintes. Mas muitos outros autores têm tratado do mesmo problema. Particularmente interessante é o estudo de Gist e Halbert em «Urban Society».

(2) — Provocou emoção o caso ocorrido há cerca de 30 anos em Chicago de uma família de negros que, depois de ter sido perseguida pelos moradores brancos de uma zona para onde se mudara, acabou por perecer no incêndio da sua própria casa. Nunca foi possível descobrir os autores do triste atentado.

(3) — Alguns autores afirmam, no entanto, que a teoria zonal de Burgess se pode também aplicar nos seus termos gerais à evolução das cidades históricas da Europa.

É isto, por exemplo, o que Lewis Keeble tenta demonstrar em relação às cidades inglesas num estudo que recomendamos aos nossos leitores (Lewis Keeble, em «Principles and Practice of Town and Country Planning», pág. 198 e seguintes, ed. de The Estates Gazette, Londres).

(4) — Georges Friedmann é um sociólogo francês que ao estudo dos problemas do trabalho, e particularmente do trabalho industrial, tem dedicado boa parte da sua vida. Não é exagero afirmar que a leitura das suas obras constitui autêntica revelação sobre alguns dos aspectos mais significativos do mundo moderno.

Para o leitor que não conheça a sua já extensa contribuição particularmente recomendamos:

«Où Va le Travail Humain?», «La Crise du Progrès» e «Problèmes Humains du Machinisme Industriel» (Edições Gallimard)

(5) — Alguns autores afirmam, pelo contrário, existir já nítida superioridade da cidade, neste campo. É esta, por exemplo, a opinião de Alfred Sauvy. Infelizmente os elementos por ele fornecidos não chegam para provar a asserção.

«O campo foi durante muito tempo, e justamente, considerado como mais saudável que a cidade. Ele oferece prodigamente dois bens naturais, o sol e o oxigénio, que a cidade só dispensa parcimoniosamente. A esta inferioridade física a cidade junta os seus males sociais clássicos, o alcoolismo, a prostituição, o fúgaro, etc.

Esta visão tradicional deve hoje ser revista. Se o handicap da cidade em oxigénio e raios ultravioletas se mantém nos velhos bairros, em compensação as cidades modernas marcam uma nítida melhoria. O isolamento é tão mortífero que os bairros de lata, apesar de habitados por párias sociais, acusam uma mortalidade menos forte que as medinas.

A cidade moderna apresenta, por outro lado, numerosas vantagens sanitárias: está-se mais seguro de encontrar bom leite e boa carne em Paris que na Normandia. O aparelho médico-social funciona melhor nas altas densidades. Um milionário que habite os Baixos Alpes pode morrer antes da sua hora por o médico não chegar a tempo ou não possuir os instrumentos necessários.

Este fim da superioridade tradicional do campo sobre a cidade constata-se mesmo nos países subdesenvolvidos, do ponto de vista sanitário. A mortalidade urbana é mais baixa, no Brasil, que a

crescente frequência de parte do proletariado está longe de ser animador.

E por tudo isto põe-se-nos um dilema.

E o dilema é este: devemos nós, arquitectos e urbanistas aceitar a situação actual das sociedades urbanas e conceber espaços que as traduzam, ou, pelo contrário, devemos encaminhá-las no sentido que do ponto de vista das nossas convicções morais se nos afigura mais justo e mais humano, com risco mesmo de incompreensões e ataques?

Por meu lado estou em crer, como muitos outros, que o que define melhor a qualidade de um plano de urbanismo é o grau de inteligência e sensibilidade nele revelado para responder às necessidades profundas do homem e não aos preconceitos dos homens e ao que pode haver de transitório na vida actual.

rural, mau grado uma distribuição por idades mais favorável a esta.

Vejam, em França, a evolução da mortalidade infantil: de 1934-1938 a 1950 a mortalidade infantil exógena, isto é, facilmente evitável, diminuiu de 36%. No Departamento do Sena a baixa foi, no mesmo intervalo, de 49%. Quanto à mortalidade endógena, que depende mais dos cuidados médicos (parto, cirurgia, etc.) passou de 14 a 13 no conjunto do território e baixou de 15 a 10, 5% no Sena, uma baixa de 30%.

Em 1958 a mortalidade no Sena foi de 20,1% e no resto do país de 29%. Devem no entanto ser feitas reservas sobre uma possível divergência entre o estado sanitário e a mortalidade. Devido à menor assistência a letalidade é maior no campo. Uma comparação do estado sanitário geral seria menos provável à cidade que a comparação das mortalidades.

Último ponto: o alcoolismo está longe de ser um privilégio da cidade. Ele estende-se pelos campos da França e com a protecção dos poderes públicos contribui para a mortalidade sob diversas causas.

Alfred Sauvy — Théorie Générale de la Population, Biologie Social pág. 99

(6) — William Ogburn e M. Niskoff, «Sociologia», pág. 387.

(7) — A esta faceta particular da vida americana se refere largamente L. L. Mathias num livro recentemente aparecido entre nós, «A Autopsia dos Estados Unidos».

(8) — Expressam-se aqui, também, muitas e contraditórias opiniões. O leitor interessado terá ensejo de o verificar lendo o livro já clássico de Sorokin, Social Mobility e uma das obras de Lipset e Bendix, por exemplo Social Mobility in Industrial Society.

(9) — A este respeito Louis Wirth sugere a seguinte explicação: «Já na «Política» de Aristóteles fora reconhecido que aumentando o número de habitantes num lugar para lá de um certo limite se afecta a relação entre eles e o carácter da cidade. Grandes números implicam, como tem sido sublinhado, um maior grau de variações individuais. Além disso, quanto maior é o número de indivíduos participando num processo de relações, maior é a diferença potencial entre eles. As características pessoais, as ocupações, a vida cultural e as ideias dos membros da comunidade urbana classificam-se por isso entre pólos mais largamente separados que os dos habitantes do campo. Que todas estas variações dêem origem a segregações espaciais de indivíduos, de acordo com a cor, a herança étnica, o estatuto económico e social, os gostos e a preferência, é coisa que não deixa dúvidas. (Louis Wirth em Urbanism as a way of life)

(10) — H. Jennings, «The Re-development of an Old Area in an English City», no n.º 2 de 1953 de «Fields Studies in Community Development».

(11) — A. Meister — Activités collectives et perte de l'intérêt. Le cas de deux cités coopératives d'habitation créés à partir d'une Communauté de Travail Française (em Archives Internationales de Sociologie de la Coopération, Janvier-Juin, 1957.)

## Bibliografia sumária

Sobre os problemas da Ecologia Urbana e das Classes Sociais existe toda uma vasta bibliografia.

Pareceu-nos na verdade sem utilidade a sua indicação em extenso, já que, para o leitor mais interessado nestes problemas, será fácil encontrar nas obras citadas por muitos autores a continuação dos seus estudos. Por isso daqui eliminámos um grande número de obras, particularmente as de aquisição difícil (pela data de edição ou por se tratarem de estudos publicados em revistas estrangeiras especializadas).

Ainda assim, o que resta constitui um bom começo para os interessados.

**ECOLOGIA** (incluindo obras de carácter geral, monografias e estudos sobre geografia urbana e demografia).

M. A. Alihan — *Social Ecology* (Columbia University Press, New York).

Robert Park, Ernest Burgess e Roderik McKenzie — *The City* (University of Chicago Press).

Ernest Burgess — *The Urban Community* (University of Chicago Press).

James A. Quinn — *Human Ecology* (Englewood, Cliffs, N. J.).

Rose Hum Lee — *The City* (J. B. Lippincott, Filadélfia).

Noel Gist e L. Halbert — *Urban Society* (Thomas Cromwell, New York).

Georges Friedmann — *Villes et Campagnes, Civilisation Urbaine et Civilisation rurale en France* (Colin, Paris).

S. Rimer — *The modern City — An Introduction to Urban Sociology* (Frentier Hall, N. Y.).

D. McKenzie — *The Metropolitan Community* (McGraw-Hill Book Company, New York).

Mitchell D. Lipton, etc. — *Neighbourhood and Community* (The University Press of Liverpool).

M. Young e P. Wilmot — *Kinship in Eastern London*.

Ruth Glass — *The Social Background of a Plan — A Study of Middlesbrough*. (Routledge and Kegan Paul, Londres).

P. Chombart de Lauwe — *Paris et l'Agglomération Parisienne* (P. U. F., Paris).

P. Chombart de Lauwe, L. Couvreur e P. Cielle — *Logement et Comportement des ménages dans trois cités Nouvelles de l'Agglomération Parisienne*. (C. S. T. B., Paris).

Dudley Duncan e B. Duncan — *The Negro Population of Chicago — A study of Residential Succession* (University of Chicago Press).

A. E. Smalles — *The Geography of Towns* (Hutchinson's University Library, Londres).

Griffith Taylor — *Urban Geography* (Methuens & Co., Londres).

Robert E. Dickinson — *The West European City — A Study in Urban Geography*.

Alfred Sauvy — *Théorie Générale de la Population — Économie et Population et Biologie Social* — 2 vol. — (P. U. F., Paris).

## CLASSES SOCIAIS

M. Halbwachs — *Las Clases Sociales* (Fondo de Cultura Económica, México).

W. Lloyd Werner, Marchia Meeker e Kenneth Eels — *Social Class in the United States* (Science Research Associates, Chicago).

Egon Ernest Bergel — *Urban Sociology* (McGraw-Hill, New York).

G. D. H. Cole — *Studies in Class Structure* (Routledge and Kegan Paul, Londres).

Denis Chapman — *The Home and Social Status* — (Routledge and Kegan Paul, Londres).

William F. Ogburn e M. Nimkoff — *Sociologia* — (edição espanhola da Aguilar, Madrid).

T. B. Veblen — *Teoria de la Clase Ociosa* — (edição em espanhol, Fondo de Cultura Económica, Cidade do México).

S. M. Lipset e R. Bendix — *Class, Status and Power* (The Free Press, Glencoe).

Albert Reiss e Paul K. Hatt — *Cities and Society: The Revised Reader in Urban Sociology* (The Free Press, Glencoe).

Floyd Hunter — *Community Power Structure* (University of North Carolina Press).

W. E. Cole — *Urban Society* (The Riverside Press, Cambridge).

William F. Ogburn — *Social Characteristics of Cities* (Chicago University Press)

Albert Reiss e Dudley Duncan — *Social Characteristics of Urban and Rural Communities* (John Wiley, New York).

W. Lloyd Warner e associados — *Yankee City Series*  
Vol. I — *The Social Life of a Modern Community*  
Vol. II — *The Status System of a Modern Community*  
Vol. III — *The Social Systems of American Ethnic Groups*.

(Yale University Press, New Haven)

R. S. Lynd e Helen Lynd — *Middletown*. Dos mesmos autores — *Middletown in Transition* (Harcourt, Brace and Company).

Pitirim Sorokin — *Social Mobility* (Harper and Bros., New York)

S. M. Lipset e R. Bendix — *Social Mobility in Industrial Society* (Heinemann, Londres).

## O NOVO CONJUNTO HABITACIONAL DA PASTELEIRA

### NOTAS EM TORNO DAS REALIZAÇÕES PORTUENSES

---

*Arqs. Bartolomeu Costa Cabral  
Nuno Portas*

O valor das realizações da C. M. P. justifica, por mais de uma razão, a documentação relativamente pormenorizada que neste fascículo de *Arquitectura* se faz.

A grande maioria das realizações habitacionais que se tem efectivado entre nós, nas duas últimas décadas, é constituída por pequenos agrupamentos isolados, normalmente desarticulados da planificação (onde o preço do terreno convém ou onde convém que o preço do terreno...) e desarticulados entre si; dirigidos pela concepção do rendimento dos capitais mais a rendas médias do que às rendas que as classes mais necessitadas possam pagar; dirigidas a uma procura livre ou de âmbito sindical, mais do âmbito sindical, mais do que a encarar as consequências de urgentes planos de saneamento urbano.

Os presentes conjuntos assentam também, evidentemente, no condicionalismo vigente para toda a habitação dita social; simplesmente, destacam-se da média geral pelo volume de obra e sua radicação na renovação urbanística e, sobretudo, pelo corajoso programa administrativo e financeiro que a Câmara portuense conseguiu angariar e efectivar.

Por outras palavras, conjuntos como o da Pasteleira destinam-se a alojar famílias que se amontoam nas *ilhas*, são entregues com rendas extremamente modestas que podem ainda ser aliviadas ou suspensas em casos de desemprego ou de comprovada necessidade; inserem-se num plano *da cidade* e não em zonas segregadas distantes alguns quilómetros da urbe (como noutros lugares) e são logo completadas por aquele equipamento mínimo (ex. o fogão eléctrico nas casas ou os jogos infantis nos terreiros) que lhes evita dificuldades iniciais de adaptação ou o deplorável ambiente de muitos bairros novos.

É evidente que muito há que fazer para melhorar o condicionalismo e adiante apontaremos certos aspectos (que não somos os primeiros a descobrir, nem são desconhecidos dos técnicos que as gizaram) essenciais para o pleno êxito da iniciativa. Refira-se a necessidade urgente que sentem as entidades municipais de todo o País de uma legislação radical de expropriações que garanta as reservas necessárias à expansão urbana sem onerar com o lucro de minorias as casas de que necessitam as maiorias; refreando o clima febril de especulação que perpassa não só na capital como já em grande parte do País.

Refiram-se as vantagens em interessar os próprios beneficiados nos planos habitacionais, por um decisivo fomento de organizações não lucrativas, como as cooperativas que possam assegurar por um lado uma descentralização burocrática que permite um estudo mais livre e adequado dos tipos habitacionais como uma gestão autónoma do próprio mecanismo de compensações de rendas cuja aplicação suscita actualmente previsíveis críticas.



*Localização do conjunto da Pasteleira na cidade do Porto (incluindo a unidade a construir pelas empresas privadas). O conjunto da Pasteleira tem uma área total de 108 hectares e nele deverão habitar cerca de 20.000 pessoas.*

Refira-se sobretudo o baixíssimo custo atribuído a cada fogo e que conduz totalmente a planos sumários que não podem responder a necessidades dos utentes de grande importância para a sua vida quotidiana (que adiante focaremos).

Deve salientar-se que, ao erguer este plano e apesar dos limites acusados, a Câmara Municipal do Porto o fez como pioneira, enquanto entidades porventura muito mais poderosas procediam a realizações fragmentárias, segregadas e nalguns casos ainda mais radicais (como certos bairros «provisórios») ou na maioria dos restantes fora do alcance de quem deles mais necessitava.

Por outro lado, distante já o ensaio do conjunto de Ramalde (Federação de Caixas de Previdência, arq. Fernando Távora), foi novamente no Porto que reapareceu uma proposta de organização urbana em moldes actuais, susceptível de uma apreciação progressiva do seu comportamento.

Estes dois aspectos permitem-nos encetar, com a necessária liberdade, uma análise, evidentemente, parcial e sobretudo provisória, em que nos deverá ser desculpada a acentuação de certos aspectos julgados negativos, mas que, não só são ditados por um real espírito de colaboração como são exigidos pela necessidade de elucidação e debate entre todos os arquitectos para que se possam aproveitar noutros empreendimentos as possíveis lições de experiência.

1. A experiência da C. M. P. é instrutiva, em primeiro lugar, enquanto confirma ou mostra a necessidade de abordar, no início da execução de um plano, certos aspectos de processo no modo de projectar um determinado empreendimento.

## **A POLITICA HABITACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO E O PROBLEMA DAS «ILHAS»**

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 40.616 de 28 de Maio de 1956, encetou a Câmara Municipal do Porto o seu mais vasto movimento de salubridade da cidade, pois que o referido Decreto-Lei lhe confere um prazo de 10 anos para a construção de 6.000 fogos, em grupos de moradias populares, destinadas a realojar os habitantes das «ilhas» que devem ser demolidas na medida que as novas aglomeradas se forem edificando.

«ilhas» é um tipo característico de construção portuense que consiste no aproveitamento de terrenos de pequena frente e grande profundidade, do qual resulta um tipo de planta, com um corredor central descoberto, sendo ladeado por pequenas casas em ala continua, de uma só fachada desempedida; regra geral têm só instalações sanitárias colectivas e os quartos não dispõem de luz nem ventilação directas. De construção deficiente, o tempo deteriorou-as de tal maneira, que a maior parte delas são imediatamente demolidas, após vistoria, por não atenderem as mínimas condições de habitabilidade.

Naturalmente que construções deste tipo permitiam um juro muito superior ao que habitualmente se ouve de um imóvel de

rendimento, razão por que no princípio deste século, este tipo de construção tanto incremento teve.

Iniciadas as obras do primeiro aglomerado, previsto pelo Decreto-Lei, logo em Novembro de 1956, com 128 moradias agrupadas em bloco, no Bom Sucesso, tem o ritmo de construção aumentado gradualmente, de tal maneira que se está hoje a acabar uma moradia por cada meio dia de trabalho. Assim, em Janeiro de 1957, iniciou-se o agrupamento de Pio XII, com 122 moradias; em Junho de 1957, o do Carvalhido, com 264 moradias; em Abril de 1958, a Pasteleira com 600 moradias; em Agosto de 1958, o Outeiro, com 235 moradias; em Setembro de 1958, a Agra do Ameal, com 170 moradias; em 1959, de Agosto a Outubro, iniciaram-se mais três agrupamentos, o do Carriçal, o de Fernão de Magalhães e o de S. Roque da Lameira, respectivamente com 170, 236 e 116 moradias, o que perfaz, até ao fim do ano, um total de 2.039.

Foram estudados quatro tipos de moradias, designados por T1, T2, T3 e T4, respectivamente com um, dois, três e quatro quartos, além de sala comum, recanto de cozinha e instalações sanitárias providas de

— Uma primeira verificação diz respeito ao facto de num conjunto como o da Pasteleira toda a zona de finalidade social depender de um único organismo — a própria câmara, quando simultaneamente outras entidades estão a construir, na mesma cidade, importantes conjuntos noutros locais muito distantes.

Uma segregação social a que dificilmente se poderão furtar os seus moradores, radica nessa falta de coordenação que conduz a dividir uma unidade de habitação em duas partes diametralmente distintas: «célula norte», camarária, destinada na sua maioria a famílias modestíssimas, célula Sul, de iniciativa particular, naturalmente destinada às classes mais remediadas. Não sugerimos uma «mistura» tipológica forçada por um idealismo contra o qual os estudos de comportamento nos põem de sobreaviso; ao contrário, seria precisamente a intervenção de outras entidades, igualmente dentro do «habitat» relativamente modesto mas dirigidas a famílias de tipos e origens diferenciadas que poderia minorar a nitida oposição existente, favorecendo assim a própria prossecução do equipamento social, evitando um primeiro estágio de isolamento às famílias desalojadas.

A esta limitação administrativa acrescenta-se, no plano dos projectos, uma tendência para vincular ao âmbito dos serviços camarários toda a concepção arquitectónica. A exemplo da maioria dos organismos oficiais e ao contrário, por exemplo, da câmara da capital ou da F. das Caixas de Previdência, o sistema exclusivo dos projectos de repartição tem-se mostrado *entre nós* avesso a uma expressão livre e experimental, conducente à rotina das soluções sob pressão da economia do funcionalismo, da dificuldade em discutir posições hierárquicamente superiores e até por uma menor produtividade do trabalho profissional. Mas neste caso da habitação, tem favorecido o processo de seriação de elementos e a permanência das experiências anteriores, que são em qualquer caso aspectos fundamentais do problema e que não foram conseguidos nos casos citados de contratos particulares.

Mas, em contrapartida, a repetição sistemática de um reduzido vocabulário arquitectónico, porventura pessoal (através das transições de autores pelos serviços) pode ser excessiva para grandes conjuntos, com a agravante de manter alheada do estudo habitacional a grande maioria dos profissionais do Norte que, com as provas dadas ao menos noutros sectores poderiam dar neste campo importante contribuição. Um projecto é sempre, em última análise, uma concepção figurativa de expressão pessoal e sobretudo da cultura comum e as camadas mais necessitadas não podem ser defraudadas, sob pretexto nenhum, dessa qualificação; o que não conduz, necessariamente, à subestimação do condicionalismo da habitação (objectivos psico-sociais, métodos de investigação económica, seriação, etc.) ou a uma anarquia de soluções igualmente perigosas. Mas o problema está em que ainda não foi possível, *entre nós*, atingir o ponto de equilíbrio entre o económico projecto oficial e as encomendas individuais, que poderia ser experimentado, num duplo sentido: ou um grande alargamento dos quadros de repartições onde fosse dada larga margem à liberdade e expressão pessoal (caso do London County Council) ou, ao contrário, à tentativa de coordenação dos projectistas independentes, nomeadamente pela responsabilização de chefes de grupo pela unidade de método do conjunto (caminho seguido pela INA-CASA).

uma tina de chuveiro que serve simultaneamente para lavar roupa.

Estas moradias são agrupadas em blocos cujas fachadas longitudinais estão expostas a Este-Oeste ou Norte-Sul e, regra geral, têm r/chão e três pavimentos, ou mais um pavimento se a topografia do terreno a justifica.

As caixas de escadas, nos blocos Este-Oeste, servem galerias exteriores que por sua vez dão acesso às habitações (em média quatro habitações por pavimento); nos blocos Norte-Sul, as caixas de escada servem apenas para dar acesso a duas habitações por pavimento (direito e esquerdo).

Todas as caixas de escada estão equipadas nos patamares intermédios com condutas de lixo que é recolhida no r/chão em compartimento próprio.

Nas moradias orientadas a Este-Oeste, a sala comum comporta um recinto de cozinha, tendo a outra solução uma cozinha que dá directamente para o exterior.

Construtivamente seguem-se os processos tradicionais, utilizando o perpianho de granito de 0,28 m. de espessura e argamassa de cimento e areia, em todas as paredes resistentes; paredes interiores de tijolo vasado

simples; pavimentos de betão aligeirado com elementos cerâmicos revestidos com soalho de pinho assente sobre fozinho, excepto em cozinhas e grupos sanitários que levam acabamento de betonião de cor e lambris de cimento queimado à colher; a cobertura é feita com armação de madeira e telha.

As duas primeiras realizações deste plano foram executadas com estrutura de betão armado e paredes exteriores de tijolo, devido à qualidade do terreno que requeria um sistema de fundações descontínuas.

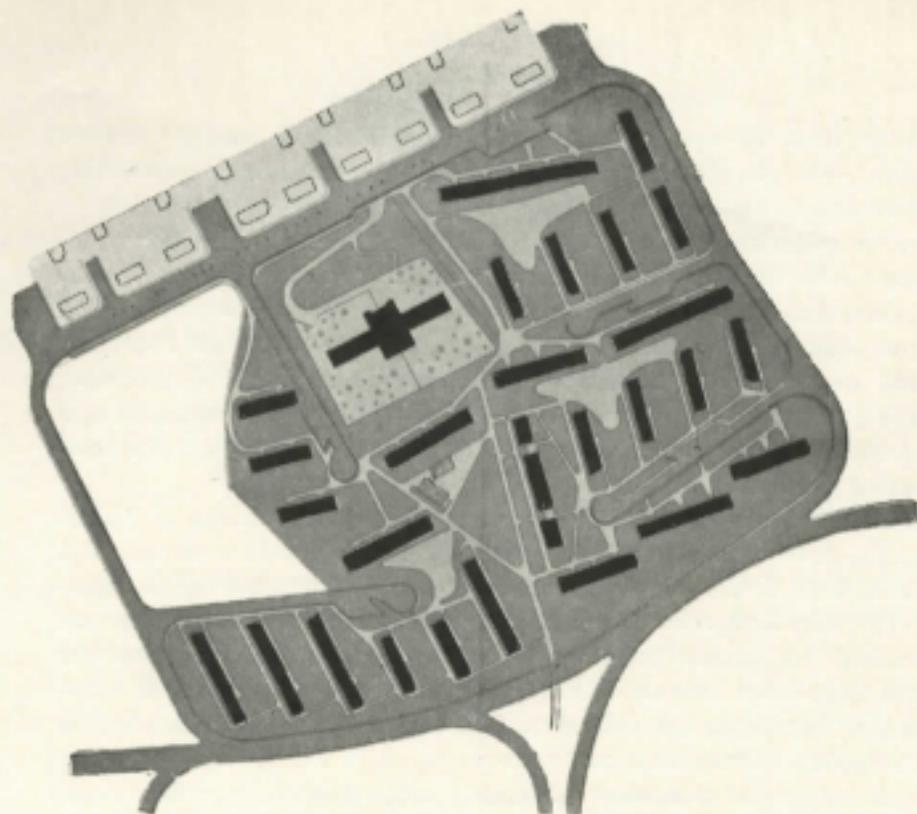
As caixilharias exteriores são habitualmente ou de macacaúba protegida com óleo de linhaça fervida, ou de castanha para esmalte, e são equipadas interiormente com estores de réguas fixas, enceradas; nas caixilharias interiores, tem sido usado correntemente contraplacado de pinho em portas de fava, enceradas, que vêm sendo substituídas gradualmente por aglomerado de madeira maciça, normalizado.

As cozinhas estão equipadas com fogão eléctrico, lava-louças de lousa e armários lousceiros.

Sempre que possível, tem-se introduzido o sistema de pré-fabricação e normalização de elementos, tais como pavimentos, vigas, caixilharias, móveis, etc



O que justificou o actual programa de habitações populares



Zona Norte da unidade destinada a habitação popular. Ao centro, o edifício escolar (em forma de cruz)

Escala 1:5000

Com efeito, desde há alguns anos que os grupos habitacionais do Porto repetem com pequenas variações dois projectos-tipos apenas: um esquema adaptado à dupla exposição Nascente-Poente, o outro ao Sul-Norte.

O mesmo se pode dizer da organização interior e sua dotação de áreas, da pormenorização, etc. Uma certa ausência de investigação ou de revisão de soluções que descansa nos projectos já experimentados — que podemos notar nestes casos, estará talvez ligada à mesma origem, pois queremos crer que em factos como o de se manterem áreas inaceitáveis, ou de se ter abandonado a solução de galeria, em vez de se ter corrigido nos defeitos que apresentava, estará mais a tendência dos responsáveis em descansar nas soluções feitas do que a responsabilidade e iniciativa directa dos projectistas. (Eis aqui mais um exemplo das sérias dificuldades que encontram os gabinetes oficiais de projectos, que só raramente chegam a ser de estudos, num clima como o vigente, em que facilmente opiniões e gostos pessoais se sobrepõem aos mais cuidados estudos e o projectista tende a ver alienada senão a alienar a sua responsabilidade efectiva perante a população a que se dirige).

Estes grupos de moradias populares distribuem-se pelas zonas da cidade, alguns dos quais se situam relativamente próximo do centro, destacando-se entre eles os de Fernão de Magalhães e Bom Sucesso. Desta maneira, sempre que possível, conservam-se nas suas zonas os realojados.

As densidades, em relação à área ocupada pelos agrupamentos, atingem por vezes números elevados, mas que baixam sensivelmente se se atender à zona em que estão integrados.

As dificuldades sempre crescentes na aquisição dos terrenos, que obviamente se reflecte no custo das habitações, obriga ao aproveitamento integral do terreno.

Em todos os grupos de moradias populares estão previstos centros sociais e recreios para crianças, isolados da circulação mecânica, bem como pequenas estabelecimentos de comércio.

As escolas primárias, sempre que possível, integram-se nestes agrupamentos de maneira a servir também a população escolar vizinha, tal como sucede nos agrupamentos do Carvalhido, Pasteleira e Agra do Ameal.

#### IV — FINANCIAMENTO

O financiamento das obras previstas no Decreto-Lei n.º 40.616 — expropriações, urbanização das zonas de expansão e construção de moradias — é, nos termos dos seus artigos 3.º e 4.º, obtido por:

a) Subsídio do Tesouro não reembolsável, a conceder em dez anuidades	40.000 contos
b) Idem, idem, reembolsável, a conceder em dez anuidades	100.000 »
c) Participação do Fundo do Desemprego, a conceder em dez anuidades	40.000 »
d) Empréstimo realizado na Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência em 1956	80.000 »

e ainda por:

e) Elevação do empréstimo contraído na Caixa

Geral de Depósitos Crédito e Previdência em 1959...	20.000 contos
f) Participação prevista da Câmara Municipal durante a vigência do Plano de Melhoramentos	40.000 »
<b>Total</b>	<b>320.000 »</b>

Esta última participação será obtida do Município através dos seus recursos normais e da venda dos terrenos sobrantes expropriados, a devolver, depois de urbanizados, à actividade de pessoas ou entidades interessadas, que os adquiram em hasta pública.

Desta quantia de 320 000 contos destinam-se 220.000 à construção de 6.000 moradias e os restantes 100.000 às expropriações e urbanizações necessárias à criação de zonas de expansão, à remodelação das áreas das «ilhas» a suprimir e ainda à urbanização da zona do Campo Alegre.

No fim de 1959, o dispêndio total feito com a execução do Plano de Melhoramentos ficou em Esc. 122.957.507\$60, distri-

## 2. Procura de um método urbanístico

Dentro da nossa perspectiva de ensaio crítico (que não é, evidentemente, apoiada numa sólida experiência, mas tão-só num desejo de evantar questões e ensinamentos destas obras) aparece-nos como primeira qualidade a sua integração num planeamento urbano, se bem que com todas as dificuldades de uma urbanização feita sobre uma zona virgem, ou quase. Parece-nos, efectivamente, que as modernas soluções de planeamento estão longe, a manterem-se num estágio de procura, depuração e sistematização, de responder com aquele conteúdo emocional, cultural e de previsão às exigências da população a alojar, isto é, a exprimir a sua maneira de pensar, viver e sentir para que haja a apropriação do espaço a habitar pelos próprios habitantes. Para que essa apropriação se possa efectuar é necessário a máxima elasticidade do plano e o fornecimento de situações suficientemente ricas pela diversidade da sua expressão e possibilidades de utilização, o que parece ir de encontro, por exemplo, dum rígida distribuição (a maior parte das vezes incompleta por impossibilidade de previsão) das necessidades não habitacionais e da sua relação com as habitações.

Esta noção dinâmica de trocas entre os planificadores e os habitantes implica todo um processo de criação e de estrutura social que a maior parte das vezes transcende a vontade e possibilidade do planificador, mas sem o qual os conjuntos habitacionais constituirão um mero suporte físico da vida dos seus habitantes, frio e inexpressivo. Assim um conjunto urbano que seja expressão da vida individual e colectiva dos seus habitantes nunca está acabado, completo, antes se transforma em consequência dessa apropriação que se não faz de uma vez para sempre, mas sim progressivamente.

Que medidas concretas poderão, na carência de estudos aprofundados de observação, formar uma hipótese de tra-

balho urbanístico dinâmico e capaz de entender as liberdades essenciais?

- 1.º — Planificar com todo o cuidado de adequação a estrutura urbanística fundamental, incluindo a rede de circulações e equipamento principal, mas deixando sugestões de completamento para serem definidas progressivamente pelos utentes através das suas organizações ou de investigadores que as interpretem em sucessivos níveis de evolução social.
- 2.º — Quanto à utilização e expressão do espaço externo multiplicar as situações, diferenciando-as, não artificialmente mas em resposta a hipóteses de vida diferentes; procurar uma continuidade com as estruturas e espaços existentes, a partir da sua leitura crítica.
- 3.º — Enriquecer a gama de tipos de agrupamento e organização do próprio fogo, deixando uma margem realista de adaptação e ambivalência especial.

A realização que temos presente aparecerá deste ponto de vista excessivamente rígida, quer pelos seus condicionamentos, quer pelo método que presidiu à sua concepção:

a) A divisão conceptual da unidade prevista, nas duas zonas já referidas (em que a metade Norte abriga o plano das ilhas e a meridional a construção livre) pela dimensão sensivelmente grande de cada uma delas e pela nitidez da linha viária que as separa, a despeito da passagem de peões realizada, parece ultrapassar a prudência necessária a uma vontade de *mizage* social e poder tornar-se, pelo contrário, *confirmatório* de uma diferenciação social que o futuro imediato tenderá inelutavelmente a nivelar.

buindo-se por:

Habitacões (sem terrenos e despesas de urbanização) .....	51.425.359\$10
Aquisição de terrenos e sua urbanização .....	71.532.148\$50
<b>Total</b> .....	<b>122.957.507\$60</b>

O exame pormenorizado destes números prova que a execução das obras projectadas e a expropriação de terrenos se vêm fazendo de conformidade com o programa estudado embora as superfícies adquiridas tenham sido menores que as previstas pelo elevado custo de algumas expropriações.

### V — INQUÉRITOS HABITACIONAIS E DEMOLIÇÕES

Nesta data já se efectuaram mais de 2.500 visitas a agregados familiares para se averiguar do seu «habitar» e se concluir do tipo de casas (número de quartos) que melhor se lhes adapta.

Resultam destes inquéritos as percentagens dos vários tipos de moradias nos grupos a construir.

O primeiro bairro construído — o do Bom

Sucesso — só tem casas tipo III, isto é, sala comum com recanto individualizado para cozinha, instalações sanitárias e 3 quartos.

Todas as outras têm casas de vários tipos.

As percentagens estabelecidas inicialmente, por despacho ministerial, eram:

Tipo I .....	5 %
» II .....	20 »
» III .....	70 »
» IV .....	5 »

mas, em face dos inquéritos realizados desde 1956 até agora, pensa-se alterar estas percentagens para as seguintes:

Tipo I .....	20 %
» II .....	35 »
» III .....	35 »
» IV .....	10 »

Depara-se com muita frequência com moradias ocupadas por mulheres idosas que vivem sôzinhas e por casais de velhos. Sendo as moradias tipo I e II ocupadas na sua maior parte por pessoas naquelas condições não existe o inconveniente da sua exiguidade não comportar o crescimento das famílias.

A cada inquérito corresponde o preenchimento dum ficha onde se indicam a localização da casa, nomes do inquilino e proprie-



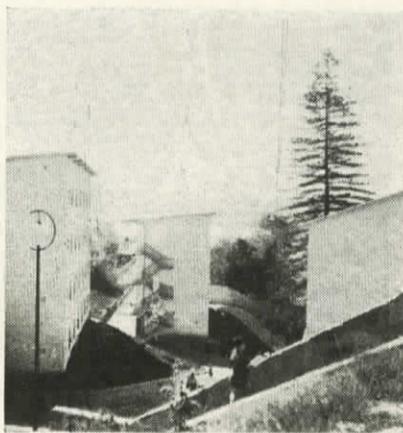
O papel que a gama de situações intermédias, pelo nível, pela origem ecológica ou pelas funções poderia aqui representar e, assim, tolhido pelos próprios limites da jurisdição camarária.

b) Esta é uma das razões de uma simplificação de situações, visível no plano de conjunto e no reduzido vocabulário de tipos arquitectónicos aqui usado: não é tanto uma artificiosa procura de projectos diferentes que tornasse o bairro num mostruário de soluções que se sente faltar, quanto um tecido social mais heterogéneo—logo de programa—que exigiria uma outra complexidade de organização. Assim, a distribuição dos edifícios no terreno faz-se livremente, obedecendo a um esquema que pressupõe a utilização igualitária de todo o ar livre sem aceitar, nas suas formas, compromissos com a expressão da vida grupal de crianças ou adultos. Os percursos assim como o reduzido equipamento são quase sempre independentes da definição espacial produzida pelos edifícios (um caminho ao longo de uma curva subtil, das bandas de escada virada ao Norte, apresenta, ao contrário, outra vitalidade—aponta talvez um caminho para experiências futuras); esta conhecida regra, formulada por reacção em pleno funcionalismo, pode ser hoje corrigida por inúmeras realizações posteriores. A mesma observação pode ser aplicada aos espaços livres mais alargados, cuja distribuição regular recebe menos bem uma utilização diferenciada pelo utentes. Espaços com igual expressão são ocupados, indiferentemente, por campos de jogos ou por arborização; são dinamizados pelos percursos dos habitantes ou, ao contrário, permanecem isolados todo o dia. Não implica esta observação, necessariamente, uma procura formal tortuosa ou torturada que pode dar resultados negativos se corresponder a uma moda ou gosto em que se busca mais o «tirar a monotonia» do que a ocupação (bem funcional) em «responder a motivações diferenciadas».

Um método que nos parece realista seria o de estudar as relações entre os acessos às habitações e o espaço contíguo; entre as zonas de permanência das habitações e os



Aspecto de um caminho de peões bem modelado pelos edifícios



Na página anterior:

Aspecto de um dos primeiros grupos construídos (Sobreiros), dentro do sistema de galeria contínua com acesso nos topos, depois abandonado

Nesta página:

Outro aspecto do mesmo grupo

tário, suas profissões, nomes e idade de todos os componentes do agregado familiar e ainda os possíveis elementos que digam respeito, quanto a este, da «sociabilidade» (profissões, estado do interior da habitação, mobiliário, maneira de viver e família) e, quanto à casa em que vivem, da «salubridade» (arreamento, insolação, abastecimento de água, instalações sanitárias, protecção, vizinhança, comodidades e densidade de habitantes).

Com uma «cotação» apropriada é preenchida outra ficha relativa à moradia visitada com a indicação, a preto e branco, do conjunto de qualidades da casa e seu agregado familiar.

Apresentam-se aqui, como exemplo, fichas preenchidas relativas a uma casa de «ilhas» situada na zona mais central da cidade, o menos de 100 metros dos seus Paços do Concelho.

Terminados os inquéritos são solicitados à Delegação de Saúde os seus representantes que, com os técnicos do Município, fazem a vistoria de salubridade a cada moradia considerada em más condições naquele inquérito previamente feito.

Do resultado destas vistorias de salubridade depende a proposta de demolição da casa examinada ou a sua beneficiação se

forem facilmente corrigíveis as deficiências encontradas.

Das condenadas a demolição são feitos imediatamente os realojamentos dos ocupantes nos novos agrupamentos de moradias acabadas de construir.

Estes realojamentos são feitos atendendo ao número de quartos mais conveniente ao agregado familiar e à proximidade do seu local de trabalho.

## VI — RENDAS E CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO

Admitiu-se no cálculo das rendas que estas resultam dos

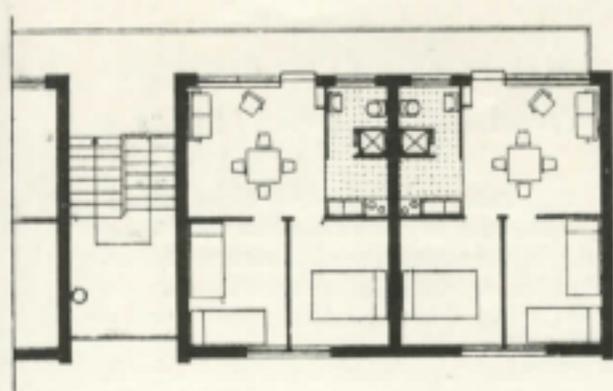
**Encargos de 1.º estabelecimento** (custo do empreendimento);

**Encargos de serviço** (administração e conservação).

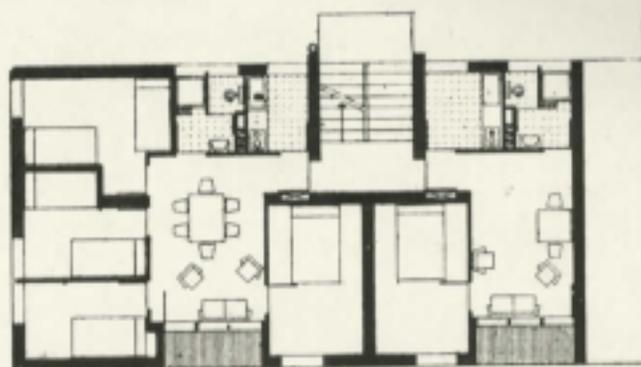
Os primeiros são consequência do volume do capital empregado e das condições em que tem de ser feita a sua reconstituição; os últimos dos encargos suscitados pela ocupação das moradias.

A soma destes encargos define a renda média teórica e a consideração dos objectivos visados no Decreto-Lei n.º 40.616 (acção social) conduz à renda média efectiva

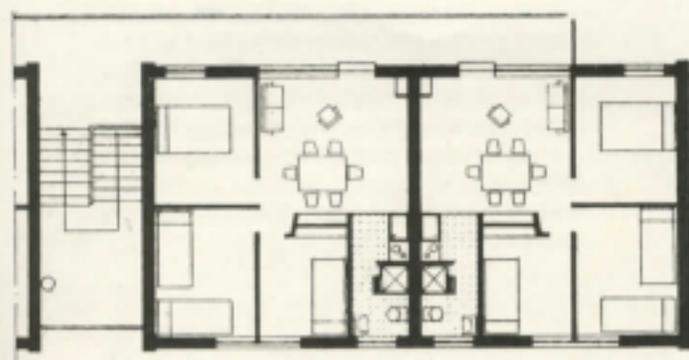
Como «Encargos de 1.º Estabelecimento»



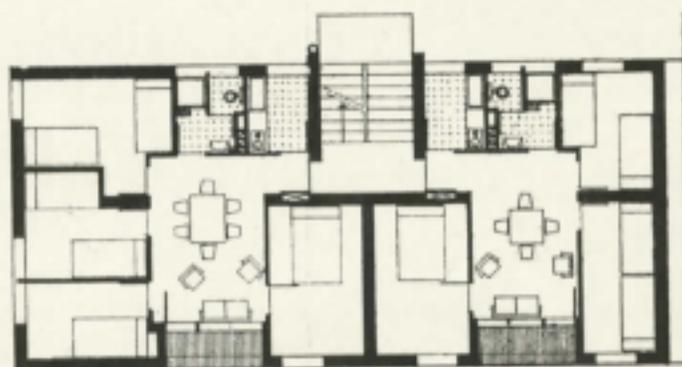
0 1 2 3 4



0 1 2 3 4



0 1 2 3 4



0 1 2 3 4

Unidade de 16 fogos por escada, expostos a Nascente e Poente

Custo médio de unidades semelhantes com fogos de 2 e 3 quartos: 31.800\$00

Unidade de 8 fogos por escada, expostos a Sul e Norte

Custo médio de unidades semelhantes de 1 e 4 quartos: 23.900\$00

foram considerados o **Custo Geral do Em-  
preendimento** como soma dos custos do ter-  
reno, da sua urbanização, das edificações,  
do projecto, direcção e fiscalização e ainda  
dos encargos de recuperação do capital a  
reconstituir nas condições do financiamento  
do Plano.

Como «Encargos de Serviços», isto é, da  
utilização das habitações, foram considera-  
dos os seguintes: conservação, administra-  
ção, segura, provisão para fundo de Acção  
Social e Contribuição Predial.

Não se pode aceitar como fácil o cálculo  
destas rendas porque os encargos variam  
com o tempo, dado que o pagamento do  
subsídio reembolsável do Tesouro faz-se  
sentir durante 30 anos, o prazo do paga-  
mento dos empréstimos da Caixa Geral de  
Depósitos, Crédito e Previdência é de 20  
anos e a contribuição predial somente é de-  
vida a partir do 16.º ano.

O valor da renda teórica média mensal,  
deduzido nas condições indicadas, assegura  
o equilíbrio financeiro durante todo o tempo  
de extinção da dívida.

A este valor tem de juntar-se o que cor-  
responde a construção de edifícios de inter-  
resse social, parques infantis, e o comple-  
mento financeiro fornecido pela Câmara para

além do seu contributo gratuito para a re-  
solução do problema das «ilhas».

Os resultados deste cálculo permitiram fi-  
xar para os agrupamentos já realizados as  
seguintes rendas mensais:

Moradia tipo I .....	90\$00 a 100\$00
» » II .....	120\$00 » 145\$00
» » III .....	150\$00 » 180\$00
» » IV .....	185\$00 » 210\$00

As rendas indicadas são consideradas como  
base e fixadas para um salário do agregado  
familiar de esc. 1.000\$00 mensais, em que  
se não inclui o benefício do «abono de fam-  
ílica» recebido das entidades patronais.

Para a fixação individual das rendas é  
empregada uma fórmula no sentido de se  
conseguir que as classe com maior poder  
económico ajudem as menos favorecidas:

$$C = \frac{\text{Renda efectiva} = C \times \text{Renda-base em que Proventos mensais em escudos}}{1.000}$$

aplicada entre os limites 0,8 e 1,5 x Ren-  
da-base.

Falta na fórmula um parâmetro que re-  
presente a influência, na economia do aglo-

merado familiar, da quantidade de pessoas  
que a constituem, mas não se julgou acan-  
sável, tratando-se de **valores humanos**,  
variáveis de caso para caso com as idades,  
a saúde e a forma de viver, exprimir, atra-  
vés da abstracção duma fórmula, tal in-  
fluência.

É por isso que os resultados da fórmula  
não são adoptados indiscriminadamente, mas  
corrigidos pelo exame ponderado de cada  
caso, em procura da solução mais justa, em  
termos de humanidade, o que já tem con-  
duzido até à concessão de subsídios pela  
fundo de acção social para diminuição mesmo  
daquele limite inferior.

Uma vez fixada a renda no momento da  
transferência da antiga casa insalubre para  
a nova moradia pode aquela não se manter  
através do tempo quer elevando-se por uma  
melhoria das condições económicas do agre-  
gado familiar, quer diminuindo-se temporá-  
riamente durante períodos de desemprego  
ou de afastamento de componentes com sa-  
lário considerado no agregado familiar.

As ocupações das novas moradias têm,  
nas terras do Decreto-Lei n.º 40.616, ca-  
rácter precário e os agregados familiares  
podem ser transferidos e até despejados se  
o seu comportamento social o justificar.



## UNIDADE DE HABITAÇÃO POPULAR DA PASTELEIRA

Esta Unidade compreende 600 fogos. A população pode ser avaliada em 2.500 habitantes, o que representa uma densidade de 500 hab./ha. A escola, de 10 salas de aula pode receber 400 crianças dos dois sexos e encontra-se já em funcionamento.

A circulação automóvel é periférica e as vias em duplo sentido, em impasse, dão acesso ao interior da Unidade.

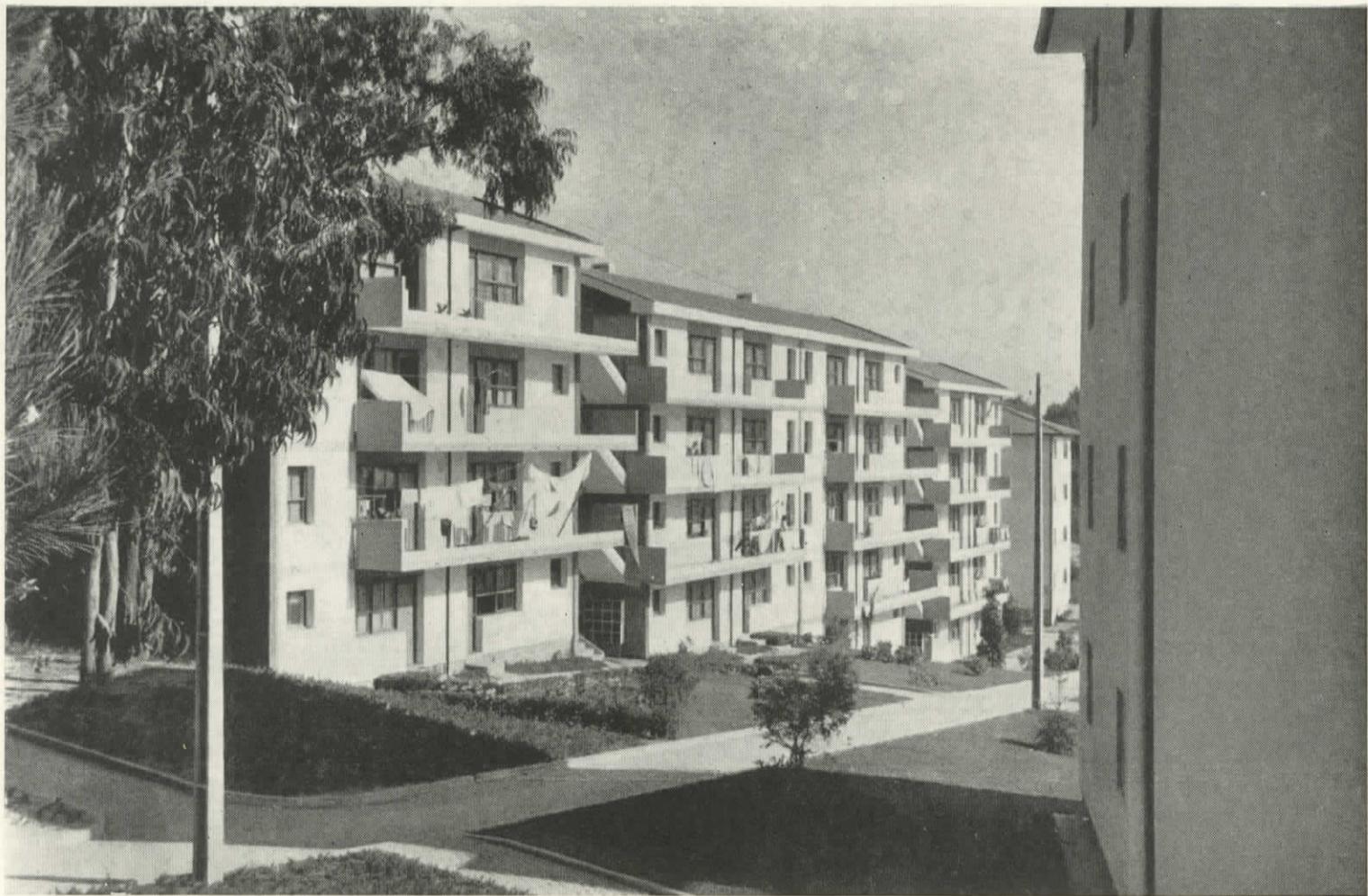
Dado o nível de vida da população o número de estacionamentos previsto é reduzido. O arranjo dos espaços livres mereceu particular cuidado tendo sido preservadas muitas das árvores existentes ali. Vários caminhos de peões e campos de jogos e recreio foram construídos, como mostram as fotografias. Várias lojas de consumo diário alojam-se no r/c, de alguns dos edifícios e satisfazem as necessidades da população enquanto não se constrói o futuro centro comercial.

*Vários aspectos dos locais de jogos infantis distribuídos no bairro.*



*Dois aspectos de pormenor da Unidade, sendo de notar a semelhança da concepção espacial e a diferença no critério de arranjo dos logradouros.*





1



1-2 — Dois ângulos do edifício que limita do lado Nascente o grande largo central.

3 — Nos espaços livres deixou-se, sempre que possível, a arborização existente, com notória influência nos ambientes.

3



recreios das crianças ou, de um modo mais geral, a vitalidade exterior do bairro; entre os vários pretextos ou necessidades que conduzem à formação de grupos de diferente natureza e a respectiva exigência de modelação espacial (confrontações, sombras, outras excitações sensíveis).

Precisamente o conjunto da Pastelaria, na sua parte habitada, pode fornecer já alguns indícios. Observamos, por exemplo, em várias visitas, a importância dos patins de escada para a vida de relação, quando a vida exterior a solicita (estes patins, pendurados para o exterior, estão, nalguns casos, arranjados com flores, vêem-se ocupados por grupos ou pessoas sós que chegam a estar aí sentados e, até, a ler!). No entanto, são virados para o lado Norte e não deixa de ser interessante o facto de, apesar de vizinhos das janelas das cozinhas, serem preferidos pelas donas de casa para «ver o que se passa lá fora», embora sejam excessivas as distâncias que os separam dos prédios vizinhos ou das zonas mais animadas. Assim também o comportamento das varandas — nestes projectos adstritas à sala comum, que se vêem ocupadas, há excitações exteriores muito fortes (caso do recreio infantil superior) mas já aparecem com menos vida (em proveito da escada que lhes fica oposta) quando tal excitação não é suficiente.

Ainda um exemplo nos é fornecido pelo grande espaço central que se destaca em planta na regularidade esquemática do conjunto: aqui, onde apenas um ou dois edifícios lhe oferecem faces extensas e, em princípio, vitalizadas (sobretudo o interessante conjunto com galerias a Poente escalonado pelas escadas) e o espaço é de si muito vasto sente-se uma fluidez incontida como consequência da disposição dos outros corpos; e este lugar, ao qual falta um edifício de interesse social, previsto mas não realizado, por simples falta

de expressão figurativa não parece polarizar a vida do bairro, ao invés do que se poderá julgar ter sido a intenção primeira do seu desenho.

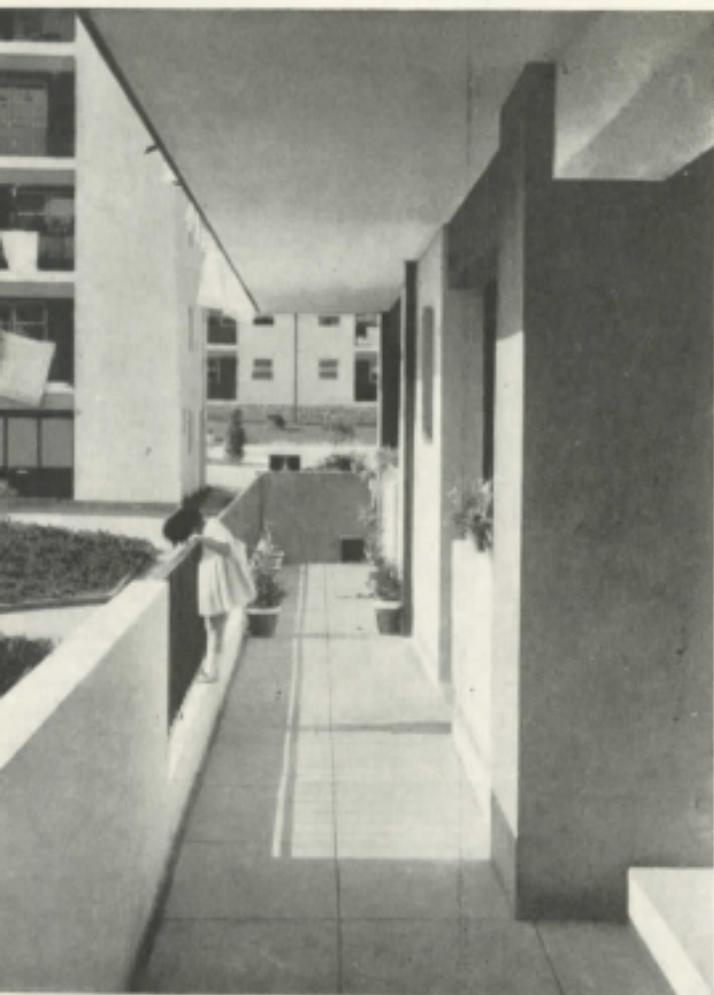
A serem pertinentes estas observações dever-se-ia tentar nos casos posteriores um método na disposição dos edifícios que separasse zonas exteriores de intenções diferentes, logo com contornos e perfis também diferentes e intencionais:

— Por um lado, uma sugestão espacial dos percursos dos habitantes, ligados ao equipamento central ou dissociado dos seus lugares de convívio ou de recreio, nomeadamente para os jogos infantis que pela primeira vez surgem coerentemente previstos em bairros portugueses.

— Por outro, uma relação clara entre estes espaços e os lugares de permanência diurna das habitações, com o objectivo de atenuar o isolamento dos seus moradores ou facilitar a vigilância das crianças, em proveito da vitalidade do próprio ambiente do bairro, como o mostram já os seus locais mais coerentes nestes aspectos.

c) Apontamos uma última e mais delicada reflexão, como hipótese a estudar ou experimentar: é a da contribuição que, para esta vontade de aderência às necessidades dos moradores, poderá advir de ensaios de continuidade com os espaços urbanos pré-existent, naquela mesma medida em que as estruturas sociais e ecológicas anteriores permaneçam no interior das modernas transformações.

Uma excessiva neutralidade dos ambientes, dominada por um esquema de distribuição elementar, não oferece talvez aquela multiplicidade de situações e solicitações que nos parecem hoje essenciais para a vida quotidiana dos utentes.



▲  
 Vista de uma das galerias de distribuição. De notar a impossibilidade que tem o primeiro inquilino de dispor flores no troço que lhe cabe.

▲  
 A ocupação dos patins, a que se refere o texto, apresenta casos como este.



Nas restantes fotografias: a ocupação das varandas e das varandas-galerias revela a importância do problema da secagem de roupas de modo a não impedir a sua utilização como logradouros.

Uma tentativa de síntese, com intervenção desses dados da experiência do habitar, poderá constituir uma primeira aproximação. Com efeito, passado o período de adaptação e sugestiva surpresa aos novos ambientes para quem vem de uma ilha, podemos perguntar-nos se encontrarão estas famílias no novo «habitat» as mesmas possibilidades de conhecimento mútuo (já libertas da promiscuidade), as mesmas sugestões para a vida colectiva...

O estudo da relação entre os hábitos anteriores e as estruturas habitacionais poderá ser de grande utilidade — não certamente para decalcar ilhas ou vielas mas que talvez permitam ultrapassar um tratamento espacial indiferenciado, simples, resultante de uma fragmentação em «blocos» que apenas o Sol orienta.

### 3. Problemas das habitações

As diferentes plantas executadas pela Câmara do Porto têm apresentado características semelhantes ao longo dos três tipos de agrupamento adoptando galeria continua com acesso nos topos, escada para 4 fogos com troços de galeria e escada semiexterior de esquerdo-direito.

A diferença essencial é constituída pela localização e carácter do logradouro exterior, que nas primeiras é o próprio troço de galeria enquanto no último tipo é uma «loggia» individualizada, no lado oposto ao do acesso; mas em todos os casos a única sala comum é interposta entre este logradouro e o local de cozinha, o que se traduz em situações práticas muito diferentes: este projecto resolve perfeitamente os problemas de devassamento ou privacidade já referidos noutro lugar para aqueles, na medida em que a circulação exterior está separada da sala de estar; projecto que aliás, nos pareceu ser invejado pelos moradores dos restantes. Mas nos três casos o afastamento da cozinha em relação ao prolongamento exterior dificulta, por exemplo, a vigilância das crianças ou os contactos vizinais, como também a conservação da boa ordem e limpeza na única sala, de que dispõem os moradores (agravada pela abertura para esta divisão de quase todas as portas da casa, inutilizando-lhe as paredes).

Com efeito, as necessidades a que a casa hoje deve,





*Pormenores de acesso verticais e de galerias de distribuição nos novos bairros portuenses.*





*Pormenores de utilização observados em realizações anteriores à Pasteleira. Em cima, à direita: Uma das cancelas postas nos fogos extremos dos edifícios.*



por hipótese, responder, são não só complexas, como espacialmente contraditórias — ao menos na aparência. Por um lado, o quadro da actividade da mulher dona de casa revolucionaria a casa de tipo burguês: é necessário que o ambiente onde ocupa o dia seja, de dia, o melhor; é necessário que as crianças mais pequenas lhe estejam próximas e que nas horas de reunião familiar ela não esteja votada ao ostracismo num qualquer buraco acanhado e húmido; é necessário que as horas das refeições a não obriguem a uma movimentação que os esquemas anteriores consignavam à função da «criada». Mas por outro lado, este ambiente onde as famílias tendem a localizar a maior parte das funções diárias não esgota as necessidades da permanência em casa: os inqueritos às famílias (de diferentes proveniências) insistem agora na exigência de um espaço articulado com este mas suficientemente independente para permitir a sua fácil manutenção, a disposição e a maior preservação daquele mobiliário a que o grupo confere uma certa carga significativa, e que torne possíveis duas funções opostas, de isolamento eventual de uma parte da família e de mais satisfatória recepção de visitas (cuja reduzida frequência se liga à falta de um local mais sossegado e arrumado).

No aspecto do comportamento mental, está provada também a insuficiência de um único espaço comum indiferenciado, quer pela dificuldade do seu arranjo diário, quer pela impossibilidade de fuga à «densidade» da sala. Demasiado rapidamente classificada por reacção como residuo burguês, esta solicitação aparece-nos agora fundada na poupança da fadiga caseira, na dignificação das relações de amizade com o exterior, quando não na simples necessidade de uma zona de apoio em casas de programas mínimos. (1)

Estas considerações levam-nos ao que constitui, porventura, a questão central da dificuldade em chegar a um plano que satisfaça às necessidades mais vitais: a já repisada noção de *área mínima*. Estes projectos estão, ao que parece, entre os de mais reduzidas dimensões concebidos entre nós; a área útil por habitante mantém-se sensivelmente em torno dos 8 metros quadrados, quando, por hipótese, uma superfície satisfatória começa nos 14 e o «habitat» começa a indicar nitida influência nociva para alguém da dezena de metros quadrados. Note-se que estes índices, como se sabe originalmente obtidos por observadores estrangeiros, não são o resultado de uma misteriosa e contestável matemática — são inquietantes, dados de facto mas que podem também ser corroborados praticamente por um processo acessível ao projectista: efectivamente, se escalonarmos as referidas necessidades vitais, sobre as quais é já fácil uma unanimidade, e se se procurar verificar se foram ou não previstas numa amostragem vasta de plantas, aparecerão índices muito aproximados àqueles conforme estes projectos tenham tido as necessidades totalmente em conta (satisfação) ou estejam amputados nas suas possibilidades de resposta à vida quotidiana (zona crítica ou mesma patológica).

Noutros lugares se tem referido que a procura dos limites de custo à custa da superfície habitável não é lícita para alguém de um definido limite crítico (2).

Efectivamente, pode-se verificar que, para alguém desse limite, não há projectos bons, e os próprios projectistas se podem muitas vezes iludir numa estéril procura de soluções engenhosas, ou em satisfações formais que talvez substituam a escala.

O que nos conduz a abstermo-nos de uma crítica às carências de projectos como os que se publicam (como, por exemplo, um devassamento da sala única, uma excessiva presença da banca de cozinha, uma falta de contacto entre estas e o exterior, etc.), pois tal crítica se tornaria porventura injusta para os seus autores, deslocando o alvo da questão onde esses aspectos radicam. Mantendo-se o mesmo

índice de habitabilidade, atender a outras necessidades significaria, sem dúvida, perder algumas das que foram preferidas não responder a nenhuma de forma suficiente.

Um aspecto não menos importante do que a exiguidade da superfície e que agravava extraordinariamente é o do comportamento das habitações construídas em relação à *insonorização*. Está confirmada a relação de causa-efeito entre esta qualidade e as perturbações quer no interior da família, quer na exasperação das relações entre vizinhos — o que se acentua no caso das famílias de menores recursos. Ora optou-se nestes conjuntos por algumas características construtivas sumárias —, paredes à meia-vez no contorno exterior e ao cutelo nas divisórias internas, lajes simplesmente revestidas a betonilha pelos menos em toda a zona diurna — que não garantem de modo nenhum o mínimo de condições de isolamento e recato que deve ser exigido.

A conclusão mais saliente que se tira da análise destas realizações é a da necessidade urgente de revisão do seu *critério de economia*, sem o qual os projectos propriamente ditos não poderão ser sensivelmente enriquecidos. O sacrifício da superfície e da insonorização não pode, com efeito, ser levado aos extremos presentes — e muito menos, sob a alegação do carácter de «emergência» do empreendimento. Cremos, efectivamente, que o município portuense, que evidencia uma nitida consciência dos aspectos sociais da renovação urbana, poderá, nos programas seguintes, atacar a fundo as condições pré-arquitectónicas da habitabilidade em sentido restrito.

\*

Um primeiro indício desta revisão nos é já dado pelo projecto experimental que publicamos em primeira mão. Se esse condicionalismo mínimo não está ainda aqui satisfeito (e a planta ressentiu-se automaticamente disso) o pequeno alargamento de possibilidades permitiu alguns benefícios videntes, como um maior isolamento das partes da casa e uma melhor resolução dos seus prolongamentos exteriores (varanda, estendal e lavagem). Abstemo-nos de um juízo que seria prematuro sobre alguns pontos mais discutíveis (como o formato de quartos, a dimensão da «kitrinete», ou o ambiente da coluna vertical de acesso) que são, talvez, contrabalançados por outros (como a grande profundidade do fogo conseguida, o espaço de convívio previsto na entrada, as arrecadações privativas, etc.).

Esta proposta cuja experimentação económica deverá ser seguida atentamente, põe ainda, por forma que se antevê notável, um problema espacial e de tratamento arquitectónico que tem sido até agora subestimado pelo sumarismo das obras anteriores. A um espaço interno muito mais variado e interessante para a vida caseira, corresponde uma concepção da presença exterior dos edifícios que favorecerá uma evolução urbanística num sentido cada vez menos esquemático e mais *continuo* com a tradição urbana portuense.

Cremos que a aceitação e o incitamento pela hierarquia camarária de um espírito mais aberto de procura de novos caminhos aumentará o interesse da contribuição das suas realizações para o panorama arquitectónico e urbanístico português, isto é, para o povo a que se destinam.

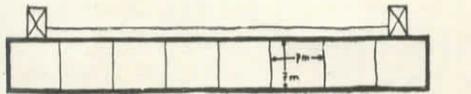
Outubro, 1960

Bartolomeu Costa Cabral  
Nuno Portas

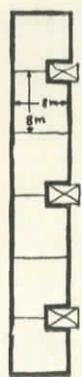
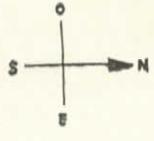
(1) Não deixa de ser curiosa, neste ponto, a confrontação desta hipótese com os resultados a que chega L. Holm, sociólogo sueco, após estudos sobre um meio altamente evoluído e dos que daremos, próximamente, um apanhado.

(2) Conclusões do I Colóquio da S. N. A. sobre o «habitat», retomando já os do I Congresso Nacional dos Arquitectos.

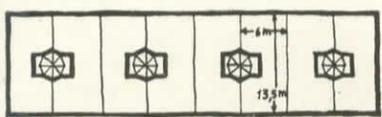
ESQUEMA DA EVOLUÇÃO DOS TIPOS DE BLOCOS DE HABITAÇÕES POPULARES DA C.M.P.



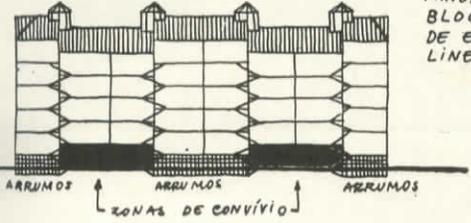
SOLUÇÃO DE 1957  
ORIENTAÇÃO NASCENTE-POENTE  
DIMENSÃO DAS HABITAÇÕES DE 3 QUARTOS - 7M X 7M  
ACESSO ÀS HABITAÇÕES POR ESCADAS E GALÉRIAS EXTERIORES



SOLUÇÃO DE 1958-59  
ORIENTAÇÃO NORTE-SUL  
DIMENSÃO DAS HABITAÇÕES DE 3 QUARTOS  
8M X 8M  
ACESSO A CADA 2 HABITAÇÕES POR ESCADA SEMI-EXTERIOR



SOLUÇÃO EM ESTUDO  
ORIENTAÇÃO NASCENTE-POENTE  
DIMENSÃO DAS HABITAÇÕES DE 3 QUARTOS 6M X 13,5 M (FRENTE REDUZIDAS EM RELAÇÃO À PROFUNDIDADE)  
ACESSO POR ESCADAS INTERIORES ILUMINADAS SUPERIORMENTE.  
REDUÇÃO DO COMPRIMENTO TOTAL DOS BLOCOS EM RELAÇÃO ÀS SOLUÇÕES ANTERIORES E PARA IGUAL NÚMERO DE HABITAÇÕES.  
MAIOR ADAPTAÇÃO DOS BLOCOS À DELIMITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS LINEARES.



Esquema de evolução e solução em estudo dos tipos de blocos de habitação popular da C. M. P.

Solução em estudo

**OBJECTIVOS URBANÍSTICOS** — Redução do comprimento total dos edifícios de modo a adaptá-los mais a uma disposição em linha, aproveitando melhor o terreno quando se pretender que se destinem a espaços exteriores de tipo predominantemente linear (ruas, caminhos) e obtendo maior concentração junto de praças ou outros centros de atracção.

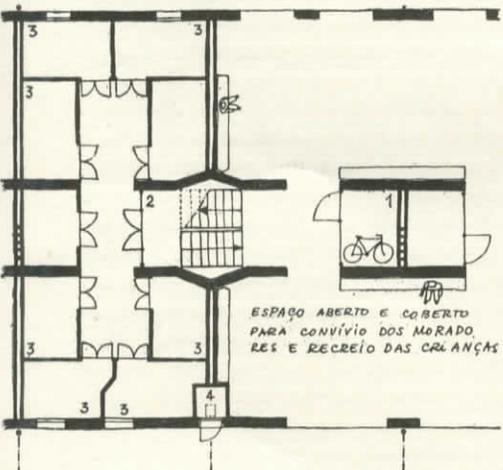
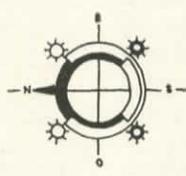
— Existência no rés-do-chão de cada edifício, de espaços abertos destinados ao convívio de diversos moradores que, após as experiências dos bairros construídos, parecem ser solução mais adequada ao clima pluvioso da cidade.

— O tipo predominante é o de 3 quartos, ou fogo médio, para uma dupla exposição Nascente e Poente; nos topos dos edifícios surgem os fogos de 2 e 4 quartos.

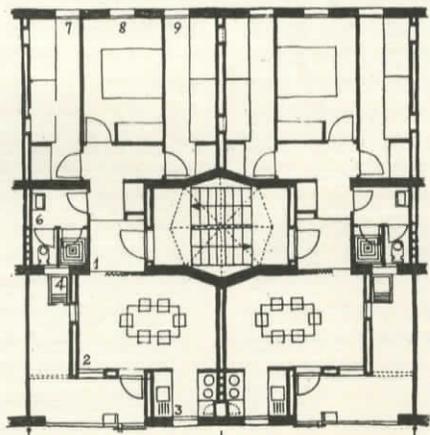
**OBJECTIVOS ARQUITECTÓNICOS** — Aumento sensível da superfície de habitação compensado pela grande profundidade ou espessura do edifício; esta conduziu à necessidade de interiorização da coluna de acessos que se ilumina zenitalmente por clarabóia (solução corrente no Norte do País).

— A forma da habitação permitiu que a zona de quartos fique completamente independente da zona de permanência diurna. A parte de trabalho foi dotada de um local aberto destinado à lavagem e secagem de roupas.

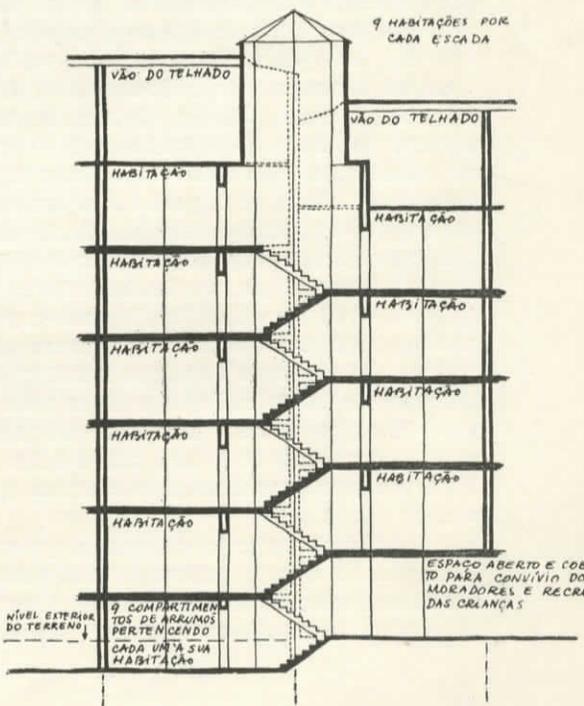
— Cada morador dos andares disporá ainda de um compartimento na cave, semi-enterrado, para arrecadação, e de um depósito comum, à entrada, de bicicletas, motos, carros de criança, etc.



ESPAÇO ABERTO E COBERTO PARA CONVÍVIO DOS MORADORES E RECREIO DAS CRIANÇAS



PLANTA DE 2 HABITAÇÕES TIPO 3 (ESTA PREVISTA A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES DE 2 E 4 QUARTOS NOS ESTREMOS SUL E NORTE DE CADA BLOCO)



ESPAÇO ABERTO E COBERTO PARA CONVÍVIO DOS MORADORES E RECREIO DAS CRIANÇAS

NÍVEL EXTERIOR DO TERRENO

9 COMPARTIMENTOS DE ARRUMOS PERTENCENDO CADA UM À SUA HABITAÇÃO

# Considerações sobre o Organismo Distributivo das Habitações

Arq. Nuno Portas

Quer se trate de uma escada, destinada ao esforço natural mas sempre significativo (sentimental ou socialmente) dos componentes da família, quer domine o meio mecânico que, por não exigir esse esforço, não deve continuar a ser um ambiente desprezado pelo projectista, a coluna de distribuição é hoje objecto de uma caracterização espacial e até simbólica — psicológica e social — que não deve passar despercebida se se passarem em revista as melhores soluções. Notar-se-á que mesmo nas realizações mais correntes ou modestas se procura tirar partido da localização de um acesso, desde o simples acusar do seu movimento ou a procura de uma abertura para o exterior até às numerosas soluções em que a coluna adquire verdadeira natureza estrutural (como em Bagnols-sur-Cèze, Berlin-Lankwitz, Triburtino, Tuscolano, Acilia, Cesena, Monza, Piacenza ou no recente conjunto de Salerno, onde a qualidade estrutural se estendeu a todo o bairro). Neste aspecto propriamente figurativo, um lugar à parte deve ser atribuído aos estudos do arquitecto italiano Franco Albini que tem desenvolvido um pensamento arquitectónico sobre a escada nas obras sucessivas de Colognola e Vialba (Milão) (\*). Destacando fortemente o volume cilíndrico, ligando-o por passagens transparentes aos fogos, a coluna de acesso adquire o valor simbólico de elo comum às várias famílias, assegurando simultaneamente às entradas dos fogos uma forte independência. Giuseppe Vaccaro nas unidades pontuais de Piacenza usa o mesmo esquema, mas com o dobro dos pisos e quatro fogos por piso, preenchendo a «bomba» da escada com o elevador.

Além deste aspecto expressivo, procura-se ainda a valorização do espaço, sobretudo dos patamares a partir do reconhecimento da importância do fomento dos grupos que percorrem a escada como factor de conhecimento e rela-

ção (em que as crianças revelam comportamento curioso). Um exemplo, entre nós, em que se revela esta preocupação é o esquema de acesso do bloco de habitações para empregados da Soda-Póvoa (Previdência) cujo funcionamento em tempo favorável (trata-se de escada descoberta) pode dar um indicio da vitalidade que referimos.

No entanto a tendência mais radical que hoje pode ser observada é a resolução «simultânea» dos órgãos de acesso e distribuição com o equipamento colectivo — que os britânicos sintetizaram na noção de «cluster». Esta noção conduz-nos — por ser uma noção de síntese — a analisar previamente o terceiro sector da distribuição, que contacta directamente com o fogo: a distribuição horizontal.

Também aqui a gama de possibilidades é vasta (excluída a solução promiscua do minúsculo patamar interior de um metro quadrado, para onde abrem as estradas de dois fogos, que se continua a construir entre nós em soluções — tipo oficiais!).

A observação dos numerosos exemplos juntos de distribuição não intensiva (um, dois, três ou mesmo quatro fogos por patim) revela o grande número de possibilidades de solução dentro do esquema clássico, criando aspectos novos de interesse espacial e social e defendendo as entradas do devassamento do interior das habitações. Os dados da observação indicam no entanto o seu limite: a intercomunicação das famílias não se faz aqui normalmente, ao nível do andar, mas algures, no terreno ou instalações comuns, e os conflitos inevitáveis provocam tensões entre vizinhos que, por dispostos ou isolados irremediavelmente face-a-face, serão mais difíceis de suportar sem exasperação.

Soluções tais como a paragem do elevador, quando exista, apenas em alguns dos pisos, revelaram o fomento de mais, e mais sólidas, relações no prédio (vd. Chombarç de

Lauwe em três bairros da região de Paris), e o exemplo deve ser considerado seriamente pelo projectista na generalidade das soluções.

Os inquéritos sociológicos autorizam por isso o caminho do recurso a distribuições «no plano» de carácter intensivo e pode-se já hoje prevenir das suas dificuldades em face do grande número de realizações distintas na essência ou no pormenor.

No outro grupo de soluções, a noção tradicional de «rua» constitui uma base segura neste campo e mereceria um estudo profundo não tanto na sua teoria mas para fazer ressaltar as suas características na tradição portuguesa do habitar e as alterações a que a submeterá a evolução dos hábitos.

Libera, na já publicada unidade do Tuscolano, ensaiou a reunião de dez fogos em torno de penetrações exteriores com a largura mínima de 2,70 metros e um desenho recortado que incluía alguns bancos e o recolhimento das entradas propriamente ditas (a). Esta «escala» parece ter provado optimamente. Com resultado idêntico, um número semelhante de fogos foi alinhado, entre nós, por Arménio Losa em Ponte da Pedra, ao longo de um passeio optimamente exposto para onde confrontam as zonas de permanência e de trabalho caseiro (b).

Mas a passagem deste conceito de rua, do piso térreo onde normalmente não é discutida, para a sua repetição em pisos sobrepostos, fez nascer uma polémica que por ser quase sempre posta em termos absolutos, se não tornou muito rendosa. A «galeria», que nas suas primeiras realizações fora solicitada sobretudo pela evidente economia distributiva, levantava problemas sociais e outros muito melindrosos que exigiam análise e experimentação serenas. O arquitecto italiano Giancarlo de Carlo, que tivera ensejo de projectar um bloco de habitações servido por galerias, escreveu a propósito um impressionante testamento (publicado em Casabella, N.º 200) hoje clássico, que faz ressaltar o aspecto porventura mais interessante do nosso problema: ocupado o imóvel, o autor demorou-se a observar a sua utilização, nomeadamente no que se referia à vida nas galerias que percorriam toda a extensão do edificio no lado Norte. (Seguindo o esquema corrente, o arquitecto localizara no lado oposto as salas comuns, dotadas de varandas nas melhores condições de exposição e conferira à «passarelle», muito estreita, uma função puramente distributiva). O espectáculo que se lhe oferecia era, com efeito,

o oposto da sua concepção: vazias as varandas, a galeria, que não dispunha nem de largueza, nem de protecções, nem de boa exposição em relação aos elementos, apresentava uma vida intensa dos adultos e das crianças, desde órgão de relação entre a vizinhança à pista de patinagem e corridas de bicicletas! Pelo menos nos meios latinos, a rua área (mesmo se mal compreendida na sua concepção) revelava-se suficientemente capaz de levar consigo o essencial do quadro sociológico da rua tradicional (\*). Mas não só nos países latinos: um recente inquérito realizado em Rotterdam, onde o sistema é generalizado, revelou não só a preferência da maioria das famílias em relação ao esquema tradicional, como a existência de melhores relações de vizinhança e «diluição» do efeito dos conflitos — o que aliás confirma as conclusões anteriores, quanto à necessidade, para tal fim, de quadros mais vastos. Notavam as famílias que tinham uma sensação semelhante à de viver em células unifamiliares mas com larga vantagem na vida social. Uma queixa surgia no entanto: o afastamento da rua era muito nitido, isolando as casas da animação das vias de circulação e do ambiente exterior. Os estudos britânicos, por seu turno, se confirmam estas conclusões, propõem aos projectistas que encarem a solução de dificuldades de outra ordem, nomeadamente as que se referem ao não devassamento do fogo e à melhoria das condições para as crianças cujo recreio a galeria corrente não pode resolver.

O primeiro dos reparos envolve de acto o problema de maior responsabilidade, pois toca na contradição entre a própria função de acesso intensivo que caracteriza o esquema e a necessidade — embora muito variável — de abertura das habitações para ela, condição da sua virtude social (problema igual, aliás, ao que existe na rua térrea vulgar, apenas com a agravante da largura e pé direito da galeria serem muito condicionados).

Este tipo de distribuição apresenta-se sob muito diferentes, que podem ir da galeria inteiramente interior (Marselha) que não tem posto quaisquer problemas de devassamento até às múltiplas soluções de galeria exterior (incrustada ou saliente; piso a piso, em pisos alternados ou de três em três andares) cujo comportamento, para cada uma, varia notoriamente:

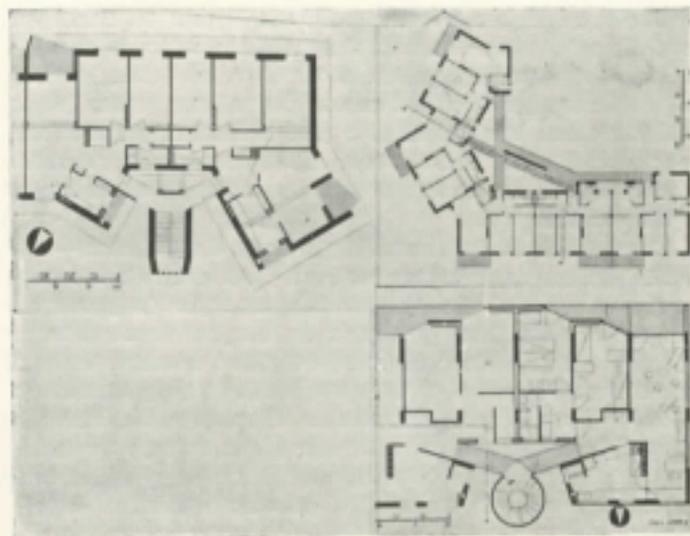
**TIPO 1** — Galeria longitudinal piso a piso, aberta para o exterior, e que sendo a solução economicamente mais rendosa é naturalmente aquela em que as dificuldades mais se fazem sentir e os remédios possíveis menos exequibilidade prática apresentam.

Merece exame mais pormenorizado a evolução deste tipo de galeria: nos conjuntos da C. M. do Porto que neste número se documentam, ditada, aparentemente por uma intenção de diminuição do carácter intensivo, e que nos parecia ser uma das suas conquistas mais positivas, assim, em vez das unidades primitivas dotadas de acessos exteriores nos topos foram estes duplicados adicionando-se escadas intermédias entaladas, que simultaneamente retiraram à solução boa parte das vantagens económicas e, diminuindo embora os fogos prejudicados pelo atravessamento, acabaram por criar nos troços terminais situações de privilégio que em populações deste tipo são bem piores para a vida social (\*\*).

O observador dos últimos conjuntos já habitados verá que a cada fogo atravessado pelo vizinho do lado corresponde a transformação, clandestina mas natural, por este, do seu troço de galeria (terminal) em jardim privativo para as «suas» crianças isolado vaidosamente do vizinho por fantasiosas cancelas e vedações. A galeria perdeu aqui, simultaneamente o seu interesse distributivo e o seu interesse social — tornando-se anti-social. Uma solução em estudo, também para a célula A. Olívalis (arq. Braula Reis) em que se prescindiu da vantagem económica referida, dotou cada casa simultaneamente de escada e galeria, ficando todos os fogos em igualdade de situação perante ambos os acessos.

(a) vd. *Arquitectura* n.º 64

(b) vd. *Arquitectura* n.º 63



Sem afectar uma grande continuidade de fogos, diminuem-se assim radicalmente o número de atravessamentos diante dos fogos alheios uma vez que se convidam os moradores a usarem de preferência a «sua» escada (mesmo se, em princípio, nada impede que, um utente encontrando um vizinho conhecido, use qualquer outra coluna). A solução que mais do que de galeria se poderia chamar de pátios comunicantes, assegura, assim a franca ligação dos fogos entre si, as relações de entreajuda ou as brincadeiras comuns das crianças, valorizando no entanto o sossego e a intimidade diante de cada casa. O risco da construção clandestina de divisórias, no caso da entidade proprietária o não poder ou desejar evitar, já não cria situações de privilégio e não prejudica senão, e enquanto os moradores o quiserem, a sua própria vida de relação sem retirar à solução todas as suas potencialidades numa futura «evolução» dos hábitos.

No entanto, é igualmente de ponderar que este futuro se veja retardado pela inércia da rotina que a solução favorece.

Outras tentativas de resolução do problema posto incidem antes na relação da galeria a que se não retira o carácter intensivo com o interior das habitações. Propõe-se, por um lado, a libertação da passagem em relação às paredes das peças que se pretendem isolar, por recorte destas ou desta-que daquela ou a procura de um desnível entre o piso da habitação e o da «passarelle» — ver o sistema de Grisotti em Milão para isolar o interior daquela, de vistas inoportunas; ensaiou-se ao mesmo tempo o emprego de estores de sentido contrário ao habitual, que permite isolar o interior sem obscurecer sensivelmente as divisões. Estas duas soluções conjugadas podem revelar-se praticamente satisfatórias e foram executadas na casa protótipo patente na exposição «o cooperativismo habitacional no Mundo».

O terceiro caminho é a revisão da organização do fogo em função da existência do acesso corrido. Efectivamente, neste tipo os fogos desenvolvem-se num só plano e portanto, salvo os casos excepcionais de apartamentos mínimos, necessitam da fachada que é ocupada pelo acesso, não só para iluminação e ventilação como para desafogos dos ambientes e na medida em que o aumento da profundidade é exigência económica. Ora do programa da casa, o banho, a entrada, a cozinha e arrumos não levantam qualquer objecção à confrontação com a galeria — a entrada e sobretudo a cozinha e zona de lavagem ou trabalho caseiro só ganham, pelo contrário, com tal situação, pois reduzem à mulher que trabalha não só os passos nos múltiplos contactos com o exterior como a sensação de isolamento. Os quartos, se em percentagem reduzida, permitem o emprego das soluções antes descritas sem inconvenientes de maior, mas é a sala comum que oferece maior resistência à localização nesse lado do edificio. (No caso deste tipo de fogos, nos bairros portuenses, a extraordinária compreensão de áreas só seria viável, precisamente, com uma única peça para onde abriria a porta de entrada e que distribuiria as restantes partes da casa; dotada de janelas amplas para a galeria, a intimidade do fogo não será possível senão à custa do obscurecimento ou da sensação de peça «interior» da sala comum). Esta experiência confirma que a galeria não pode resolver a necessidade de um espaço exterior íntimo — de uso sobretudo individual — aqui aparece, com efeito, transformada em *varanda* mas apenas nos fogos terminais (\*).

O estudo em planta merece especiais cuidados pois o interesse social do acesso corrido diminui na medida em que a vida da casa lhe voltar as costas, nomeadamente se se dirige a camadas populares — e é onde o sistema realmente interessa. A galeria é o prolongamento mais sugestivo da zona de permanência diurna (trabalho caseiro, crianças, etc.) e por isso há-de ter alguma articulação orgânica com o interior das habitações que não um corredor, como é vulgar em soluções de reduzidas intenções sociais; o que não implica, evidentemente, que uma sala comum se exhiba, transparente, aos vizinhos, até porque pode não corresponder

a uma noção realista e progressiva de zonas de permanência.

Merece referência especial, embora não seja propriamente um caso de galeria longitudinal, a brilhante solução de Albiní nos blocos de cinco pisos de Vialba-Milano, em que se dispõem os fogos de tal maneira que se tornou possível o lançamento de «passarelles» cruzadas com a escada comum, afastando-se assim a circulação dos moradores das paredes e aberturas dos vários fogos. É aliás reconhecida a vantagem de pequenos troços de patim já de algum modo adstritos a cada fogo e essa vantagem está neste caso larga e imaginosa desenvolvida. A força da figura arquitectónica resultante sublinha aliás a reunião dos fogos ao núcleo comum.

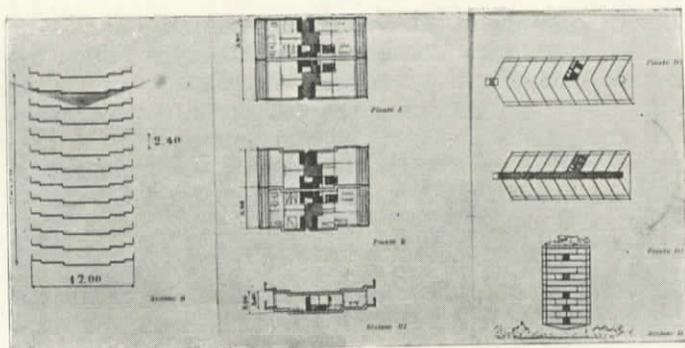
TIPO 2 — Galeria longitudinal em pisos alternados — exterior ou encaixada. Neste caso, o fogo divide-se, em geral, em dois pisos (a solução restante, com fogos sobrepostos, inclui-se na problemática do caso anterior e do seguinte) constituindo o chamado *duplex*. Pelo desdobramento, a célula estreita-se notavelmente, cabendo quase sempre ao piso da galeria a zona de permanência diurna e ao superior os quartos; os riscos de devassamento deixam assim de constituir problema, já que deixa de haver necessidade de confrontação com a galeria das peças que atrás consideramos em deficiente localização; a eficácia social estará idênticamente assegurada se se conseguir uma boa relação casa-acesso (\*).

TIPO 3 — Galeria longitudinal de três em três pisos — exterior ou encaixada. Esta solução tem tido ultimamente aplicação frequente e consta, fundamentalmente, do serviço por um só corredor de três pisos de habitação.

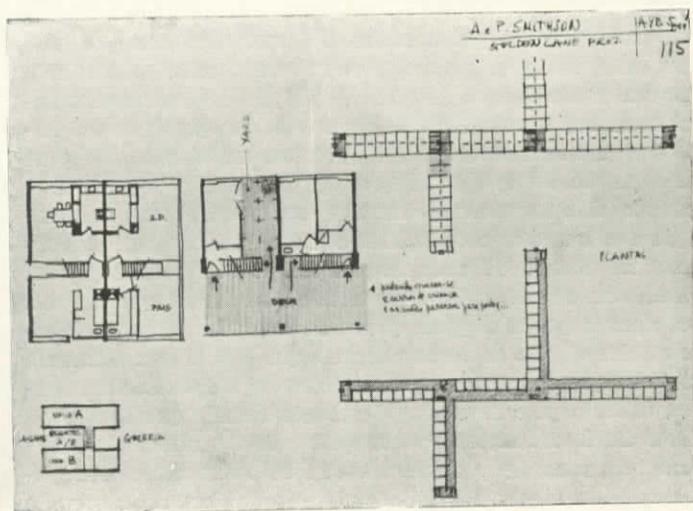
O partido primário será sobrepor três fogos «simplex» ficando um com acesso directo à galeria e dois através de escadas desembocando já dentro do fogo respectivamente no andar superior e no inferior do acesso. Uma crítica social condenará a desigualdade de situação entre a habitação central (com acesso imediato e os problemas gerais das galerias) e os fogos desnivelados (com a obrigação incómoda às escadas e o afastamento forçado que elas implicam entre o fogo e a zona comum) que é gritante e não traz quaisquer vantagens próprias.

Este mesmo tipo pode, com efeito, resolver-se em igualdade de situação perante a espinha distributiva: — acoplando um «duplex» e um «simplex» de modo que a escada que conduz ao fogo num só piso encontra o seu equivalente na escada que liga as duas zonas do fogo «duplex» tendo a vantagem de permitir aos moradores a escolha entre dois «habitats» distintos. Em rigorosa igualdade de distribuição as duas zonas diurnas ficariam no entanto separadas da galeria pela escada, com prejuízo para a vitalidade desta. A solução de Allyson e Peter Smithson (\*) para Golden Lane introduz uma variante: mantém as duas zonas de permanência desfazadas da galeria mas, ao nível desta, localiza lado a lado as zonas de quartos respectivas; como já as unidades-mães têm quartos, o piso adicional permite um crescimento à medida das necessidades, desde jardins (yards) prolongando a sua área até à plena ocupação por quartos suplementares.

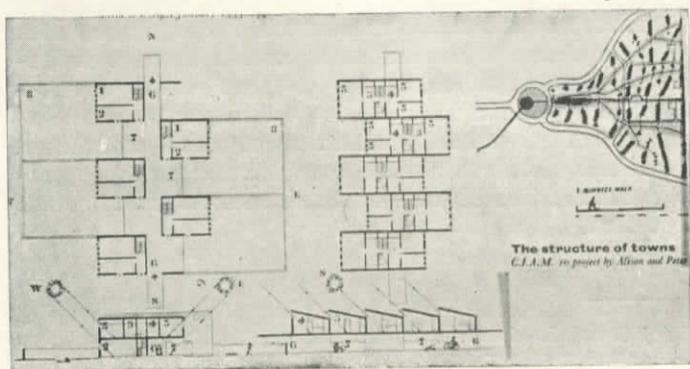
A dificuldade da comunicação zona de trabalho — rua social ficou no entanto por resolver. Com um reduzido desperdício funcional, George Candilis consegue (a partir de uma solução de Niemeyer) criar deslocações de meio lance de escada entre as duas zonas do «duplex» e o mesmo entre a zona diurna e o acesso. O esforço tornado (\*) insignificante, a comunicação espacial enriquecida extraordinariamente, o uso social da rua assegurado, apesar do reforço do isolamento dos fogos, desnivelados, em relação às soluções correntes. O estudo de Candilis, denominado sistema «semi-duplex» localiza o acesso em cada dois pisos e meio o que lhe diminui um pouco o rendimento distributivo e encaixa a



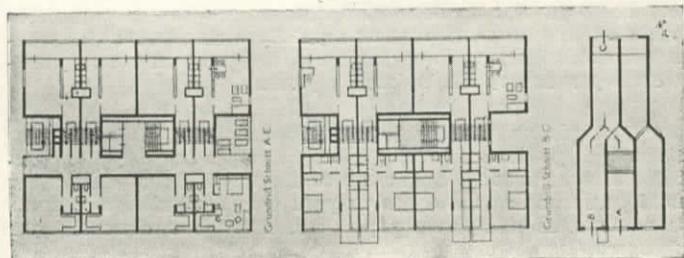
2



3



4



5

galeria no interior do imóvel com o objectivo de aproveitar o meio andar entalado para apartamentos mínimos. A rua interior, ganha já, no entanto, possibilidades que não conhecia em Marselha: a fácil interrupção dos apartamentos permite a dotação de locais de interesse comum — jardins, varandas de estar ou mesmo lojas; quando não é a própria expressão do edifício, como na torre de Bakema — Van der Broek construída para a Interban de Berlim que confere um comprimento relativamente curto e a remata por zonas de interesse (incluindo um Solarium) (5).

Por tudo o que se descreveu, depreende-se que o movimento de interesse em torno da problemática do esquema distributivo tende, essencialmente, a alargar o seu «funcionalismo» em várias direcções que, se aparecem nas realizações tratadas unilateralmente não têm menos um sentido comum: trata-se de *potenciar* socialmente os órgãos circulatórios da unidade e isto quer num aspecto quantitativo quer qualitativo.

Nos sucessivos tipos de galeria que deixámos, observou-se um afluxo crescente de movimento humano por unidade de área (e o mesmo fenómeno se repetia nas soluções verticais) — e citámos já o valor sociológico da empresa. No entanto, a procura da *forma* não é menos importante, pois que se dirige a localizar e fomentar esse valor; mais: a fixar em imagens, excitações visuais fortes, uma vida de relação que se fosse deixada à nascença desamparada ou contrariada pelos limites do espaço fatalmente se anquilosava ou se extinguia.

Procura, em primeiro lugar, de um conforto sugestivo, como já o entendia Van Tijen num imóvel de (6) Rotterdam hoje clássico em que a galeria longitudinal se apresentava com pequenas dilatações em locais intermédios para o encontro dos habitantes.

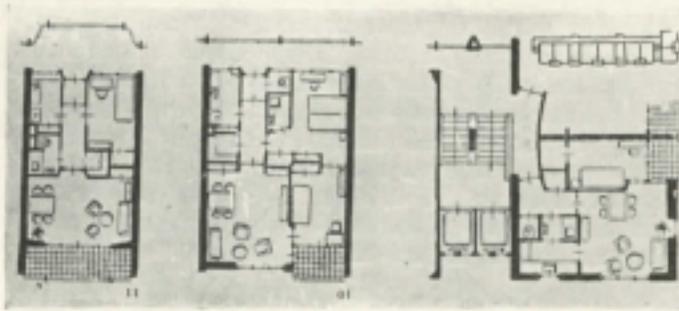
No citado trabalho de Smithson, para Londres, corre-se o risco de um encarecimento sensível para transformar a mesma galeria em *rua*, dimensionando a sua largura de modo que «duas senhoras com os seus carros de criança se possam demorar a conversar sem obstruir a circulação»... O mesmo espírito se encontra no emprego de soluções mistas, menos esquemáticas, de que é exemplo expressivo o bloco de habitações que Alvar Aalto projectou para a Interban de Berlim ou as recentes concepções italianas (Quaroni, por exemplo) que desenvolvem os acessos verticais em pátios comuns, sabida a tradicional eficiência populistas do esquema.

Mas estas soluções são todas caracterizadas pela valorização dos órgãos de distribuição em si mesmos, isto é, contando unicamente com as oportunidades de relação oferecidas pelas deslocções dos moradores ou a necessidade de as procurarem. Muito recentemente, no entanto, e embora se trate da retomada de costumes do velho «habitat» popular (recorem-se os «pátios» lisboetas, por exemplo), surge com toda a intensidade a ideia de integrar no esquema distributivo da habitação intensiva certas actividades que garantam a permanência em comum de modo mais orgânico.

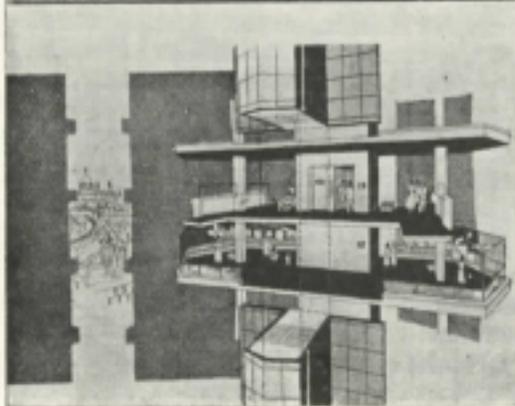
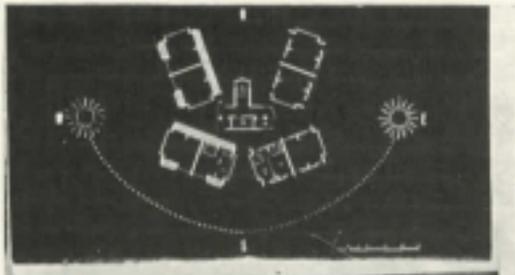
Uma unidade de habitação cuja espinha dorsal participa profundamente da vida caseira e social — tal é a característica mais profunda da noção de «clustes» a que já aludimos.

Cremos ter sido o termo aplicado na Grã-Bretanha a propósito de obras de um notabilíssimo grupo de projectistas — Drake e Lasdun — cuja organização é de tipo *vertical*, mas surgem já trabalhos onde o mesmo espírito está patente em soluções horizontais, ou de *galeria*, como nos blocos de Bakema — Van der Broek ou, sobretudo, na unidade de Salerno do grupo de Frederico Gorio.

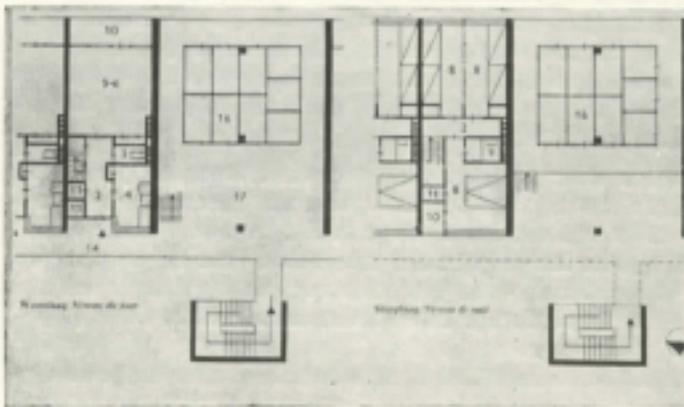
Os edifícios britânicos — projectados em 1954 e 1956 — prevêem uma coluna axial de circulação vertical, mecânica, que serve em pisos alternados galerias radiais conducentes



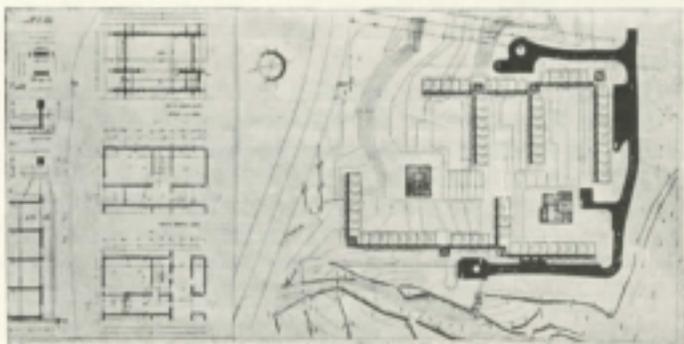
6



7



8



9

aos fogos tipo «duplex». A originalidade da solução reside, precisamente, no aproveitamento dos andares em que o elevador não pára, centro de trabalho e reunião — lavadouro comum aos 8 fogos servidos, estendais e local intencionalmente protegido para as crianças, enquanto as mães aí trabalham. A vida de encontro, já possível pela concentração de 8 fogos, como se viu, tende a aprofundar-se, após o movimento social das galerias convergentes no tempo de permanência para o trabalho em comum (\*).

O caso holandês, semelhante no princípio, reúne no centro de uma longa banda de fogos, também em tipo «duplex», um amplo espaço comum onde se articula a escada também de dois em dois pisos. O local social contém, aqui, além de uma largura suficiente para deixar as crianças à vista, estendais e lavagem privativos distribuídos parte no andar do acesso, parte em varanda, superior ao nível dos quartos (\*\*).

O recentíssimo projecto de Salerno, de Gorlo, destaca-se dos princípios dos anteriores: estruturada toda a unidade em dois sistemas de galeria, propõe estas como autênticas ruas superiores multidireccionais, que permitem a entrada de um morador em qualquer das escadas com a possibilidade de se dirigir sempre ao respectivo fogo. Sendo portanto aí o movimento intenso, em vez de uma concentração dos locais de roupas, Gorlo individualizou-os exteriormente na frente de cada habitação. O contacto de quem trabalha na dependência é garantido não em relação a quem lava também, mas a quem passa no corredor, ou se estabelece naturalmente entre as vizinhas que trabalham à mesma hora sem que simultaneamente a casa seja devassada. A galeria, coberta pelo 2.º andar dos fogos (ainda que «duplex») e fechada lateralmente, a espaços, pelos gabinetes de trabalho referidos (que deixam entre si aberturas desafogadas) é ainda seguro local de expansão das crianças quando não estejam no terreno vizinho dominado pelo janelão, junto a cada lava-roupas (\*\*).

Como se viu, presença exterior das donas de casa, quebrando o seu isolamento diurno pelo contacto mútuo, aliviando assim as mais pesadas tarefas caseiras, presença exterior das crianças, sem deixarem de ser vigiadas por aquelas, eis, em síntese, a ambição psico-social de um princípio que apresenta as melhores possibilidades de desenvolvimento.

Regressa-se, em última análise, à hipótese já apontada: a esperança de relações humanas mais intensas e produtivas no quadro do *habitat* (cujas crises podem com frequência decepcionar um literário desenhador de «comunidades») é função da ambiguidade intimidade — relação dos espaços não aceitando a coacção ao convívio ou à cooperação, senão a partir de um reconhecimento da sua liberdade da escolha.

(\*) O estudo do G. E. S. em Nantes, já citado, sublinha os elevados índices de vida de relação equilibrada, suficientemente significativos para corroborarem uma conclusão: o número de famílias e a largueza ou extensão do espaço que as interliga é o primeiro factor de um ambiente progressivo para as relações comunitárias, na medida em que as não coage ou não lhes circunscreve as possibilidades de escolha. Os cinquenta fogos da *Unité* (ou, com mais precisão, as metades que se dispõem nos lados Norte ou Sul do acesso), apesar de um corredor que não é pelo ambiente uma rua, repõem o problema da eficácia das organizações intensivas, de certo modo criticado com excessiva facilidade por causas ideológicas ou formais.

(\*\*) Ainda recentemente, passando por uma das realizações mais antigas, podíamos observar que em dois dos três edifícios construídos se encontravam ao fim da tarde grupos de moradores em reunião, trazendo as suas cadeiras para uma das galerias centrais, apesar de estas não terem sequer um desenho e dimensão que o favoreça.

## EXPOSIÇÕES

### As exposições escolares

O plural causará admiração: de facto, desde há bastantes anos que uma das escolas de Belas-Artes se não atrevia, ou não queria, mostrar aos restantes e numerosos interessados o produto da sua actividade didáctica. Parecendo de somenos importância, este facto revela no entanto toda uma maneira de encaminhar as coisas escolares que tem caracterizado por forma até dramática a casa da capital: divórcio quase absoluto entre os alunos e a escola. É, os professores, derivado, em grande parte, do critério que tem presidido à escolha destes e, noutra parte, do academismo em que alguns dos cursos principais se arrastam; impossibilidade de os alunos intervirem na resolução dos seus próprios problemas ou na expressão eficaz das questões que os preocupam e do que pedem ao ensino de modo a poderem manter um diálogo efectivo com a escola; falta de brío e de entusiasmo no ambiente pedagógico de que mesmo aquela minoria dos professores bem preparados ou mais corajosos na sua missão fatalmente vem a ressentir-se...

As exposições permitem, tirar, aliás, uma primeira conclusão: a diferença de consideração das direcções das escolas pelos trabalhos dos seus alunos e, reciprocamente, a dedicação destes pelas tarefas que lhes são confiadas. Não se trata de uma questão de luxo na apresentação contra a simplicidade, trata-se antes do ambiente que cada uma das casas criou em torno das suas exposições. Alguns termos de comparação:

— A chamada exposição «magna» portuense é um facto importante na cidade, que começa por medir-se no relevo que a Imprensa lhe confere e na frequência das visitas às salas. A exposição do Largo da Biblioteca passou perfeitamente despercebida até aos profissionais que a escola forma.

— A primeira, mistura obras de professores e alunos de Arquitectura Pintura ou Escultura de todos os anos dos cursos e nalguns casos mais expressivos, o seu processo pedagógico; na segunda, um conhecido critério arrumou em cada sala sua arte, não se deixa saber o que fazem os mestres em comparação com os discípulos e mostram-se apenas pontos do «curso superior». Sabido como é pelo menos no caso da Arquitectura, o desinteresse crescente do aluno pelas obrigações escolares esta fase do curso é talvez a que revela menor aplicação e maior irresponsabilidade (às vezes consciente e calculada) no tratamento de programas com frequência megalómanos e sempre abstractos em relação ao tempo em que têm de ser resolvidos ou ao conteúdo humano do qual deveria partir a própria pedagogia. A escola do Porto tem recorrido a temas mais simples, em que o aluno começa por definir o próprio programa e dedicar o máximo de tempo à sua análise pré-conceptual — o que só favorece uma maior consciência das responsabilidades do arquitecto na sociedade moderna. E outros aspectos se poderiam acrescentar. No caso presente, o panorama de Lisboa dá certamente uma visão errada das possibilidades pessoais de al-

guns alunos com maior empenho — ou porque excluídos pelas classificações ou porque desinteressados da própria escola ou porque perdidos de perplexos em disse- car enormes programas que a um profissional honesto consumiriam muitos meses de preparação. Mas por outro lado convém denunciar a presença inquietante porque generalizada de facilidades académicas e retóricas que o próprio condicionamento do curso inocula nos alunos e, pelos vistos, se vê brilhantemente destacada em classificações que permitiram a sua presença naquela sala.

Para ajuizar melhor dos porquês de certas tendências que surgem, faltam precisamente os trabalhos dos anos propedéuticos e seguintes; como também a afeição final que é a prova de tese — à qual com frequência o candidato dedica maior esforço e todo o cunho pessoal — não aparece no certame. Em resumo, não se percebe que serviço possa prestar à Escola de Lisboa uma exposição descuidada como esta sendo ao contrário os seus alunos sujeitos a uma valoração que lhes não faz justiça; nem que serviço a escola presta ao País — pela presença do seu ensino em face das necessidades nacionais — quando é o conteúdo pedagógico que precisamente falta ou está ausente neste conjunto (1).

Na exposição da E. S. B. A. P., há alguns pontos que convém salientar e que a tornam útil a quem se interessa pelos problemas da pedagogia. Deixamos uma simples referência a alguns nomes já que esta revista prevê a publicação dos mais expressivos desse ponto de vista. Em comparação com os do Sul, pode notar-se logo à primeira vista um muito maior trabalho material — a que se chama aplicação e que traduz interesse pelo trabalho escolar o que naturalmente conduz a soluções mais elaboradas. Exemplo abundante nos é dado pelo grupo de provas do 4.º ano, das quais pelo menos uma meia dezena atinge não só um nível excelente como uma unidade nas preocupações essenciais ao abordar o tema (no caso uma igreja rural) que consagra uma pedagogia.

No período seguinte realizaram-se duas experiências pedagógicas muito dissemelhantes: uma de conteúdo muito individual como uma «casa do próprio» em que destaca uma proposta corajosa e plasticamente elaborada, ainda que possa ser excessiva na sua ambição modeladora (A. Barata Feio); outra que partindo da elaboração do programa e do estudo de localização se desenvolveu em 2 períodos. A zona dada — a Ribeira — punha inequivocamente e com toda a sua persuasão um problema de «integração»; o tema, um centro de cultura cinematográfica, obrigava a encarar um dos pontos nevrálgicos da educação e da acção popular. De um grupo de trabalhos de nível muito razoável (atendendo às solicitações e hábitos de um curso superior) parece-me justo destacar uma contribuição tão notável como a de José Forjaz — até pela forma estrutural e não formalista como a perigosa exigência de ambientação foi resolvida. Ainda na cadeira de «decorativa» saliento um tema difícil mas de

grande interesse didáctico: uma exposição subordinada ao tema «o que é a arquitectura» que incluía o texto, ilustrações arranjo espacial e expositivo. Os trabalhos de urbanismo que me foi impossível examinar com o cuidado necessário, deram-me, no entanto, uma impressão de menor aplicação, embora um trabalho de Vasco Cunha me tivesse sugerido uma tendência interessante, sem espírito de repetição da proposta feita pelo grupo portuense ao Ciam X.

O nível geral das provas de tese não suporta a comparação com os cursos anteriores, sendo uma boa parte muito inferior em intenções e resultados. As provas de Carlos Calvet e Duarte Castelo Branco foram justamente destacadas pelas classificações: a do primeiro — uma habitação em torno de um moinho — não revela talvez todas as possibilidades já provadas em trabalhos anteriores, o que se liga aos escolhos do tema; a do segundo um grémio de lavoura, quase concluído em Abrantes, tem em minha opinião um alto interesse pela forma «moderna» como o tema foi entendido e pela novidade estrutural que o exalta — mas a sua publicação próxima na nossa revista permitirá uma ampla discussão (2).

As mais interessantes experiências pedagógicas, cremos que bem positivas e concludentes, deveram-se este ano a acção de Octávio Filgueiras e de Arnaldo Araújo; a sala principal homenageava a obra dos assistentes mais antigos da renovação da escola — Fernando Távora e Manuel Loureiro. Trata-se de um testemunho de interesse cultural e pedagógico que merece ser posto em comum e debatido, para fora da própria escola, para que se possa nomeadamente na zona de Lisboa tirar proveito das dificuldades e êxitos da experiência.

N. P.

(1) Conhecidas as realidades escolares, parece-me injusto salientar de entre os trabalhos expostos aqueles que porventura se apresentam com maiores preocupações de aprendizagem porque seria consagrar uma emulação que não corresponde a uma aderência igual dos alunos ao seu trabalho escolar. No entanto, há um nome que se destaca suficientemente em 3 ou 4 trabalhos, sobretudo num esforço de estudo wrightiano muito leal (teatro) numa torre de habitação já de cunho muito pessoal; Mário Graça P. da Silva.

(2) Não deixa de ser interessante notar o facto de terem sido 3 os autores das teses mais classificadas, ex-alunos de Lisboa que mais cedo ou mais tarde experimentaram por razões diferentes as vantagens da abertura e interesse que a outra escola, em contraste, lhes oferecia...

## L I V R O S

### Cooperativismo e habitação

1 — «O COOPERATIVISMO — OBJECTIVOS E MODALIDADES», edição e direcção do prop. António Sérgio. Distribuidores: Circulo do Livro, Lda. — Lisboa.

No momento em que se assiste entre nós a uma intensificação do fomento habitacional através de medidas legislativas

provocadas pela dramática acuidade que a falta de casas tomou, tem um interesse certo o conhecimento dos princípios e da obra do Cooperativismo de habitação, até para se encontrar uma explicação para o facto de o movimento cooperativo, que em muitos países tem sido o principal promotor da construção de habitações populares, esteja quase completamente ausente das medidas que se estão agora tomando.

Efectivamente, na Lei N.º 2.092 de 9 de Abril de 1955 — Fomento da Habitação Económica através dos Capitais da Previdência — que faculta a concessão de empréstimos aos sócios das Caixas de Previdência ou das Casas do Povo, às entidades patronais e às próprias Casas do Povo, nenhuma referência é feita às cooperativas de habitação. Quando se trata de conceder empréstimos para a construção de habitações pelo próprio, encara-se exclusivamente o indivíduo isolado, não se prevendo a hipótese de se conceder a grupos formados por pessoas resolvidas a solucionar em comum o seu problema habitacional.

Por outro lado, o mais recente decreto N.º 42.454 de 18 de Agosto de 1959 — construção de habitações económicas em Lisboa — se prevê a concessão de algumas facilidades às cooperativas, são mínimas em relação às concedidas às entidades de carácter oficial, sendo geralmente as cooperativas postas em pé de igualdade com os industriais da Construção Civil.

A leitura do capítulo dedicado ao Cooperativismo Habitacional da obra acima citada, que é da autoria de Moisés da Silva Ramos, na medida em que analisa e esclarece as características do movimento cooperativo da habitação e aponta os condicionamentos a que está sujeito — ajuda a compreender alguns dos motivos dessa situação.

A parte talvez com maior interesse do estudo é a que analisa os 3 tipos-base do cooperativismo habitacional — de inquilinato simples, inquilinato cooperador e propriedade resolúvel. E não deixa de ser sintomático que as 33 cooperativas existentes no nosso País pratiquem esta última modalidade, acerca da qual diz o autor que «quase todos os cooperativistas manifestam fortes dúvidas quanto a este sistema de praticar cooperativismo». E aponta 3 objecções: destina-se geralmente a uma classe limitada (já com certos recursos económicos); facilita a especulação (venda de porções e da própria casa ou seu aluguer); mostra total ausência de espírito de comunidade, baseando-se os laços cooperativos apenas num interesse momentâneo.

Quer dizer: o acentuado individualismo que nos caracteriza, e que se manifesta desde logo pelo pequeníssimo número de cooperativas e de sócios, é confirmado ainda pela modalidade quase exclusivamente praticada, que é aquela em que o

espírito da verdadeira cooperação muitas vezes não existirá, contribuindo até para a falta de confiança dos poderes públicos e o descrédito do cooperativismo.

Mas logo a seguir revela o autor um outro aspecto de grande importância, quando diz que as cooperativas de habitação, sobretudo as constituídas por sócios de poucos recursos, dependem largamente do concurso exterior, principalmente no que toca ao financiamento, cujo estudo abrange várias páginas do capítulo. E referindo-se às nossas modestas realizações na matéria (2.742 habitações até à data) diz que foi feita «sem quase nenhum auxílio dos poderes públicos ou de instituições de crédito particulares». E mais adiante: «Muitos governos manifestam fortes prevenções e levantam dificuldades ao desenvolvimento destas sociedades cooperativas... pois que todos os movimentos de carácter popular e de gestão directa representam para os referidos governos um perigo nas suas intenções centralizadas e autoritárias».

Verifica-se assim, pela leitura deste bem elaborado estudo, que o nosso cooperativismo habitacional se debate num círculo fechado de difícil saída, cujos factores são simultaneamente causa e resultado uns dos outros: ausência de verdadeiro espírito cooperativo, descrédito do sistema, falta de concurso exterior.

E entretanto, vamos desaproveitando um instrumento de que temos tanta necessidade — não só para ajudar a resolver o problema habitacional — e cujas vantagens foram postas em relevo num estudo da Comissão de Habitação da O. N. U. e recomendadas recentemente para a América Latina: é que o facto de se pôr a cooperar um grupo de famílias na construção das suas casas, de as associar neste esforço, faz aumentar não só o sentido da responsabilidade própria como ainda o sentido colectivo, constituindo um esplêndido meio de educação cívica. E nos países como o nosso, em que estas qualidades estão menos desenvolvidas, seria da maior vantagem que as sociedades cooperativas de habitação fossem estimuladas.

Talvez que a recente opinião formulada pelo governo português no Inquérito do B. I. T., afirmando que «as cooperativas de habitação para trabalhadores devem ser particularmente encorajadas» faça abrir se estes propósitos forem cumpridos, alguma perspectiva de solução.

No final do útil e interessante trabalho o autor, depois de afirmar que «o cooperativismo habitacional, dadas as suas características, cria por outro lado relações importantes com certas classes profissionais e não pode ficar indiferente aos múltiplos problemas de carácter social que dizem respeito ao homem e seu «habitat», faz referência destacada aos arquitectos dizendo:

«Ora, a solução cooperativa poderá permitir aos arquitectos uma expansão total dos seus anseios e criar-lhes um clima estimulante de liberdade e compreensão.

Não será portanto de admirar que as cooperativas de habitação dos países mais progressivos tenham compreendido perfeitamente o papel dos arquitectos, dos urbanistas e mais técnicos, a ponto de terem criado importantes secções de estudo e projectos de habitações.

Na realidade, o papel geralmente consignado aos arquitectos pelas cooperativas, sobretudo as de espírito mais autêntico, é de plena confiança e lealdade. E é uma tarefa humanamente enriquecida, pois em vez de anónimas famílias-tipo, o arquitecto trabalha directamente para utentes reais, que pode conhecer, e que podem também com ele «cooperar».

N. T. P.

## 2 — ALGUNS ASPECTOS DO COOPERATIVISMO HABITACIONAL NA DINAMARCA. Ateneu Cooperativo — Lisboa, 1960.

O Colóquio organizado há tempos pela O. N. U. para favorecer a expansão dos organismos não lucrativos na solução da crise habitacional na América Latina, a que atrás se fez referência, foi orientado por peritos dinamarqueses. Esta circunstância mais uma vez chamou a atenção para o vigoroso e bem estruturado cooperativismo habitacional na Dinamarca, tema tratado numa conferência realizada em 1959 no Porto por Francisco Ferreira e agora publicada.

De facto, segundo o autor, é neste país que «se encontra a maior diversidade de organizações sem fins lucrativos ou de lucro limitado, que têm por objectivo ajudar a resolver o problema habitacional» acrescentando que «todos os ensaios que revelassem honestidade mereceram o amparo e a ajuda do Estado, por meio de empréstimos a longo prazo e a uma taxa de juro baixa».

Uma série de aspectos de grande interesse são referidos neste pequeno estudo, como a redução das rendas para as famílias mais numerosas a construção de casas para velhos e inválidos fora de qualquer espírito de segregação, os empréstimos para a compra de terrenos, a defesa contra a especulação, a modalidade muito generalizada do aluguer dos terrenos ou da venda por um prazo de tempo suficiente para a respectiva amortização, etc.

No final, o autor manifesta a opinião de que da experiência dinamarquesa se podem tomar para o nosso meio certamente muitos exemplos. Assim as circunstâncias o tornem possível.

N. T. P.

## ESPOSIZIONI

**Architettura Allestimenti**  
**Ed. Ulrico Hoepli, Milão**

*Com uma excelente apresentação, aliás característica dos últimos volumes publicados na Coleção Esempli, Robert Aloï apresenta neste volume uma larga documentação dos melhores exemplos, não só de pavilhões de exposição que nos últimos tempos foram construídos em exposições e feiras internacionais, como também da organização de outras de carácter particular.*

*Como nos últimos volumes publicados naquela colecção, neste também não foram apresentados exemplos portugueses apesar de os mais recentes pavilhões que têm representado Portugal em certames internacionais não serem de menos interesse que muitos dos exemplos apontados.*

*Este volume, onde Agnol Domenico Pica historiou a evolução dos Pavilhões de Exposição, desde o de «L'Esprit Nouveau» de Le Corbusier (1925) até à VII Trienal de Milão (1940), dedica uma boa parte das suas páginas à apresentação dos principais pavilhões na Expo. 58 de Bruxelas e na Feira «Campionaria» de Milão, e insere exemplos dos quais destacamos o Palácio de Exposições, Cantù do arq. Renato Radici, os Pavilhões da IX e XI Trienais de Milão e da Bienal de Veneza em 1958 e a exposição internacional de arquitectura moderna também na XI Trienal de Milão.*

*Pelo seu interesse, recomendamos a todos os profissionais de arquitectura este último volume da Coleção Esempli.*

## NOTÍCIAS

### ...dos jornais

Do «Diário Popular»:

#### **GALINHA GORDA POR POUCO DINHEIRO...**

**Uma história singular de construção de milhares de habitações com a módica renda de 362\$20 por mês...**

Como era tentadora, a notícia espalhou-se rapidamente... Um «benemérito», ao que parece, pois as condições eram — e são... — tão vantajosas, propunha-se, num belo gesto, sem intuídos lucrativos, fazer casas para pobres e remediados, com uma renda verdadeiramente acessí-

vel: cento e cinquenta escudos para apartamentos e trezentos e sessenta e dois escudos e vinte centavos para residências com quatro ou cinco divisões.

E tudo era — e é... — fácil. Bastava o candidato efectuar a inscrição no escritório do «benemérito» por meio de uma declaração, indicando nome, idade, filiação, morada, etc., e entregar a importância de cinquenta e dois escudos para selos fiscais e outras despesas... Só no acto do arrendamento o inquilino teria de pagar cinco mil escudos.

As casas, muito formosas e risonhas, seriam construídas na Praça de Espanha ou na Avenida Mouzinho de Albuquerque.

Ainda que se tratasse de galinha gorda por pouco dinheiro — as inscrições choveram. As tabacarias das redondezas esgotaram as reservas de papel... E pessoa bem informada não receou hoje asseverar-nos que elas se elevaram a mais de dez mil! Só quem não conhece o problema crucial da habitação — fazem-se em Lisboa muitas casas, mas elas estão cada vez mais caras e inacessíveis à média dos ordenados — não compreenderá esta ânsia, ingénua embora, de um chefe de família conseguir uma casa digna e decente para os seus e para si, fugindo dos quartos e das partes de casa, libertando-se de contratos e forçadas convivências pouco agradáveis, quantas vezes, até, de uma obrigatória promiscuidade.

E aumentaram as inscrições e nas gavetas do «benemérito» juntou-se muito dinheiro.

Um dos proprietários da Fábrica de Calçado «Luce», na Praça Paiva Couceiro, 2, o sr. José Marques de Moura, também se inscreveu — e com ele trinta e três empregados da sua fábrica. E todos estavam contentes! Que as construções iam principiar dentro de um mês!

Mas para além da embriaguez deste sonho havia a triste realidade. E o sr. José Marques de Moura e alguns dos seus empregados e amigos trataram de averiguar o que de facto se passava. E o que se passava era o seguinte:

Na repartição respectiva da Câmara Municipal não existe qualquer projecto para aprovação, pelos serviços respectivos, de casas de habitação na Praça de Espa-

nha, nem na Avenida Mouzinho de Albuquerque. Mais ainda: na Praça de Espanha nem sequer existem talhões traçados para venda.

Desta forma, com o claro sentido das realidades e das tristezas deste Mundo, o sr. José Marques de Moura e mais trinta e dois dos seus empregados reclamaram no escritório do «benemérito» as importâncias entregues. Após várias diligências, elas foram devolvidas.

Por seu turno, a Polícia Judiciária foi já informada dos sucessos, mas, ao que nos consta, não poderá agir sem a devida queixa, critério que, no entanto, nos parece discutível, pois impunha-se imediata averiguação para completo esclarecimento deste caso.

Segundo nos informam, como já acima referimos, existem até à data mais de dez mil inscritos — o que representa quinhentos e vinte mil escudos!

O escritório onde se efectuem as inscrições situa-se na Rua Martins Sarmiento, 22, 2.º-Dt.º É só perguntar pelo sr. Silva — e, se ele não estiver, pela sr.ª Silva, que também fornece todos os esclarecimentos sobre as inscrições, os arrendamentos e as casas da Praça de Espanha ou da Avenida Mouzinho de Albuquerque...

## ESCLARECIMENTO

Um grupo de artistas, pede-nos para esclarecer a propósito da atribuição do Prémio «Diogo de Macedo», instituído pelo Secretariado Nacional de Informação, a pedido da direcção da Sociedade Nacional de Belas-Artes, para a melhor obra exposta no «Salão de Arte Moderna», que a atribuição se refere simplesmente aos artistas que concorreram ao referido prémio.

Conforme foi noticiado na Imprensa, o prémio foi conquistado por Júlio Resende, sendo o respectivo júri constituído pelos srs. dr. Moreira Baptista, secretário do Secretariado Nacional da Informação, arq. Frederico George, presidente da direcção do S. N. B. A., pintores Carlos Botelho e Daciano Costa e Fernando Guedes, da revista «Tempo Presente» e crítico da Emissora Nacional.

## O MAIS RECENTE ÉXITO DA INDÚSTRIA ALEMÃ

# DKW

## Junior



Representantes: Comércio de Automóveis DECAUTO, S. A. R. L.  
Rua Duque de Palmela, 27-A, 27-B — LISBOA